

Secretaria de Estado do Desenvolvimento e Coesão

Comissão de Coordenação e Desenvolvimento
Regional do Centro

Relatório de Atividades

2016

Título

Relatório de Atividades 2016

Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Centro

Edição

Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Centro

Rua Bernardim Ribeiro, 80

3000-069 Coimbra, Portugal

Tel.: 239 400 100

Fax: 239 400 115

E-mail: geral@ccdrc.pt

url: <http://www.ccdrc.pt>

url: <http://www.maiscentro.qren.pt>

url: <http://www.centro2020>

Presidência da CCDRC/Mais Centro/Centro 2020

Ana Abrunhosa (Presidente da CCDRC e Presidente da Comissão Diretiva do Centro 2020)

Luís Filipe Caetano (Vice-Presidente)

António Veiga Simão (Vice-Presidente)

Isabel Damasceno (Vogal Centro 2020)

Jorge Brandão (Vogal Centro2020)

Contribuição dos Serviços

Ana Paula Martins

Adelaide Loio

Alexandra Rodrigues

Alice Paulo

Ana Sousa

Cláudia Araújo

Isabel Boura

José Laia Rodrigues

Luís Filipe

Margarida Bento

Maria José Castanheira Neves

Miguel Leão

Nuno Cortez

Orlindo Vicente

Pedro Geirinhas

Rufina Vilão

Rui Jacinto

Data de edição

Março de 2017

<i>I - NOTA INTRODUTÓRIA</i>	4
<i>II – AUTOAVALIAÇÃO</i>	6
<i>III – MAIS CENTRO</i>	33
<i>IV – COMUNICAÇÃO INTERNA E EXTERNA</i>	33
<i>V – GABINETE DE AUDITORIA INTERNA E QUALIDADE</i>	64
<i>VI – RECURSOS HUMANOS</i>	65
<i>VII – FORMAÇÃO</i>	69
<i>VIII– AVALIAÇÃO FINAL</i>	71
<i>IX – ANEXOS</i>	72
<i>ANEXO 1</i>	73
<i>ANEXO 2</i>	85
<i>ANEXO 3</i>	117

O ano de 2016 foi particularmente importante e exigente para a Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Centro (CCDRC).

O ano que passou foi o ano de consolidação da CCDRC como broker territorial para a competitividade, inovação e internacionalização. É de realçar o papel decisivo da Direção de Serviços de Desenvolvimento Regional para este fim, e ainda, no processo de consulta pública da RIS3 e na criação do primeiro Balcão de Responsabilidade Social Científica em Portugal. Destaca-se também a importante atividade do Gabinete de Apoio ao Promotor.

As atividades realizadas em 2016 permitiram continuar a consolidar a relação de valor e proximidade entre a CCDRC e as autarquias locais, Municípios e Freguesias, bem como com as entidades intermunicipais, através de serviços de qualidade e de uma postura de excelência, reforçando a capacitação autárquica.

Entre essas atividades destacamos a realização de cinco Sessões Flash, sobre «Temas Caudentes do Direito Autárquico», com a participação de 457 eleitos locais e trabalhadores municipais e de freguesias da área de intervenção da CCDR Centro.

Nessas Sessões Flash foram debatidos os seguintes temas: publicidade das reuniões dos órgãos autárquicos, jornalistas, gravações, documentos administrativos, atas; aquisições de bens e serviços (Orçamento de Estado e Código dos Contratos Públicos); poderes tributários autárquicos e benefícios fiscais autárquicos; inelegibilidades de dirigentes, trabalhadores e membros de GAP autárquicos em eleições autárquicas; procedimento regulamentar autárquico; inscrição nas ordens profissionais de trabalhadores autárquicos. Elaboraram-se também dois guias sobre procedimento regulamentar autárquico e fundo de maneiio, divulgados ao público no Portal da CCDR.

Com as alterações legislativas decorrentes da publicação da Lei de Bases do Ordenamento do Território e do Urbanismo, iniciou-se, em 2016, o processo de transposição das normas vinculativas dos particulares constantes dos 16 planos especiais incidentes na Região Centro para os PDM, processo que decorreu em forte articulação com a Agência Portuguesa do Ambiente (APA) e com o Instituto de Conservação da Natureza e Florestas (ICNF). É ainda de sublinhar que foi concluído o estudo de revisão do Sistema Urbano Regional, constante da Proposta do PROT Centro.

Tendo como principais fontes as bases de dados da REN e do SIRJUE, foi efetuada a recolha e tratamento da informação relevante em matéria de gestão urbanística e ordenamento do território, resultando daí a disponibilização de 72 indicadores para o DATACENTRO, indispensáveis para a caracterização da Região Centro.

Destaca-se também a realização de ações de sensibilização sobre o novo Regime Extraordinário de Regularização de Atividades Económicas, que atribuiu às CCDR um papel determinante na prossecução dos diversos procedimentos nele previstos, nomeadamente na alteração aos instrumentos de gestão territorial ou das restrições de utilidade pública, que possibilitem a regularização dessas atividades.

Em 2016, registou-se um elevado crescimento do número de processos tratados no âmbito do Regime Extraordinário de Regularização das Atividades Económicas - D.L. n.º 165/2014, de 5 de novembro (indústria, pecuária, pedreiras e gestão de resíduos). No que concerne ao acompanhamento dos sistemas multimunicipais e intermunicipais de gestão de resíduos urbanos, a atividade da Direção de Serviços de Ambiente centrou-se na análise dos Planos de Adequação ao PERSU 2020 (PAPERSU). É de salientar ainda a quase duplicação do número de vistorias realizadas de modo a assegurar o cumprimento das obrigações ambientais por parte dos operadores económicos (SIR, REAP, RJPEMM).

No final de 2016 é possível efetuar um balanço muito positivo da operacionalização do Centro 2020. No ano de 2016, foram aprovadas candidaturas que totalizaram 577 milhões de euros de fundo (dos quais 36 milhões de euros de FSE) e uma execução de cerca de 72 milhões de euros de FEDER. Destes valores, cerca de 442 milhões de euros de aprovações e 65 milhões de euros de execução dizem respeito a operações dos Sistemas de Incentivos. Até 31 de dezembro, tinham sido pagos 109 milhões de euros de FEDER, dos quais cerca de 84 milhões de euros a operações dos Sistemas de Incentivos. Os pagamentos de adiantamentos a operações do FSE totalizaram 16,5 milhões de euros.

Em 2016 concluíram-se e foram enviados para análise da Comissão Europeia, os mapeamentos para as Infraestruturas Sociais e para as Infraestruturas de Apoio à Atividade Empresarial.

Destaca-se, ainda, o esforço muito significativo das várias equipas na aprovação de operações, no desenvolvimento e operacionalização do sistema de informação e na aprovação do processo de designação da Autoridade de Gestão do Centro 2020. Salienta-se o extraordinário esforço de toda a equipa do PO, com o contributo precioso das estruturas de apoio técnico das CIM, para o encerramento do Mais Centro (2007-2013).

A CCDRC estabeleceu metas exigentes para o ano de 2016; a melhoria dos processos internos e um serviço, prestado aos seus clientes e utilizadores, que se pretende de excelência, procurando sempre promover uma boa imagem da Região Centro, foram conseguidos com o empenho, envolvimento e esforço dos Dirigentes e Trabalhadores da CCDRC.

Dos onze objetivos do QUAR foram superados nove e atingidos dois. Os resultados obtidos permitem propor, num exercício de autoavaliação, a menção de Desempenho BOM para a CCDRC para o ano de 2016.

No presente capítulo é efetuada a autoavaliação dos serviços, cumprindo assim o estabelecido no Artigo 15º - “Autoavaliação” da Lei n.º 66-B/2008, de 28 de dezembro de 2008. Esta avaliação é um exercício que pretende evidenciar os resultados alcançados e os desvios verificados de acordo com o Quadro de Avaliação e Responsabilização (QUAR) do Serviço, em particular, face aos objetivos anualmente fixados.

Análise do QUAR 2016

A **Missão** da CCDRC foi definida como a seguinte: “Executar as políticas de ambiente, de ordenamento do território e cidades e de desenvolvimento regional, promover a atuação coordenada dos serviços desconcentrados de âmbito regional e apoiar tecnicamente as autarquias locais e as suas associações, ao nível da NUT II Centro para

Desenvolver e Coordenar o Centro de Portugal”

Para o ano de 2016, a Presidência da CCDRC definiu os seguintes **Objetivos Estratégicos** no âmbito do Quadro de Avaliação e Responsabilização (QUAR):

- **OE 1** - OE 1 - Promoção da competitividade das empresas e das instituições da Região;
 - **OE 1.1.** Qualificação e promoção do investimento inovador;
 - **OE 1.2.** Transferência de Conhecimento e de Tecnologia das entidades do Sistema Científico e Tecnológico para as empresas;
- **OE 2** - Dinamização do desenvolvimento sustentado, estruturado, ordenado e equilibrado do território e da qualidade de vida das suas populações;
- **OE 3** - Promoção da Coesão Territorial;
- **OE 4** - Promoção da Coesão Social;
- **OE 5** - Promoção e divulgação da Região Centro, a nível nacional e internacional;
- **OE 6** - Apoio, através de serviços de qualidade e de uma postura de excelência, aos agentes locais, sub-regionais, regionais, assim como aos cidadãos, reforçando a respetiva capacitação;
- **OE 7** - Reforço da motivação, envolvimento e satisfação dos colaboradores.

Para além dos Objetivos Estratégicos, o QUAR estabelece, ainda, onze **Objetivos Operacionais** e quinze **Indicadores** que são objeto de análise e avaliação no ponto seguinte deste documento.

Na tabela seguinte é apresentada a autoavaliação quantitativa e qualitativa do cumprimento dos objetivos operacionais e estratégicos da organização.

- a) **Autoavaliação quantitativa**, nos termos do n.º 1 do artigo 15.º da Lei n.º 66-B/2007, de 28 de Dezembro:

Tabela 1 – Autoavaliação quantitativa

Eficácia (25%)						
Objetivo Operacional 1 Consolidar fluxo dos processos de contraordenações						
Indicador	Meta	Tolerância	Valor crítico	Resultado	Taxa de Execução	Classificação
IND. 1 -N.º de decisões tomadas em processos de contraordenação ambiental	500	50	688	590	112	Superou
Objetivo Operacional 2 Garantir a eficácia na avaliação de impacte ambiental (Relevante)						
Indicador	Meta	Tolerância	Valor crítico	Resultado	Taxa de Execução	Classificação
IND. 2 - Média de dias úteis ganhos nos procedimentos de AIA, face ao prazo legal para emissão da DIA	7	1	10	8	108	Atingiu
Objetivo Operacional 3 Garantir o cumprimento da legislação de ambiente e de ordenamento do território						
Indicador	Meta	Tolerância	Valor crítico	Resultado	Taxa de Execução	Classificação
IND. 3 - Percentagem de situações em que foi resposta a legalidade após notificação da CCDRC aos infratores	25	5	38	32	113	Superou
Eficiência (40%)						
Objetivo Operacional 4 Garantir a eficiência de resposta na administração pública						
Indicador	Meta	Tolerância	Valor crítico	Resultado	Taxa de Execução	Classificação
IND. 4 - Percentagem de decisões dadas no portal Regime Jurídico de Urbanização e Edificação (RJUE)	92,0	3,0	100	100	125	Superou
IND. 5 - Percentagem de pareceres emitidos no âmbito do Regime Jurídica da Sistema da Indústria Responsável (SIR), via Plataforma de Interoperabilidade da Administração Pública (PIAP)	92,0	3,0	100	97,4	117	Superou
IND. 6 - Relatar análises do acompanhamento do exercício económico-financeiro fundamental dos Municípios da Região Centro	3	1	5	3	100	Atingiu

Objetivo Operacional 5 Consolidar a CCDRC como broker territorial para a competitividade, inovação e internacionalização (Relevante)						
Indicador	Meta	Tolerância	Valor crítico	Resultado	Taxa de Execução	Classificação
IND. 7 - Número de iniciativas de internacionalização/captação de IDE	12	2	18	17	121	Superou
IND. 8 - Número de participantes em iniciativas de discussão da RIS3	300	25	406	461	137	Superou
Objetivo Operacional 6 Otimizar a aplicação dos Fundos Estruturais na Região Centro (Relevante)						
Indicador	Meta	Tolerância	Valor crítico	Resultado	Taxa de Execução	Classificação
IND.9 - Percentagem de candidaturas ao Centro 2020 aprovadas num prazo inferior a 55 dias	30	10	50	51,57	127	Superou
IND. 10 - Taxa de execução financeira do Centro 2020	2	0,5	7	3,34	107	Superou
Qualidade (35%)						
Objetivo Operacional 7 Garantir a monitorização e divulgação da Qualidade do Ar da Região Centro						
Indicador	Meta	Tolerância	Valor crítico	Resultado	Taxa de Execução	Classificação
IND. 11 - Disponibilização ao público do Relatório Anual da Qualidade do ar na Região Centro	150	5 dias	119	146	103	Atingiu
IND. 12 - Disponibilização do Inventário Anual Regional de Emissões de Poluentes Atmosféricos	181	5 dias	150	181	100	Atingiu
Objetivo Operacional 8 Melhorar o grau de satisfação percecionada pelos parceiros e utentes dos serviços da CCDRC (Relevante)						
Indicador	Meta	Tolerância	Valor crítico	Resultado	Taxa de Execução	Classificação
IND. 13 - Grau de satisfação de parceiros/utentes uma escala de 1-10	6,0	1	10	7.3	108	Superou
Objetivo Operacional 9 Melhorar os tempos de resposta a solicitações externas (Relevante)						
Indicador	Meta	Tolerância	Valor crítico	Resultado	Taxa de Execução	Classificação
IND. 14 Percentagem de situações em que o tempo de resposta a solicitações externas não excede 30 dias úteis	95	3	100	98.6	118	Superou

Objetivo Operacional 10 Aumentar a visibilidade externa

Indicador	Meta	Tolerância	Valor crítico	Resultado	Taxa de Execução	Classificação
IND. 15 - Número de referências não negativas publicadas na comunicação social sobre a CCDRC/Mais Centro/Centro 2020	2500	100	3250	4020	151	Superou

Objetivo Operacional 11 – Sensibilizar cidadãos e instituições para as temáticas do ordenamento do território, ambiente e desenvolvimento regional (Relevante)

Indicador	Meta	Tolerância	Valor crítico	Resultado	Taxa de Execução	Classificação
IND. 16 - Número de conferências/ações de sensibilização sobre Ordenamento do Território/Ambiente/Desenvolvimento Regional	75	5	100	90	115	Superou
IND. 17 - -Taxa de cobertura territorial das ações de sensibilização	50	3	66	51	102	Atingiu

Nota: O cálculo da taxa de execução foi feito utilizando a plataforma GeAdap (www.siadap.gov.pt) e onde é utilizada a seguinte fórmula matemática:

$$\text{Taxa de Realização} = 100 + ((\text{Resultado} - \text{Meta}) * 25 / (\text{Valor Crítico} - \text{Meta}))$$

In “Avaliação dos Serviços – Linhas de Orientações Gerais” – GT CCAS – Rede GPEARI Documento Técnico nº 1/2010 do Conselho Coordenador da Avaliação dos Serviços (CCAS).

Apresentamos a seguir uma análise explicativa aos principais desvios verificados na concretização dos objetivos propostos para o ano de 2016.

Objetivo Operacional 1 - Consolidar fluxo dos processos de contraordenações

Em 2016 instruíram-se 590 processos de contraordenação, ultrapassando-se os indicadores do próprio critério de superação deste objetivo.

Objetivo Operacional 2 - Garantir a eficácia na avaliação de impacte ambiental e avaliação de incidências ambientais (Relevante)

São considerados para este indicador os procedimentos de AIA e AINcA, que decorreram ao abrigo do DL n.º 151-B/2013, de 31/10, com Declaração de Impacte Ambiental (DIA) ou Declaração de Incidências Ambientais emitidas em 2016. Foram concluídos 5 processos, com um resultado médio de 8 dias de antecipação ao prazo legal, pelo que o objetivo foi superado.

Objetivo Operacional 3 - Garantir o cumprimento da legislação de ambiente e de ordenamento do território

Em 2016 ultrapassou-se a meta fixada para a percentagem de situações em que foi resposta a legalidade após notificação da CCDRC aos infratores no âmbito do cumprimento da legislação de ambiente e ordenamento do território, dado que tendo sido fixada uma meta de 25% de situações resolvidas o resultado final foi de 32% de situações resolvidas.

Este número só foi possível obter dado o empenho e o profissionalismo dos trabalhadores afetos à fiscalização, em especial das Divisões Sub-Regionais, e à colaboração da Guarda Nacional Republicana. O cumprimento dos procedimentos estabelecidos para a fiscalização também teve um papel relevante para este efeito.

Objetivo Operacional 4 - Garantir a eficiência de resposta na administração pública

No domínio do ordenamento do território foi alcançado o resultado de 100% de respostas às solicitações tramitadas pelo portal do RJUE (863).

No domínio do ambiente, foi alcançado o resultado de 97,4 %, de pareceres emitidos sobre projetos de instalação e alteração de estabelecimentos industriais, em pedidos tramitados na Plataforma de Interoperabilidade da Administração Pública (PIAP).

Foram analisados e validados os reportes de informação contabilística prestados pelas Câmaras Municipais a nível dos documentos previsionais para 2016, dos documentos de prestação de contas de 2015 e dos reportes trimestrais de despesa no âmbito do Fundo Social Municipal, tendo sido elaborados os respetivos relatórios que estão divulgados no portal da CCDRC

Objetivo Operacional 5 - Consolidar a CCDRC como broker territorial para a competitividade, inovação e internacionalização (Relevante)

O objetivo de consolidar a CCDRC como broker territorial para a competitividade, inovação e internacionalização foi claramente superado, na medida em que nos dois indicadores utilizados para o seu cálculo (Número de iniciativas de internacionalização/captação de IDE e Número de participantes em iniciativas de discussão da RIS3) se ultrapassou a meta definida.

Durante o ano de 2016, foram concretizadas 17 iniciativas de internacionalização e/ou captação de Investimento Direto Estrangeiro (IDE) que contribuíram para a projeção internacional da Região Centro. Mais concretamente, foram asseguradas representações de alto nível em vários eventos internacionais passando por Bruxelas, Berlim, Groningen e Sevilha, não descurando igualmente os eventos nacionais com projeção internacional. Foi lançado o Boletim Europa e, em áreas consideradas relevantes para a estratégia regional, desenvolveu-se um esforço de inserção em consórcios internacionais fortes que se consubstanciaram em dois projetos aprovados no Programa Horizonte2020 (H2020), aguardando-se ainda os resultados relativos a outras candidaturas submetidas (em H2020 e no POCTEP). Procurou dinamizar-se o Plano de Ação acordado entre a CCDRC e a AICEP, entidade que a nível nacional é responsável pela promoção e internacionalização das empresas portuguesas e pela captação de investimento estruturante no sentido de promover a imagem de Portugal. O lançamento do Barómetro de IDE na Região Centro é disso um bom exemplo (com a edição de Fevereiro e Dezembro). Foram promovidas sessões de apresentação e divulgação dos principais atores regionais junto de delegações estrangeiras provenientes de Zhejiang (República Popular da China) e de Berlim (Alemanha). Foi subscrito um memorando de entendimento para a dinamização da Centro^{PT} Health Alliance, enquanto conjunto de parceiros estratégicos da Região na área da Saúde. Registou-se ainda, ao longo de todo o ano, uma participação muito pró-ativa na Comissão Permanente de Apoio ao Investidor (CPAI), tendo sido acompanhados 17 projetos, que representam um volume de investimento previsto de 805,9 M€ e a criação de 868 postos de trabalho. Destaque ainda para a projeção mediática da Região pelo Prémio Regiostars 2016 na Categoria 2- Crescimento Sustentável ganho pela BLC3 - Campus de Tecnologia e Inovação, de Oliveira de Hospital, com o projeto "Centro BIO: Bioindústrias, Biorrefinarias e Bioprodutos", Lda.

No que respeita ao indicador do número de participantes em iniciativas de discussão da RIS3 do Centro de Portugal foi possível mobilizar, ao longo de todo o ano, um total de 461 participações quer pelo envolvimento ativo nas três sessões de divulgação do processo de consulta pública que a CCDRC lançou no final de 2016 (em Coimbra, Covilhã e Leiria), quer em discussão coletiva com elementos da Comissão Europeia ou pela dinamização dos órgãos de governação da RIS3 envolvendo o Conselho Coordenador e os coordenadores externos dos Grupos de Trabalho criados para cada Plataforma de Inovação.

Objetivo Operacional 6 - Otimizar a aplicação de Fundos Estruturais na Região Centro (Relevante)

As metas alcançadas permitem à Região Centro responder de forma positiva ao desafio de otimizar a utilização de fundos comunitários na região. O Centro 2020 destacou-se por ser um dos programas com maior execução, sendo ao nível dos sistemas de incentivos o programa regional que apresenta melhor execução.

No que se refere aos prazos de aprovação de uma operação, apesar das dificuldades iniciais com o sistema de informação, e que ainda perduram no que se refere ao FSE, foi possível ultrapassar a meta.

Objetivo Operacional 7 - Garantir a monitorização e divulgação da Qualidade do Ar da Região Centro

Este objetivo divide-se em dois indicadores :

Ind. 11 - Disponibilização ao público do Relatório Anual da Qualidade do ar na Região Centro

O Relatório Anual da qualidade do Ar da região Centro foi concluído em 19 de abril e disponibilizado ao público a 26 de maio, após aprovação superior, o que perfez 146 dias, com superação do objetivo.

Ind. 12 - Disponibilização do Inventário Anual Regional de Emissões de Poluentes Atmosféricos

O Inventário Anual de Emissões de Poluentes Atmosféricos foi concluído a 29 de junho disponibilizado ao público a 30 de junho, após despacho superior, o que perfez 181 dias, cumprindo a meta estabelecida para o objetivo.

Objetivo Operacional 8 - Melhorar o grau de satisfação percecionada pelos parceiros e utentes dos serviços da CCDRC (Relevante)

Foi efetuado um questionário confidencial para aferir o grau de satisfação dos parceiros/utentes, utilizando uma plataforma eletrónica de recolha de respostas, e uma escala de medição situada entre 1 (muito insatisfeito) e 10 (muito satisfeito), conduzindo a um valor médio de satisfação situado em 7.3, resultado que não pode deixar de ser considerado muito positivo.

Objetivo Operacional 9 - Melhorar os tempos de resposta a solicitações externas (Relevante)

Foi atribuído ao GAIQ – Gabinete de Auditoria Interna e Qualidade a responsabilidade de monitorizar o cumprimento deste objetivo operacional.

Neste contexto e tendo por base os contributos das Unidades Orgânicas da CCDRC foi desenvolvida, uma metodologia de análise que permitisse avaliar de uma forma transversal os resultados apresentados por cada uma das UO, uniformizando-se os procedimentos ao nível das DSR's.

Verificou-se que a percentagem de resposta às 7.555 solicitações externas em que o tempo de resposta não excedeu 30 dias úteis atingiu os 98,6% o que resultou numa melhoria relativamente ao ano anterior (97,8%).

Objetivo Operacional 10 - Aumentar a visibilidade externa

Divulgar e promover as atividades da CCDRC e do Centro 2020, de forma a aumentar a sua notoriedade junto da comunicação social e da população da Região Centro, foi o principal objetivo da Assessoria de Comunicação da Presidência da CCDRC em 2016. A estratégia de comunicação da CCDRC concretizou-se na disponibilização de serviços, produtos e eventos que evidenciem a importância do trabalho da CCDRC e do Centro 2020 para a afirmação do Centro de Portugal.

A comunicação com os media é uma condição essencial para dar visibilidade ao trabalho feito na CCDRC. Ao longo do ano de 2016, foi dada continuidade à implementação de uma estratégia coerente e contínua, sustentada por contactos regulares com os órgãos de comunicação social, de forma a criar um relacionamento sólido e de confiança.

Objetivo Operacional 11 - Sensibilizar cidadãos e instituições para as temáticas do ordenamento do território, ambiente e desenvolvimento regional (Relevante)

Durante o ano de 2016 foram realizadas 90 ações de sensibilização sobre Ordenamento do Território/Ambiente/Desenvolvimento Regional de acordo com a área de atuação da CCDRC. A Taxa de cobertura territorial destas ações de sensibilização foi de 51%, uma vez que foram desenvolvidas em 39 municípios.

Durante o ano de 2016 foram realizadas 14 ações de sensibilização sobre Ordenamento do Território em 14 municípios da área de abrangência da CCDRC, o que justificou uma taxa de cobertura de 18,2% do território.

Em matéria de ambiente, foram realizadas 9 ações de educação e sensibilização ambiental; seis dirigidas a alunos de Escolas do Ensino Básico e Secundário, uma visita com alunos do Ensino Superior à Estação da Qualidade do Ar localizada no Instituto Geofísico em Coimbra e dois workshops em colaboração com a Associação da Bandeira Azul (ABAE); um destinado a divulgar o programa GreenKey e outro destinado à entrega de prémios aos municípios candidatos ao Programa ECOXXI. Estas ações tiveram lugar em território que abrangeu 4 municípios.

- b) **Autoavaliação qualitativa**, nos termos do n.º 2 do artigo 15.º da Lei n.º 66-B72007, de 28 de Dezembro.

Na tabela seguinte é apresentada a avaliação qualitativa.

Tabela 2 – Autoavaliação qualitativa

Designação/Alíneas	Realizado	Não realizado	Observações
a) À apreciação, por parte dos utilizadores, da quantidade e qualidade dos serviços prestados, com especial relevo quando se trate de unidades prestadoras de serviços a utilizadores externos	x		Foi efetuado um inquérito externo para medir o grau de satisfação dos utilizadores externos. Os resultados deste inquérito podem ser observados no Anexo 4.
b) À avaliação do sistema de controlo interno	x		<p>A CCDRC integra na sua orgânica o Conselho de Coordenação Intersectorial e o Conselho Regional, que se encontram, não apenas devidamente instituídos, mas a desenvolver um conjunto diversificado de iniciativas inscritas nas respetivas áreas de competência.</p> <p>Os sistemas de controlo administrativo e financeiro encontram-se assentes na implementação do Manual de Controlo Interno e no Plano Diretor de Sistemas de Informação, concretizados na integração do GEP (sistema de gestão documental e <i>workflow</i> de processos) com o conjunto de aplicações do ERP (contabilidade, recursos humanos, aprovisionamento e inventário).</p> <p>A esta base tecnológica e procedimental acresce a utilização generalizada da assinatura digital, como garantia de consistência e fiabilidade da informação fornecida nos processos decisórios.</p> <p>Refira-se, por fim, que a ação da CCDRC no âmbito da gestão de fundos comunitários está sujeita aos diversos mecanismos e auditorias levadas a efeito pelas entidades responsáveis. De destacar que estas ações são implementadas já que a CCDRC é a entidade pública responsável pelo apoio administrativo, técnico, logístico e financeiro à Autoridade de Gestão do Programa.</p> <p>Está igualmente em funcionamento o Gabinete de Auditoria Interna e Qualidade que participa ativamente no controlo e auditoria ao funcionamento interno da organização.</p> <p>Acresce ainda que a entrada em funções em 2014 do Fiscal Único foi potenciadora de um aumento das pistas de auditoria e controlo a que a organização está sujeita.</p>
c) Às causas de incumprimento de ações ou projetos não executados ou com resultados insuficiente	x		Não se identificaram incumprimentos dignos de nota.
d) Às medidas que devem ser tomadas para um reforço positivo do seu desempenho, evidenciando as condicionantes que afetem os resultados a atingir			As medidas a tomar para reforçar o desempenho do Serviço passam basicamente por dois vetores: melhorar a comunicação interna e externa da CCDRC e envolver mais os trabalhadores na tomada de decisão. Num plano externo diminuir a idade média dos trabalhadores com a entrada de novos colaboradores.
e) À comparação com o desempenho de serviços idênticos, no plano nacional e internacional, que possam constituir padrão de comparação	n.a	n.a	
f) À audição de dirigentes intermédios e dos demais trabalhadores na auto-avaliação do serviço.	x		A metodologia de elaboração dos Planos de Atividades e dos respetivos Relatórios resulta de uma iteração estreita entre a Presidência, os dirigentes e os funcionários responsáveis pelas diversas atividades, envolvendo a definição e prossecução quer da estratégia e dos objetivos estratégicos, quer dos principais objetivos operacionais, projetos e ações das iniciativas e atividades desenvolvidas.

Meios humanos

A análise da “produtividade” permite evidenciar a relação entre os meios humanos e a avaliação do serviço, consubstanciando-se na seguinte “fórmula”: avaliação global do serviço *versus* recursos humanos utilizados/planeados.

Tabela 3 – Meios Humanos

	Pontuação	Planeados	Realizados	Desvio
Dirigentes – Direção superior	20	220	220	0
Dirigentes – Direção intermédia e Chefes de equipa	16	416	416	0
Técnicos Superiores	12	1839	1752	-84
Assistentes Técnicos	8	408	408	0
Assistente Operacional	5	35	35	0
Coordenador Técnico	9	9	9	0
Especialistas de Informática	12	36	36	0
Técnicos de Informática	8	16	16	0

Nota: Inclui os contratados a termo incerto, afetos ao Programa Operacional da Região Centro.

Este quadro é reflexo da ponderação apresentada no QUAR 2016.

O desvio negativo apresentado na tabela deve-se às restrições da CCDRC à integração de mais trabalhadores e à abertura de procedimentos concursais no âmbito do Programa Operacional Regional do Centro 2020.

Meios financeiros

As demonstrações financeiras foram elaboradas em conformidade com os princípios e demais critérios definidos no Plano Oficial de Contabilidade Pública, aprovado pelo Decreto-Lei nº 232/97, de 3 de setembro, cumprindo, igualmente as instruções relativas à organização e apresentação das contas definidas pelo Tribunal de Contas constantes das Instruções nº 1/2004 – 2ª Seção.

Uma análise “custo/eficácia” permite evidenciar a relação entre os meios financeiros e a avaliação do serviço que pode ser verificada nos quadros seguintes:

Tabela 4 - Meios Financeiros

	Meios financeiros		Avaliação global do serviço
	Orçamento Funcionamento	PIDDAC	
Estimado (€)	6 796 339	4 603 323	A taxa de execução total foi de 84.4%
Executado (€)	6 169 671	3 454 539	
Desvio (€)	623 668	1 148 784	
Desvio (%)	10%	25%	

Os desvios ocorridos entre o estimado e o executado devem ser abordados segundo duas vertentes:

1. **Orçamento de funcionamento** – As despesas de funcionamento apresentam uma taxa global de execução de 90%. As despesas com o pessoal atingiram um grau de execução de 94% e as outras despesas de funcionamento atingiram um grau de execução de 81%.

O quadro seguinte mostra o grau de execução das despesas de funcionamento.

Tabela 5 – Grau de execução do orçamento de funcionamento

Tipo de Despesa	Orçamento (€)	Execução (€)	Grau de execução
Despesa com pessoal	5 859 482	5 501 021	93,88%
Despesas correntes	726 416	524 898	72,27%
Transferências correntes	125 367	103 885	82,86%
Outras Despesas	53 074	15 186	28,61%
Despesas de capital	32 000	24 681	77,13%
Totais	6 796 339	6 169 671	90,78%

O peso de cada grupo de despesa na execução é o seguinte:

Tabela 6 – Peso dos grupos de despesa na execução

Tipo de Despesa	Peso
Despesa com pessoal	80,94%
Despesas correntes	7,72%
Transferências correntes	1,53%
Outras Despesas	0,22%
Despesas de capital	0,36%

Podemos assim concluir, que a estrutura da despesa é dominada pelas despesas com pessoal que têm um peso superior a 81%. São ainda evidenciados os esforços de poupança e racionalização efetuados pela CCDRC que conseguiu fazer melhor utilizando menos recursos financeiros.

2. **PIDDAC** – O conjunto de projetos que constituem este programa de investimento apresenta uma taxa global de execução de 75%.

O quadro seguinte mostra a execução de cada um dos projetos PIDDAC:

Tabela 7 – A Grau de execução do PIDDAC

Projeto		Orçamento(€)	Execução (€)	Grau execução
Código	Designação			
9272	Assistência Técnica - Centro 2020	4.353.564	3441.083	79%
9388	Monitorização Ambiental da Região Centro	36.000	8.708	24%
9686	Cooperação Territorial	26.000	4.748	18%
9699	Promoção da Região Centro	187.669	0	0%
Totais		4.603.233	3.454.539	75%

A reduzida taxa de execução dos projetos foi motivada por algum atraso nos reembolsos dos pedidos de pagamento ou na aprovação das candidaturas e pela dificuldade em dotar o orçamento da componente nacional das despesas a efetuar.

Meios materiais

O património da CCDRC é constituído por equipamento básico, administrativo e equipamento de transporte. Até ao fim do exercício de 2016, foram cadastrados 7223 bens cujo valor bruto atinge 2.959.425€. O inventário não contempla os edifícios da sede, em virtude de não se encontrarem registados em nome da CCDRC mas sim do Estado Português.

O parque automóvel da CCDRC é constituído por 36 viaturas, das quais 4 se encontram inativas e cujo processo de abate foi iniciado no ano de 2016, estando prevista a sua recolha durante o primeiro trimestre de 2017.

Durante o ano de 2016 foram percorridos 598.618 km, o que implica uma média mensal de 49.885 km e uma média por veículo de 1.559 km.

Da frota ativa, 21 viaturas são propriedade da CCDRC e 11 são adquiridas em regime de AOV (aluguer operacional de viaturas).

As viaturas próprias são parte integrante do inventário acima referido.

Tabela 8 – Parque automóvel

Nº de viaturas	Combustível gastos em 2016(litros)	Nº de km percorrido em 2016s	Gastos	
			Combustível	Conservação e manutenção
32	34.466	598.618	39.441€	23.048€

Neste ponto são apresentados os diferentes indicadores e as fontes de verificação que garantem a fiabilidade e integridade dos dados

Apresentamos de seguida, para cada indicador, a respetiva fonte de verificação:

Tabela 9 – Fonte de Verificação dos indicadores do QUAR

Indicadores	Fonte de Verificação
Ind. 1 - N.º de decisões tomadas em processos de contraordenação ambiental	Sistema de Informação da CCDRC (Aplicação Gestão de Processos - GEP)
Ind. 2 - Média de dias úteis ganhos nos procedimentos de AIA, face ao prazo legal para emissão da DIA	Sistema de Informação da CCDRC (Aplicação Gestão de Processos - GEP)
Ind. 3 - Número de situações resolvidas	Sistema de Informação da CCDRC (Aplicação Gestão de Processos - GEP) e tabela em Excel.
Ind. 4 - Percentagem de decisões dadas no portal Regime Jurídico de Urbanização e Edificação (RJUE)	Portal RJUE
Ind. 5 - Percentagem de pareceres emitidos no âmbito do Regime Jurídica do Sistema da Indústria Responsável (SIR), via Plataforma de Interoperabilidade da Administração Pública (PIAP)	Plataforma PIAP
Ind. 6 - Relatar análises do acompanhamento do exercício económico-financeiro fundamental dos Municípios da Região Centro	Atas, Relatórios, Portal da CCDRC
Ind. 7 - Número de iniciativas de internacionalização/captação de IDE	Tabela de Excel e notícias no portal da CCDRC
Ind. 8 - Número de participantes em iniciativas de discussão da RIS3	Folhas de presenças
Ind. 9 - Percentagem de candidaturas ao Centro 2020 aprovadas num prazo inferior a 55 dias	Balcão 2020
Ind. 10 - Taxa de execução financeira do Centro 2020	Balcão 2020
Ind. 11 - Disponibilização ao público do Relatório Anual da Qualidade do Ar na Região Centro	Relatório /Portal da CCDRC
Ind. 12 - Disponibilização do Inventário Anual Regional de Emissões de Poluentes Atmosféricos	Relatório /Portal da CCDRC
Ind. 13 - Grau de satisfação de parceiros/utentes uma escala de 1-10	Inquérito
Ind. 14 - Percentagem de situações em que o tempo de resposta a solicitações externas não excede 30 dias úteis	Sistema de Informação da CCDRC (Aplicação Gestão de Processos - GEP)

Ind. 15 - Número de referências não negativas publicadas na comunicação social sobre a CCDRC/Mais Centro/Centro 2020	Serviço de clipping
Ind. 16 - Número de conferências/ações de sensibilização sobre Ordenamento do Território/Ambiente/Desenvolvimento Regional	Programas/Atas das reuniões/Portal/GEP
Ind. 17 -Taxa de cobertura territorial das ações de sensibilização	Programas/Atas das reuniões/Portal/GEP

Análise ao Plano de Atividades

A análise ao grau de cumprimento dos objetivos assumidos no Plano de Atividades 2016 (Anexo 2), pelas diferentes unidades orgânicas, demonstra a consistência de atuação da CCDRC nas suas áreas principais de referência, reforçando o papel do QUAR como “espelho” do que mais importante se fez em determinado ano e dando simultaneamente a conhecer à Comunidade uma visão global dos nossos principais projetos e objetivos.

Os números gerais foram os seguintes:

Tabela 10 – Grau de cumprimento dos objetivos

	Objetivos
Superado	9
Cumpriu	2
Não cumpriu	0
Híbrido	0

De forma mais detalhada e analisando de forma individual cada uma das unidades orgânicas, são estes os resultados:

Tabela11 – Grau de cumprimento dos objetivos por unidade orgânica

Objetivos Anuais		Grau de Cumprimento dos objetivos				
		Superados	Cumpridos	Não Cumpridos	Híbridos	
DSDR	3	3	0	0	0	
DSAJAL	8	7	1	0	0	
DSOT	7	7	0	0	0	
DSA	15	10	1	4	0	
DSF	5	3	1	1	0	
DSCGAF	10	7	3	0	0	
DSE	Aveiro	5	2	3	0	0
	C. Branco	6	4	2	0	0
	Guarda	5	5	0	0	0
	Leiria	5	4	1	0	0
	Viseu	5	4	1	0	0
Centro 2020	2	2	0	0	0	
Total	76	58	13	5	0	

Direção de Serviços de Desenvolvimento Regional (DSDR)

A DSDR definiu um Plano de Atividades assente em três grandes objetivos. Um destes objetivos, o de “Consolidar a CCDRC como broker territorial para a competitividade, inovação e internacionalização” foi inclusive considerado relevante no QUAR da CCDRC. Ele foi claramente superado na medida em que os quatro indicadores selecionados para o quantificar foram, todos eles, superados. Assim, foram concretizadas 17 “iniciativas de internacionalização/captação de IDE” superando a meta estipulada, em resultado de um forte envolvimento da CCDRC com os atores regionais (já descrito na análise efetuada ao QUAR). De igual modo foi superada largamente a meta prevista das 18 “iniciativas de dinamização com entidades regionais e de promoção da região, dos seus recursos e da CCDRC”, de que são bons exemplos a 2ª Gala de reconhecimento das empresas gazela da Região Centro, o 3º Concurso Regional de Ideias de Negócio nas Escolas e um evento de Brokerage dedicado exclusivamente aos assuntos marítimos. Foram igualmente promovidos Gabinetes de Apoio ao Promotor itinerantes (Oliveira do Hospital, Lousã e Condeixa) e foi lançado um processo de consulta pública da RIS3 e o primeiro Balcão de Responsabilidade Social Científica em Portugal. Foram dinamizadas ações de sensibilização nas escolas e houve várias participações ativas em seminários/workshops, onde se discutiram temas relevantes da estratégia regional, como seja a RIS3 ou a economia circular. Por iniciativa da CCDRC foram criadas/reforçadas várias redes e/ou

consórcios regionais de atores (como seja o ageing@coimbra, a CentroPT Health Alliance ou a declaração “Noite saudável das cidades do Centro de Portugal”), sendo que houve também uma clara aposta em parcerias que permitam aproveitar os fundos do Programa Horizonte 2020 (H2020) na vertente de *teaming* com regiões mais desenvolvidas (seja na área do envelhecimento ativo, no estudo do cérebro ou na economia circular). Deram-se a conhecer as oportunidades de financiamento europeu na área da Saúde (quer no H2020, quer no 3º Programa de Saúde 2014-2020) e, durante o ano de 2016, desenvolveu-se uma plataforma para divulgar os Incentivos Locais que as 100 Autarquias da Região proporcionam aos seus investidores. Finalmente, e com a intenção de aproximar a Região da União Europeia, participou-se ativamente na Semana Europeia das Regiões e Cidades (EWRC, ex-Open Days), e organizou-se a visita de peritos do “Joint Research Centre” da Comissão Europeia ao Centro, enquanto única região portuguesa selecionada no âmbito de um projeto que apoia *Lagging Regions* no desenvolvimento das suas estratégias de especialização inteligente (RIS3). O terceiro indicador foi também ele superado tendo sido promovidas 102 “reuniões realizadas pelo Gabinete de Apoio ao Promotor com entidades externas”, acrescidas de várias outras formas de contacto e de apoio ao investimento que o GAP dinamizou ao longo do ano. Por fim, o indicador que procurou garantir que o processo de construção da RIS3 fosse participado e discutido com os atores regionais foi também superado com 461 “participações em iniciativas de discussão da RIS3”.

No caso do segundo objetivo “Afirmar o desenvolvimento territorialmente coerente” foram também superados os indicadores definidos para 2016. Por um lado, mantiveram-se níveis interessantes de utilização do DataCentro sendo que, ao esforço interno de atualização de mais de 700 indicadores no ano de 2016, se somou uma procura de informação significativa com a consulta de mais de 13.000 páginas pelos utilizadores da plataforma. De igual modo foi possível superar os relatórios de monitorização previstos e que permitiram acompanhar e monitorizar o desenvolvimento na Região Centro. Disso são exemplo, as atualizações do Barómetro Regional do Centro, os vários Boletins Trimestrais de Conjuntura, a análise das Políticas Públicas no Centro de Portugal, um estudo do PIB da Região Centro – Processos de convergência e divergência ou os documentos divulgados que procuram apresentar, numa linguagem descodificada, o estado de arte da Estratégia de Investigação e Inovação para uma Especialização Inteligente (RIS3) do Centro de Portugal. Fruto de todo o trabalho desenvolvido na DSDR, foi possível contribuir ativamente com propostas de comunicados de imprensa e/ou notícias para o portal e redes sociais da CCDRC tendo sido superado o objetivo inicial relativo às “notas de apoio à divulgação na comunicação social e no portal da CCDRC”. Nos Incentivos do Estado à Comunicação Social (competências asseguradas pela DSDR desde 2015), na dimensão do incentivo à leitura de publicações periódicas foi validada a despesa apresentada pelos operadores postais no montante de 1,5 milhões de euros, correspondendo ao envio de 10,1 milhões de exemplares. Foram também analisados 18 processos de atribuição/renovação do cartão de acesso, sendo três indeferidos. Na outra dimensão “incentivos diretos” foram analisadas 19 candidaturas e processados 15 pedidos de pagamento. Durante o ano de 2016, a unidade orgânica deu ainda resposta atempada a um volume de trabalho muito significativo, no âmbito dos projetos candidatos ao Portugal 2020, nos sistemas de incentivos às empresas, quer no que respeita à análise da admissibilidade em termos de alinhamento com a RIS3 do Centro, como de análise e pontuação do critério do mérito regional (critério D) para um total de 2.124 candidaturas, de 28 avisos de concurso, representando um acréscimo face ao ano anterior de 36,7% de candidaturas.

O terceiro objetivo da DSDR de dinamizar a cooperação territorial europeia na região Centro nas suas diferentes dimensões foi superado em termos de “iniciativas de cooperação dinamizadas pela

CCDRC”. Por um lado, a CCDRC integra as Comunidades de Trabalho transfronteiriças CenCyL e EUROACE, no âmbito das quais, em 2016, se destaca o encerramento dos projetos dos respetivos Gabinetes de Iniciativas Transfronteiriças, apoiados pelo Programa INTERREG POCTEP 2007-2013 e a submissão dos novos projetos ao INTERREG V-A – POCTEP 2014-2020 sendo ainda de destacar, na região, e ambas no contexto EUROACE, a reunião de Coordenação do GIT em Coimbra, a Comissão Setorial do Ambiente em Castelo Branco e a celebração do Dia da Europa que teve lugar (numa parceria com a Câmara Municipal de Castelo Branco) no Tejo Internacional. Ainda no contexto da EUROACE, merece especial referência a participação da CCDRC no projeto AGROPOL que surge no seguimento da sua participação ativa na Conferência ERIAFF 2016 (European Regions for Innovation in Agriculture, Food and Forestry), em Badajoz. O projeto AGROPOL – desenvolvimento de um modelo de região transfronteiriça europeia no setor agro-alimentar é uma iniciativa financiada pela Comissão Europeia (DG AGRI) e tem como objetivo o desenvolvimento de ações piloto na cadeia de valor agroalimentar/agroflorestal que implementem uma estratégia conjunta inter-regional e lancem ações piloto concretas. O projeto teve início em maio e, até ao final do ano, realizaram-se cinco reuniões, duas das quais organizadas no Centro, tendo sido ainda mobilizados *stakeholders* regionais do Centro para uma reunião em Évora. Outra das dimensões das atividades de cooperação da CCDRC, e ainda no plano transfronteiriço, concretiza-se no papel de organismo intermédio que a CCDRC assume na gestão do Programa Operacional de Cooperação Transfronteiriça Espanha-Portugal (POCTEP), INTERREG V-A. Neste contexto, no primeiro semestre do ano o essencial das atividades concentraram-se no encerramento do Programa 2007-2013, tendo sido possível atingir uma taxa de execução de quase 99%. Já no segundo semestre, o esforço dirigiu-se à avaliação das candidaturas submetidas à 1ª convocatória do Programa 2014-2020, participando a CCDRC na avaliação dos critérios estratégicos das mais de 130 candidaturas onde participam beneficiários do Centro.

No contexto dos restantes Programas de Cooperação Territorial Europeia (CTE), importa sublinhar que a CCDRC integrou o Comité de Acompanhamento do Programa INTERREG SUDOE tendo procurado apoiar os beneficiários do Centro que participaram em candidaturas aprovadas na 1ª fase procurando obter informação útil junto da AD&C que poderia ser disponibilizada aos parceiros do Centro com o objetivo de melhorar as candidaturas na 2ª fase. Realizou-se ainda uma sessão de esclarecimentos na CCDRC. No âmbito do Programa INTERREG Espaço Atlântico, procurou-se dar apoio aos beneficiários do Centro que o solicitaram à CCDRC e a disseminação das oportunidades de parceria. Quanto ao Programa INTERREG Europe, para além de também no contexto deste Programa se assegurar a disseminação de oportunidades de parceria junto dos agentes regionais, a CCDRC foi solicitada para integrar o Grupo Local de projetos aprovados no âmbito da 1ª Convocatória. Foi o caso do projeto CISMOB (Cooperative information platform for low carbon and sustainable mobility), cujo parceiro líder é a Universidade de Aveiro, e do projeto OSIRIS (Open Social Innovation policies driven by cocreative Regional Innovation ecosystemS), cujo parceiro do Centro é a Câmara Municipal do Fundão. Ainda no contexto destes Programas, a CCDRC acompanha o URBACT, fazendo parte do Grupo de ligação CCDR/Direção Geral do Território. A CCDRC procurou, pois, apoiar sempre a participação de parceiros do Centro em projetos de cooperação, e formalizou esse apoio em Cartas de conforto que integram as respetivas candidaturas. Tal acontece nos diferentes Programas da CTE e demais programas europeus, tendo-se formalizado o apoio a cerca de 50 projetos diferentes. A Região Centro integra igualmente a macro região do Sudoeste Europeu, RESOE e aderiu, durante 2016, à Rede Europeia de Regiões com Desafios Demográficos tendo também assinado a “Declaração política na defesa de uma política regional forte e renovada pós 2020”, iniciativa de uma região austríaca que rapidamente mereceu a adesão de mais de 150 regiões europeias.

Direção de Serviços de Apoio Jurídico e à Administração Local (DSAJAL)

A DSAJAL, em 2016, continuou a acompanhar tecnicamente a aplicação a nível autárquico de regimes jurídicos autárquicos inovadores ou com problemáticas especialmente relevantes.

Nesse sentido, realizaram-se cinco Sessões Flash, sobre «Temas Candentes do Direito Autárquico», com a participação de 457 eleitos locais e trabalhadores municipais e de freguesias da área de intervenção da CCDR Centro.

Nessas Sessões Flash foram debatidos os seguintes temas: publicidade das reuniões dos órgãos autárquicos, jornalistas, gravações, documentos administrativos, atas; aquisições de bens e serviços (Orçamento de Estado e Código dos Contratos Públicos); poderes tributários autárquicos e benefícios fiscais autárquicos; inelegibilidades de dirigentes, trabalhadores e membros de GAP autárquicos em eleições autárquicas; procedimento regulamentar autárquico; inscrição nas ordens profissionais de trabalhadores autárquicos.

Foi ainda promovida uma “Sessão de Análise e Debate” tendo como destinatários autarcas, dirigentes e trabalhadores dos cinco municípios onde se encontra a decorrer a experiência-piloto da delegação de competências na área da Educação através da celebração de contratos interadministrativos com o Estado - Águeda, Batalha, Oliveira do Bairro, Mealhada e Vila de Rei - com o objetivo de promover e estimular eventuais melhorias na sua aplicação bem como diagnosticar problemas e encontrar soluções para os constrangimentos entretanto identificados.

Também foram elaborados dois guias, sobre procedimento regulamentar autárquico e fundo de maneiço, divulgados ao público no Portal da CCDR.

No guia sobre procedimento regulamentar autárquico procurou efetuar-se uma leitura integrada das novas disposições do CPA sobre o procedimento regulamentar com as especificidades autárquicas.

Com o “Guia de Apoio aos autarcas na elaboração do Regulamento do Fundo de Maneiço para as Freguesias da Região Centro” pretendeu-se ultrapassar os constrangimentos em algumas freguesias da Região Centro subjacentes ao referido mecanismo, nomeadamente em termos da sua operacionalização.

Ainda no sentido de tornar o apoio autárquico eficaz foram divulgados, no portal da CCDRC, relatórios, apresentações divulgadas nos seminários e nas sessões de esclarecimento, artigos e notas técnicas, pareceres jurídicos, designadamente sobre eleitos locais, órgãos autárquicos, atribuições e competências, recursos humanos, contratação pública, edificação, urbanização e finanças locais.

No âmbito do apoio jurídico ao QREN e aos serviços da CCDR elaboraram-se 62 pareceres jurídicos, emitidos na totalidade até 30 dias sobre a data de entrada do respetivo pedido.

Os juristas da DSAJAL elaboraram também várias peças processuais, no âmbito de processos contenciosos do foro administrativo, em que a CCDR Centro foi parte processual.

No âmbito do apoio jurídico autárquico elaboraram-se 305 pareceres jurídicos, tendo 100 % dos mesmos sido emitidos até 30 dias sobre a data de entrada do respetivo pedido na CCDR.

Os pareceres jurídicos emitidos respeitaram, maioritariamente, aos seguintes temas: atribuições e competências municipais e das freguesias; regulamentos externos autárquicos; eleitos locais; contratos públicos; recursos humanos; funcionamento de órgãos autárquicos e de comunidades intermunicipais; benefícios fiscais autárquicos; empresas locais; empresas participadas.

Instruíram-se 590 processos de contraordenação , com redução das pendências de processos a instruir.

Foi também prestado apoio técnico aos Municípios da Região Centro em matéria de Finanças Locais, no âmbito dos instrumentos contabilísticos e financeiros vigentes, materializado no acompanhamento e verificação dos documentos previsionais para 2016 e dos documentos de prestação de contas de 2015, e reporte da correspondente informação à Direção-Geral das Autarquias Locais, bem como no respeitante ao Fundo Social Municipal.

Acompanhou-se o desempenho das Freguesias da Região Centro em matéria de Finanças Locais, no âmbito dos instrumentos contabilísticos e financeiros vigentes, tendo sido verificados 670 documentos previsionais para 2016 e 708 documentos de prestação de contas de 2015.

Foi prestado apoio às autarquias locais, onde a par da resposta às solicitações por estas colocadas (7 informações para Câmaras Municipais e 8 informações para freguesias), 23 visitas técnicas a Câmaras Municipais no âmbito do Fundo Social Municipal, 8 visitas técnicas às Freguesias, e divulgados no portal da CCDRC, relatórios e notas técnicas.

Foram realizadas 15 reuniões das Comissões de Acompanhamento de cinco contratos interadministrativos de Delegação de Competências na área da Educação e 2 reuniões respeitantes a um contrato interadministrativo de Delegação de Competências na área da Cultura.

No âmbito dos “Contratos para a Reforma e Partilha e Integração dos serviços ou competências dos Municípios” foram acompanhados os 3 contratos celebrados com comunidades intermunicipais na Região Centro, tendo sido elaboradas informações respeitantes a cada um deles e submetidas para conhecimento da DGAL.

Relativamente ao “Projeto de Modernização Administrativa das Freguesias”, a DSAJAL, juntamente com as cinco Divisões Sub-Regionais, procedeu à verificação, nas freguesias contempladas, da instalação dos equipamentos e dos sistemas comparticipados pela DGAL, e elaborou o relatório final do programa que submeteu à DGAL.

As atividades realizadas em 2016 permitiram continuar a consolidar a relação de valor e proximidade entre a CCDRC e as autarquias locais, Municípios e Freguesias, bem como com as entidades intermunicipais, através de serviços de qualidade e de uma postura de excelência, reforçando a capacitação autárquica.

Direção de Serviços de Ordenamento do Território (DSOT)

No Plano de Atividades de 2016 a DSOT estabeleceu 7 objetivos, desdobrados em 10 indicadores, tendo sido superadas todas as metas estabelecidas, resultado que só foi possível alcançar com o elevado empenho de toda a equipa, tendo em conta, por um lado, o elevado número de solicitações, com prazos de resposta variando, na maioria, entre os 5 e os 20 dias, e por outro, a necessidade de adaptação e capacitação dos técnicos às alterações legislativas decorrentes da publicação da Lei de Bases do Ordenamento do Território e do Urbanismo.

Tendo esta Lei cometido às CCDR a competência para identificar as normas vinculativas dos particulares, constantes dos 16 planos especiais incidentes na Região Centro, tarefa que havia sido concluída em 2015, iniciou-se, em 2016, o processo de transposição dessas normas para os PDM.

Nesse sentido foram realizadas reuniões com os 7 municípios que iniciaram já esse processo, o que decorreu em forte articulação com a Agência Portuguesa do Ambiente (APA) e com o Instituto de Conservação da Natureza e Florestas (ICNF), enquanto entidades responsáveis pela elaboração dos planos especiais.

Quanto ao objetivo de garantir a decisão concertada das entidades externas, quer nos procedimentos relativos aos instrumentos de planeamento, quer nos procedimentos de gestão territorial considera-se que o mesmo foi largamente atingido, porquanto foram promovidas 79 reuniões (plenárias, setoriais, de acompanhamento e de concertação) no âmbito da formação e dinâmica dos planos municipais de ordenamento do território; 22 reuniões de acompanhamento e duas conferências de serviço em processos de delimitação e alteração REN municipais; 238 conferências de serviço em procedimentos para ocupação de solos da REN, ao abrigo do artigo 24.º do regime jurídico da REN. A estes acresce a emissão, através do SIRJUE, de 2630 decisões globais em razão da localização no âmbito do artigo 13-A do RJUE e 58 conferências decisórias.

Relativamente ao cumprimento dos prazos é de sublinhar que na área da gestão territorial foram elaborados 2378 pareceres, todos emitidos em prazo que não ultrapassou os 30 dias e com um tempo médio de resposta de 10,55 dias. Na vertente do acompanhamento aos processos de elaboração, alteração e revisão dos instrumentos de gestão territorial, bem como à sua suspensão e medidas preventivas, foi dada resposta a 116 solicitações, todas dentro do prazo legal.

Quanto ao objetivo de sensibilização de cidadãos e instituições para as temáticas do ordenamento do território, o qual constitui também um objetivo operacional do QUAR, foram desenvolvidas 14 ações de sensibilização em diversos municípios, no sentido de melhorar a capacitação de cidadãos e empresas relativamente ao enquadramento, sistematização, interpretação e aplicação do vasto quadro legal que enquadra o ordenamento do território e a gestão territorial, tendo em vista a melhoria da qualidade e celeridade das respostas aos interessados e a promoção de um modelo de desenvolvimento territorial sustentável, estruturante e resiliente. Estas ações incidiram também sobre o novo Regime Extraordinário de Regularização de Atividades Económicas que atribuiu às CCDR um papel determinante na prossecução dos diversos procedimentos nele previstos, nomeadamente na alteração aos instrumentos de gestão territorial ou das restrições de utilidade pública, que possibilitem a regularização dessas atividades.

Em colaboração com a DGT, foram promovidos 2 workshop e 1 seminário.

No que respeita à atualização da informação disponibilizada no portal da CCDRC e face à alteração do quadro legal do ordenamento do território e do urbanismo, foi também necessário rever os Guias Orientadores dos Planos de Urbanização e dos Planos de Pormenor, bem como criar e atualizar um conjunto de documentos relativos a estas matérias.

É ainda de sublinhar que foi concluído o estudo de revisão do Sistema Urbano Regional, constante da proposta do PROT Centro.

Para garantir a atualidade e rigor na informação disponível no Visualizador de Informação Geográfica (VIG) foram igualmente disponibilizados, entre regulamentos e peças cartográficas de Planos Territoriais e de REN, um total de 120 documentos.

Tendo como principais fontes as bases de dados da REN e do SIRJUE foi efetuada a recolha e tratamento da informação relevante em matéria de gestão urbanística e ordenamento do território, resultando daí a disponibilização de 72 indicadores para o DATACENTRO, indispensáveis para a caracterização da Região Centro. Realça-se que, para o efeito, foi melhorada a base de dados do

RJREN (UAAR2), de modo a contemplar as alterações impostas pelo Regime Jurídico das Ações de Arborização e Rearborização (RJAAR), e aperfeiçoada a base de dados do RJUE, designadamente no que respeita às suas funcionalidades.

Para além das tarefas que assinalámos, o grau de cumprimento dos objetivos estabelecidos no Plano de Atividades de 2016 para esta Unidade Orgânica encontram-se desenvolvidas e pormenorizadas no anexo 2.

Direção de Serviços de Ambiente (DSA)

A Direção de Serviços do Ambiente, em 2016, continuou a desenvolver as múltiplas e diversificadas competências que lhe estão cometidas, cuja execução exige, em termos de recursos humanos um vasto conhecimento técnico e específico, além de grande capacitação para articulação de um conjunto extenso de normativos legais.

No atual contexto de simplificação dos procedimentos administrativos, com vantagens muito positivas para o cidadão, as matérias ambientais não são exceção, na medida em que integram os procedimentos de licenciamento das atividades. Nesta dinâmica de implementação de medidas Simplex, a acrescer à Plataforma de Interoperabilidade da Administração Pública, destinada à tramitação dos processos de licenciamento industrial ao abrigo do SIR, a construção da plataforma do Licenciamento Único Ambiental (LUA), já em funcionamento mas com o desenvolvimento de várias funcionalidades ainda em curso, tem obrigado a um envolvimento crescente dos dirigentes e técnicos, ao nível quer da operacionalização da plataforma, quer da análise de procedimentos, participação em reuniões e elaboração de contributos para a Agência Portuguesa do Ambiente, enquanto entidade a quem está cometida a responsabilidade do desenho e implementação da mesma.

A Direção de Serviços de Ambiente (DSA) estabeleceu 15 objetivos para o ano de 2016, desdobrados em 16 indicadores, sendo que 10 objetivos foram superados, 1 cumprido e 4 não cumpridos. No contributo da DSA para os objetivos operacionais e estratégicos da CCDRC, dos 4 indicadores da responsabilidade desta unidade orgânica, 3 foram superados e 1 foi atingido.

Foram emitidas 1905 respostas/pareceres a entidades e operadores económicos, até 30 dias após a data de entrada do respetivo pedido, o que correspondeu a 97,4% do universo considerado para o efeito.

Ainda que não tendo sido dado cumprimento a 4 dos objetivos propostos, considera-se que, ao ser mantido o quadro técnico, os resultados são excelentes, face ao elevado número de processos tratados no âmbito do Regime Extraordinário de Regularização das Atividades Económicas (indústria, pecuária, pedreiras e gestão de resíduos), DL n.º 165/2014, de 5 de novembro (análise e tramitação de 298 processos e participação em 142 Conferências Decisórias). O ano de 2016 foi marcado por um grande desafio da DSA em fazer muito mais com os mesmos recursos, mantendo o elevado padrão de qualidade, com penalização no cumprimento de alguns prazos. Só com o elevado empenho e profissionalismo de toda a equipa foi possível obter os resultados apresentados. Acresce o facto de se continuar a registar o aumento das entradas de correio tratadas na DSA, aumento esse em 2016 muito significativo (mais 2242 documentos entrados), correspondendo a um incremento da ordem dos 29% (passou de 7519 para 9761).

As receitas arrecadadas pela CCDR inerentes aos atos praticados pela DSA teve um incremento da ordem dos 83% face aos valores arrecadados no ano transato, tendo sido atingido o montante de 544.054,92€. A esta receita, acresce ainda a Taxa de Gestão de Resíduos (TGR), que embora recesionada pela DSCGAF, ao ser proveniente dos sistemas de gestão de aterros, depende do trabalho desenvolvido pela DSA no licenciamento e acompanhamento dos Aterros de Resíduos Não Perigosos (urbanos e industriais), ao nível da região.

Efetua-se uma breve síntese das atividades desenvolvidas e que foram estabelecidas no Plano de Atividades:

- Os objetivos estabelecidos para a DSA no licenciamento das atividades económicas, enquanto entidade licenciadora de aterros e restantes operações de gestão de resíduos e enquanto entidade consultada (indústria, pecuária e pedreiras) foram no sentido da manutenção dos prazos alcançados em 2015, verificando-se que não foi possível manter os prazos para as atividades de licenciamento de OGR e aprovação dos PARP em pedreiras. A explicação para este facto é que, tendo-se mantido o corpo técnico nestas atividades, houve um aumento significativo do volume de trabalho, em especial no âmbito do Regime Extraordinário de Regularização das atividades Económicas (DL n.º 165/2014, de 5 de novembro); no decorrer de 2016 os técnicos tiveram de desdobrar-se no atendimento de múltiplas solicitações, que nesta área em concreto ascenderam a 298 processos tratados e 142 Conferências Decisórias, consideradas tarefas extra ao regular funcionamento da Direção de Serviços;
- No que concerne ao acompanhamento dos sistemas multimunicipais e intermunicipais de gestão de resíduos urbanos, a atividade centrou-se na análise dos Planos de Adequação ao PERSU 2020 (PAPERSU), num total de 8 dos quais, 5 (cinco) respeitam aos sistemas de tratamento de Resíduos Urbanos: ERSUC (Coimbra e Aveiro) Valorlis (Leiria), Ecobeirão (Tondela) e Resiestrela (Fundão), e ainda, 3 (três) respeitantes a Municípios;
- Relativamente à participação em vistorias de modo a assegurar o cumprimento das obrigações ambientais por parte dos operadores económicos (SIR, REAP, RJPEMM), foram asseguradas 175 vistorias correspondendo a 100% das convocatórias efetuadas, número que quase duplicou as realizadas no ano transato. Acresce a estas vistorias, mais 43 efetuadas no âmbito dos processos de licenciamento de operações de gestão de resíduos e 5 visitas de acompanhamento de aterros, em que a entidade licenciadora é a CCDRC;
- Os objetivos estabelecidos para a DLPA enquanto entidade licenciadora (OGR aterro e não aterro) e enquanto entidade consultada (SIR, NREAP, PARP/RJPEMM) foram no sentido da manutenção dos prazos alcançados em 2015, objetivo que não foi alcançado na sua plenitude. Tal situação justifica-se pelo elevado aumento de entradas verificado no ano de 2016, face a 2015 (mais 29%), as quais careceram naturalmente do devido tratamento e resposta, ao que acresce a atividade extraordinária com elevado impacto no trabalho desenvolvido na DSA, decorrente dos procedimentos de regularização extraordinária das atividades económicas já referido anteriormente;
- Foi mantido o objetivo da manutenção da redução dos prazos legalmente estabelecidos, dando continuidade à meta alcançada em 2015, para os procedimentos avaliação de impacte ambiental (RJAIA) e avaliação e incidências ambientais, com superação do objetivo;
- Foi garantida a monitorização da Qualidade do Ar na Região Centro. Ao nível das 9 Estações da Qualidade do Ar existentes na região, foi possível manter o seu bom funcionamento com o regular envio dos dados para Rede Nacional da Qualidade do Ar;

- Foi garantido o cumprimento do regime de prevenção e controlo das emissões de poluentes para a atmosfera e legislação complementar. Nesta matéria, à semelhança do ano anterior, foi disponibilizada aos operadores, através de uma plataforma on-line, a possibilidade do preenchimento do formulário de suporte à realização do inventário regional de emissões gasosas para o ano 2015;
- Continuou a ser efetuada a georreferenciação de processos, em especial nos processos OGR e pedreiras;
- Foi dada continuidade à atualização de informação no Portal da CCDRC, referente a seis temáticas;
- No âmbito da Sensibilização e Educação Ambiental, realizaram-se seis ações em Escolas do Ensino Básico e do Ensino Secundário versando sobre as temáticas do ar, ruído e resíduos e uma visita de estudo com alunos do Ensino Superior à Estação da Qualidade do Ar, localizada no Instituto Geofísico em Coimbra. Em colaboração com a Associação Bandeira Azul da Europa (ABAE), foram promovidos dois workshops no âmbito dos Programas Green key e ECOXXI.

A DSA esteve ainda envolvida noutras atividades relevantes que tiveram um peso significativo no trabalho global da Direção de Serviços, nomeadamente, a representação em: GT para a Qualidade do AR (GTAR) (1 reunião); Grupo de Apoio à Gestão do PERSU 2020 - GAG (4 reuniões); Grupo de Apoio à Gestão do PENSAAR 2020 (2 reuniões); GT para o Novo Regime de Licenciamento da Atividade Pecuária (GT NREAP), participando em 5 reuniões de trabalho na DGADR, com o objetivo de uniformizar procedimentos, dar pareceres sobre diplomas em revisão, dar contributos setoriais para a tomada de decisão sobre casos práticos, entre outros; Grupo de Pontos Focais de Avaliação de Impacte Ambiental, em 4 reuniões destinadas à discussão do RJAIA, uniformização na interpretação e procedimentos a adotar por todas as Autoridades de AIA, revisão de Portarias complementares, revisão e elaboração dos guias e documentos de apoio.

Procedeu-se ainda à emissão de contributos/comentários relativamente a diversos projetos legislativos e outros documentos, nomeadamente os seguintes:

- Projeto legislativo relativo à Prevenção da Contaminação e Remediação dos Solos (PRoSolos);
- Parecer sobre o “Manual de Classificação de Resíduos”, elaborado pela APA, na sequência das alterações introduzidas na Lista Europeia de Resíduos e nas Características de perigosidade, pela publicação da Decisão 2014/955/UE e do Regulamento(UE) n.º 1357/2014;
- Guia Metodológico para a Identificação de Novos Passivos Ambientais;
- Projeto de regulamento europeu relativo às instalações de reciclagem/desmantelamento e descontaminação de navios “*Ship Recycling Regulation*”, coordenado a nível nacional pela DGRM;

Refere-se ainda a participação da DSA no desenvolvimento de outras atividades: contributo para o Centro 2020, através na análise e emissão de parecer sobre a aplicabilidade do Regime Jurídico de AIA a 66 projetos de instalação e/ou alteração de zonas industriais; contributo setorial para 11 processos de Avaliação Ambiental Estratégica de Planos Diretores Municipais; participação em audiências nos Tribunais, relativas a processos de impugnação de contraordenações.

Direção de Serviços de Fiscalização (DSF)

Para a implementação do plano de fiscalização de 2016 foram realizadas 138 ações de fiscalização relativas a diferentes depósitos ilegais de veículos em fim de vida e de resíduos, a operadores de gestão de resíduos licenciados, à gestão de resíduos perigosos, a passivos ambientais e pedreiras, à gestão de RCD, a lamas de ETAR, a loteamentos, à Reserva Ecológica Nacional e Rede Natura 2000, distribuídos por diferentes locais da Região Centro. A meta de superação era de 70 ações de fiscalização, pelo que o objetivo foi superado.

O tempo de resposta dado em 2016 às reclamações no âmbito do ambiente, ordenamento do território e conservação da natureza, tratadas na Direção de Serviços da Fiscalização foi de 15 dias, em 90% das reclamações. A meta de superação era de 30 dias em 90% das reclamações, tendo sido superado o objetivo.

Para este resultado contribuíram a tipificação das reclamações, os procedimentos estabelecidos para o seu seguimento e a normalização dos documentos. Nos processos mais simples e tipificados foram uniformizados procedimentos que permitiram uma resposta mais célere. O controlo diário dos prazos junto dos técnicos também foi uma ferramenta eficaz para o resultado obtido.

Na sequência das ações de fiscalização efetuadas no âmbito do plano de fiscalização de 2016 e das ações extra plano foram resolvidas 90 situações de incumprimento da legislação ambiental e de ordenamento do território.

O critério de superação estabelecido era a resolução de 70 situações de incumprimento da legislação ambiental e de ordenamento do território, sendo também superado este objetivo.

Apesar das diligências desta Direção de Serviços junto das Comunidades Intermunicipais da Região Centro, no sentido de serem realizadas ações de sensibilização para as temáticas de resíduos e resíduos de construção e demolição, não foi possível realizar nenhuma destas iniciativas.

Em 2016 foram realizadas duas sessões técnicas (temáticas) de articulação de procedimentos com as Divisões Sub Regionais da CCDRC.

Foram realizadas as seguintes sessões técnicas:

- “Balanço do plano de fiscalização de 2015; Plano de fiscalização de 2016; Fiscalização da REN – Recomendações da IGAMAOT; Verificação de RIP’s; Operações de enchimento com resíduos inertes do corte e serragem de pedra”;
- “Ponto de situação do plano de fiscalização de 2016; Plano de fiscalização de 2017; Cotas dos processos de fiscalização; Procedimentos de fiscalização; WEBGEP; Relatório da Comissão de Acompanhamento sobre Poluição no Rio Tejo.

O critério de superação para este objetivo era a realização de pelo menos duas sessões temáticas tendo sido assim o mesmo cumprido.

Direção de Serviços de Comunicação e Gestão Administrativa e Financeira (DSCGAF)

A DSCGAF é a unidade orgânica transversal a toda a organização e responsável pelos serviços comuns da CCDRC. Esta Direção de Serviços tem a responsabilidade de desenvolver um conjunto de tarefas e de ações com vista à satisfação dos colaboradores e que contribuam para que a CCDRC possa responder aos novos desafios que são colocados a uma Administração Pública em mudança, que se

exige mais eficiente, moderna, transparente e aberta. São estes os pilares fundamentais que norteiam a atuação desta Unidade Orgânica e que contribuem para a edificação de uma Direção de Serviços que se deseja cada vez melhor.

A afirmação da CCDRC, enquanto entidade de referência regional, implica que ela internamente seja mais eficaz e eficiente e que melhore os seus procedimentos de comunicação utilizando para isso, de forma mais adequada, os sistemas e as tecnologias de informação e comunicação. Este papel, aglutinador e decisor de qual a melhor abordagem tecnológica a seguir, foi e será uma das atividades nobres dessa unidade orgânica.

A estratégia para 2016 foi centrada no lema **REPOR**, significando:

Reforçar a criação do conhecimento e acrescentar valor aos processos críticos.

Equilibrar o orçamento.

Posicionar as pessoas no centro das decisões.

Otimizar o *networking* interno como fator de diferenciação, motivação e envolvimento.

Reformular as TIC para permitir a portabilidade, a desburocratização e a simplificação da informação e dos processo.

Alinhados com esta estratégia foram definidos cinco objetivos transversais e aglutinadores.

- Fazer melhor com menos recursos financeiros e humanos, promovendo a reengenharia dos processos críticos;
- Fornecer informação a quem necessita e quando ela é útil e estratégica, visando com menos dados ajudar a gerar melhor conhecimento e promovendo a transparência da DSCGAF;
- Colocar as pessoas sempre no centro da decisão e da estratégia;
- Consolidar a DSCGAF como o coração da CCDRC, reduzindo a ineficiência e a burocracia;
- Aplicar as tecnologias e os sistemas de informação, enquanto fatores de modernidade e de mudança para uma e-CCDRC.

Todo o esforço foi feito com as pessoas e para as pessoas, pelo que cada um destes objetivos teve uma correspondência direta nos objetivos operacionais das divisões e nos individuais de todos os colaboradores desta Direção de Serviços.

De todas as tarefas efetuadas, são de destacar as seguintes atividades:

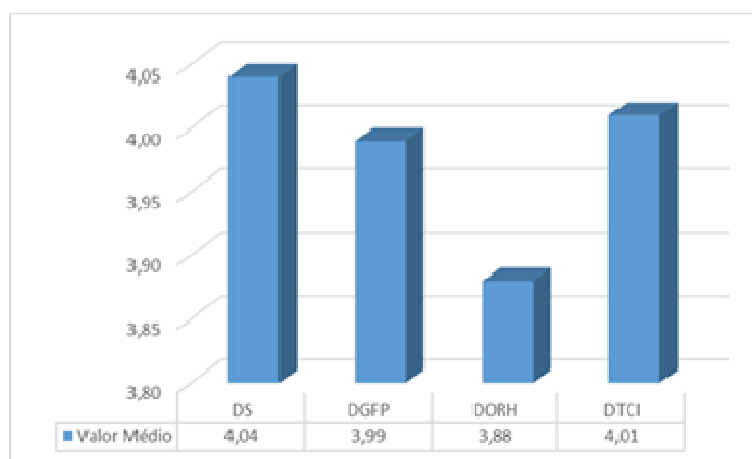
- Garantir que não existiam pagamentos em atraso e um tempo médio de pagamento inferior a 30 dias.
- Garantir um sistema tecnológico e de informação com um tempo médio de paragem anual dentro dos valores que as melhores práticas determinam.
- A instalação de novas janelas nos edifícios C e D.
- A mudança de instalações do arquivo do ex GAT de Coimbra para o armazém na Pedrulha.
- A instalação do novo ambiente único em toda a CCDRC.

- A colocação em produção da nova Intranet e do novo Portal e ainda do InCentro e do site dos projetos aprovados.
- A consolidação do WebGep como plataforma tecnológica de suporte ao Centro 2020.
- Instalação e colocação em produção do novo sistema de impressão.
- Instalação e colocação em produção da nova solução de armazenamento de informação digital.
- Disponibilização do processo individual on-line.
- Carregamento dos dados completos dos trabalhadores da CCDRC no sistema de informação (ERP).
- Proporcionar formação ao maior número possível de trabalhadores.
- Dinamizar os momentos de convívio entre os trabalhadores.

Assinalam-se por último os resultados do inquérito interno ao grau de satisfação dos serviços prestados por esta Direção de Serviços. Foram recebidas 161 respostas, o que corresponde a 65% do total de trabalhadores.

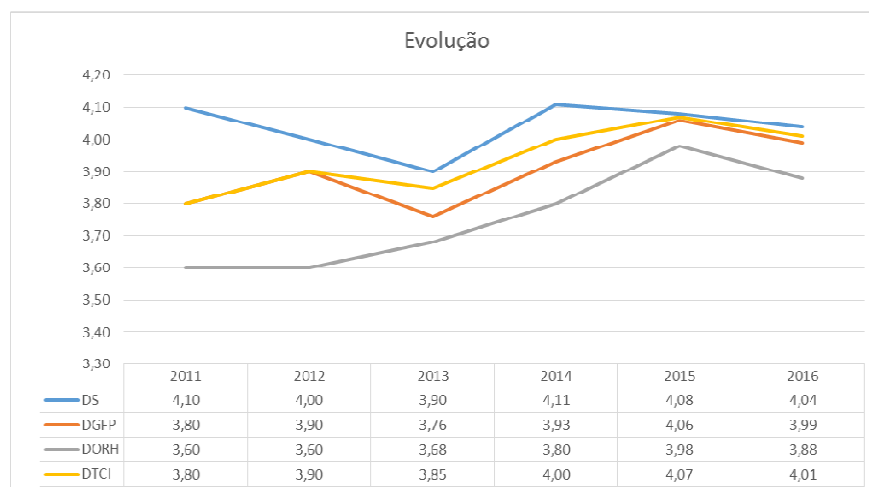
Numa escala de 1 a 5 o valor médio do grau de satisfação dos trabalhadores da CCDRC pelos serviços prestados por cada uma das unidades orgânicas da Direção de Serviço foi o seguinte:

Gráfico 1 – Grau médio de satisfação



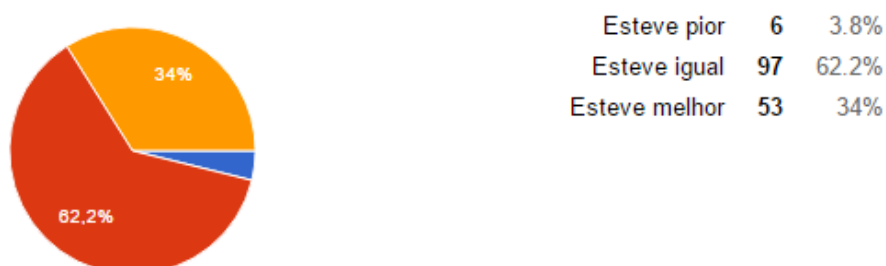
O que se traduz na seguinte evolução:

Gráfico 2 – Evolução do grau médio de satisfação



Quando questionados sobre a evolução do desempenho quando comparado com o ano anterior, as respostas foram as seguintes:

Gráfico 3 – Comparação com o ano de 2015



Pelos resultados apresentados e pelos valores constantes do inquérito, conclui-se que o ano de 2016 foi de intenso trabalho, atingindo as metas a que a DSCGAF se tinha proposto e que esse facto é percecionado pelo público-alvo: os trabalhadores da CCDRC.

III – MAIS CENTRO E CENTRO 2020

O Quadro de Referência Estratégico Nacional (QREN) assumiu como grande desígnio estratégico a qualificação dos portugueses e das portuguesas, valorizando o conhecimento, a ciência, a tecnologia e a inovação, bem como a promoção de níveis elevados e sustentados de desenvolvimento económico e sociocultural e de qualificação territorial, num quadro de valorização da igualdade de oportunidades e, bem assim, do aumento da eficiência e qualidade das instituições públicas.

O Programa Operacional 2007-2013 para a Região Centro de Portugal, também designado por Mais Centro e/ou Programa Operacional (PO) Regional, é um instrumento que teve aplicação à Região Centro de Portugal, do Quadro de Referência Estratégico Nacional que constitui o enquadramento para a aplicação da política comunitária de coesão económica e social em Portugal no período 2007-2013.

O Programa dispôs de uma dotação FEDER de 1,7 mil milhões de euros, a que se associou uma participação nacional de cerca de 0,4 mil milhões de euros, alavancando um investimento total de 2,1 mil milhões de euros nos sete anos de realização do Programa.

O Mais Centro, fazendo parte do QREN e partilhando os mesmos objetivos estratégicos, teve como principal objetivo estabelecer as condições do crescimento socioeconómico através da:

- Qualificação e da valorização do território;
- Qualificação dos recursos humanos;
- Inovação e competitividade das empresas;
- Exploração dos recursos e do património da região;
- Melhoria da qualidade do ambiente;
- Cooperação entre os setores e a construção de infraestruturas de desencravamento, no respeito da complementaridade entre os fundos comunitários.

Deste modo, o Mais Centro contribui para a realização de um dos objetivos essenciais do QREN, um desenvolvimento regional equilibrado no conjunto do território.

O Mais Centro estava estruturado em torno de quatro eixos prioritários: Competitividade, Inovação e Conhecimento (718 milhões de euros FEDER); Valorização do Espaço Regional (210 milhões de euros FEDER); Coesão Local e Urbana (724 milhões de euros FEDER); Assistência Técnica (44,6 milhões de euros FEDER).

Realização Financeira do Mais Centro

No decurso do período de programação, o Mais Centro validou despesa aos beneficiários no montante global de 1.700.216.314 euros e efetuou pagamentos no total de 1.675.298.485 euros, dos quais 299.636.580 euros foram realizados pelos Organismos Intermédios dos Sistemas de Incentivos. À semelhança do que sucedeu ao longo do período de programação, verifica-se que o eixo prioritário 3 foi o que mais contribuiu para a execução do PO, com 48%, seguido do eixo prioritário 1 com 37,5%.

Tabela12– Programação Financeira, Execução e Pagamentos por EP, a 31/12/2016

Designação de Eixo Prioritário	Programação Financeira 2007-2013 (FEDER) (PR)	Execução - FEDER (EX)	FEDER pago ao Beneficiário (PG)
Eixo Prioritário 1: Competitividade, Inovação e Conhecimento	718.000.000,00	638.356.205	637.143.764
Eixo Prioritário 2: Valorização do Espaço Regional	210.000.000,00	208.620.663	208.247.681
Eixo Prioritário 3: Coesão Local e Urbana	724.000.000,00	816.104.936	792.866.684

Designação de Eixo Prioritário	Programação Financeira 2007-2013 (FEDER) (PR)	Execução - FEDER (EX)	FEDER pago ao Beneficiário (PG)
Eixo Prioritário 4: Assistência Técnica	44.633.124,00	37.134.511	37.040.356
Total Programa Operacional	1.696.633.124,00	1.700.216.314	1.675.298.485

O Programa atingiu uma taxa de execução de 100,2%, sendo o Eixo Prioritário 3 aquele que atingiu o maior valor percentual (106,8%), encontrando-se o Programa em situação de overbooking, considerando a dotação prevista, para o que contribuiu a aprovação de 194 candidaturas em regime de aprovação condicionada em overbooking, realizada durante o ano 2014, das quais 4 foram entretanto rescindidas e 108 foram descondicionadas.

As 82 candidaturas que ainda se encontram em overbooking totalizam 23.771.122 euros de FEDER executado, valor que permite ao PO colmatar quebras de execução.

A taxa de reembolso do PO era de 98,5% dado que ainda se encontram para pagamento montantes finais de algumas operações.

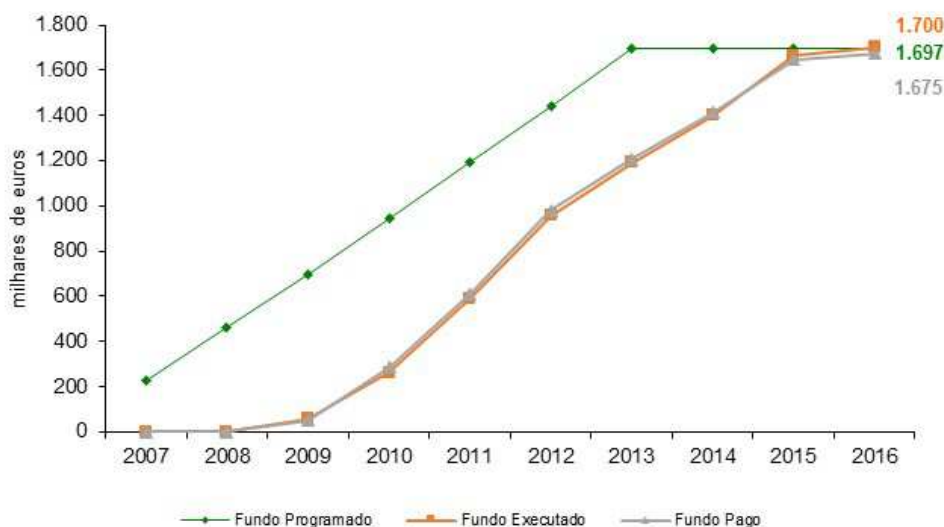
Na distribuição territorial por NUTS III verifica-se que o Baixo Vouga é a região com maior n.º de projetos aprovados (792), seguida das regiões do Baixo Mondego (641) e Pinhal Litoral (521), representam 18,9%, 15,3% e 12,4% do total de aprovações, respetivamente.

Quanto ao fundo comunitário executado, o Baixo Vouga apresenta o maior valor (313.827.370 euros), seguido pelas regiões do Baixo Mondego (306.589.005 euros) e Médio Tejo (172.239.730 euros), que representam 18,5%, 18,0% e 10,1% do total, respetivamente. O Oeste e o Médio Tejo, as novas regiões que vieram integrar a NUTS II Centro, representam 19,3% do fundo executado (328.224.919 euros) e 17,7% do n.º de projetos (744).

Tabela13 - Indicadores financeiros do Programa, a 31/12/2016

Designação de Eixo Prioritário	Taxa de execução (EX/PR)	Taxa de realização (EX/AP)	Taxa de pagamento (PG/AP)
Eixo Prioritário 1: Competitividade, Inovação e Conhecimento	93,5%	37,5%	99,8%
Eixo Prioritário 2: Valorização do Espaço Regional	99,3%	12,3%	99,8%
Eixo Prioritário 3: Coesão Local e Urbana	106,8%	48,0%	97,2%
Eixo Prioritário 4: Assistência Técnica	93,7%	2,2%	99,7%
Total Programa Operacional	100,2%	100,0%	98,5%

Gráfico 4. Fundo programado, executado e pago, até 31/12/2016



Problemas significativos encontrados na implementação do Mais Centro

Os problemas que a Autoridade de Gestão encontrou, em 2016, são em grande medida próximos dos relatados nos exercícios anteriores. No entanto, destacamos sete como mais significativos:

- i) Fraco desempenho em termos de execução das operações aprovadas no âmbito dos sistemas de incentivos e das entidades do SCT;
- ii) Dificuldade no encerramento das operações face às exigências regulamentares associadas;
- iii) Algumas iniciativas ligadas à reprogramação do Programa ocorrida em 2012 não foram efetivadas ou não tiveram a procura esperada;
- iv) Definição do âmbito de aplicação dos projetos geradores de receitas;
- v) Carga administrativa associada a projetos de natureza imaterial, quer ao nível da aprovação, quer da análise dos pedidos de pagamento;
- vi) Atualização da descrição dos sistemas de gestão e controlo das CIM com a publicação da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro, que limitou fortemente a atividade das EAT CIM;
- vii) Atrasos na execução de projetos que se deveram sobretudo a um número crescente de insolvências ou dificuldades financeiras de empresas de construção civil;

Conclusão

Na fase de encerramento (2015/2016) foi possível consolidar o ritmo de execução do Programa, o que permitiu atingir uma taxa de execução superior a 100% (face a 82,50% em 31 de dezembro de 2014, a 70,02% em 31 de dezembro de 2013, a 56,43% em 31 de dezembro de 2012, a 34,71% em dezembro de 2011 e 15,4% em dezembro de 2010). De referir que o Mais Centro sempre teve uma

das melhores taxas de execução entre os Programas FEDER da Convergência e dos PO nacionais FEDER.

Os números referidos mostram o efeito dinamizador do Programa, ou seja, a sua capacidade para impulsionar o investimento dos promotores, entre os quais se encontram agentes públicos (especialmente Autarquias Locais) e agentes privados, e em particular a capacidade de disponibilizar recursos financeiros aos beneficiários, tendo em consideração um acréscimo de execução nos últimos exercícios no valor de 300.498.062,85 euros (2015 e 2016).

Estando a dotação do Programa Operacional totalmente comprometida e existindo um volume significativo de recursos comprometidos por executar, como já se disse, a execução, a gestão do overbooking e o encerramento foram aspetos essenciais da gestão do Mais Centro ao longo de 2015 e 2016.

Assim, a grande aposta da Autoridade de Gestão do Programa Operacional e 2016, e de toda a equipa do Mais Centro, ao longo de 2015 e 2016 incidiu no acompanhamento e monitorização das operações aprovadas e em execução, com o objetivo de garantir um ritmo de execução que assegurasse uma absorção integral da dotação FEDER do Programa, em particular ao nível do Eixo Prioritário 1 – Competitividade, Inovação e Conhecimento.

Adicionalmente, em 2015 foram tomadas decisões relativamente a novas aprovações, ainda que de natureza residual, em regime de overbooking ou aprovação condicionada, em domínios considerados prioritários (competitividade, emprego, mobilidade, educação, ciência e tecnologia e cultura).

A gestão dos mecanismos de overbooking teve neste contexto uma importância acrescida, assumindo especial destaque em 2014 e 2015, dada a rigidez das regras de transição. A Autoridade de Gestão lançou dois avisos de concurso com aprovações condicionadas (2 de janeiro de 2014 e 17 de fevereiro de 2015), de forma a garantir uma efetiva absorção do FEDER atribuído, acautelando porém a sua capacidade de compromisso.

Como já referido, ao aproximar-se o final do período de programação financeira, foi feita uma monitorização cada vez mais apertada dos diferenciais entre aprovações e valores executados, de modo a garantir uma plena aplicação na Região Centro dos montantes de FEDER afetos ao Mais Centro. Foram também mantidos, de forma consolidada, os mecanismos mensais de reporte do Mais Centro, enquanto ferramenta essencial de apoio à gestão, que contemplou igualmente cenários previsionais de encerramento do Programa Operacional.

Finalmente, o Mais Centro apostou na comunicação, aproximando-se dos utilizadores e dos agentes regionais, dando a conhecer as oportunidades de financiamento que disponibilizou mas também divulgando os impactos decorrentes da aplicação dos fundos estruturais do Programa Operacional na Região Centro.

CENTRO 2020

O CENTRO 2020, o Programa Operacional (PO) Regional do Centro para aplicação dos fundos europeus no Centro de Portugal, no período 2014 a 2020, foi formalmente aprovado pela Comissão Europeia em dezembro de 2014 e está integrado no PORTUGAL 2020 e em sintonia com a EUROPA 2020.

Objetivos

Com a aplicação dos fundos europeus inscritos no CENTRO 2020, a região ambiciona tornar-se Innovation Follower, representar 20% do PIB Nacional e convergir para os níveis de produtividade nacional, diminuir em 10% as assimetrias territoriais, ter 40% da população jovem com formação superior e ter uma taxa de desemprego inferior a 70% da média nacional.

Até 2020, a Região Centro terá, assim, como prioridades, sustentar e reforçar a criação de valor e a transferência de conhecimento, promover um tecido económico industrializado, competitivo e exportador, captar e reter talento qualificado e inovador, reforçar a coesão territorial, estruturar uma rede policêntrica de cidades de média dimensão, dar vida e sustentabilidade a infraestruturas existentes e consolidar a capacitação institucional.

Eixos prioritários

O CENTRO 2020 encontra-se estruturado em torno de 9 eixos prioritários.

Eixo 1: Investigação, Desenvolvimento e Inovação (IDEIAS)

O eixo 1 tem como principal objetivo reforçar a investigação, o desenvolvimento tecnológico e a inovação, através do investimento prioritário no fomento das infraestruturas e das capacidades de Investigação e Inovação (I&I), na promoção de centros de competência, na promoção do investimento das empresas em I&I e o desenvolvimento de ligações e sinergias entre empresas, centros de I&D e o ensino superior.

Eixo 2: Competitividade e Internacionalização da Economia Regional (COMPETIR)

O eixo 2 tem como objetivos o reforço da competitividade das PME, através do investimento prioritário na promoção do espírito empresarial, no desenvolvimento e aplicação de novos modelos empresariais para Pequenas e Médias Empresas (PME), no apoio à criação e alargamento de capacidades avançadas de desenvolvimento de produtos e serviços, capacitando as PME para processos de crescimento e inovação.

Eixo 3: Desenvolver o Potencial Humano (APRENDER)

O eixo 3 tem como objetivos investir no ensino, nas competências e na aprendizagem ao longo da vida, através do desenvolvimento das infraestruturas de ensino (nos seus diferentes níveis) e formação, na prevenção e na redução do abandono escolar precoce, no fomento de condições de igualdade no acesso ao ensino infantil, primário e secundário, na melhoria da qualidade e eficiência do ensino superior e na melhoria do acesso à aprendizagem ao longo da vida.

Eixo 4: Promover e Dinamizar a Empregabilidade (EMPREGAR e CONVERGIR)

O eixo 4 pretende promover o emprego (incluindo a colocação de recursos altamente qualificados nas empresas), apoiar a mobilidade laboral, apoiar o emprego por conta própria, o empreendedorismo e a criação de empresas, promover a adaptação dos trabalhadores e dos empresários a novos processos e abordagens, desenvolver o potencial endógeno regional e fomentar a coesão territorial.

Eixo 5: Fortalecer a Coesão Social e Territorial (APROXIMAR e CONVERGIR)

O eixo 5 pretende promover a inclusão social, a coesão territorial e combater a pobreza, procurando fomentar a inclusão ativa, impulsionar a economia social e as empresas sociais, apoiar estratégias de

desenvolvimento local lideradas pelas comunidades locais e investir na saúde e nas infraestruturas sociais que contribuam para o desenvolvimento regional e local, a redução das desigualdades no acesso a cuidados de saúde e serviços sociais.

Eixo 6: Afirmar a sustentabilidade dos recursos (SUSTENTAR)

O eixo 6 tem como principais objetivos apoiar a transição para uma economia com baixas emissões de carbono em todos os setores, proteger o ambiente e promover a eficiência no uso dos recursos, dando prioridade à promoção da eficiência energética e da utilização das energias renováveis nas empresas, nas infraestruturas públicas e no setor da habitação, à promoção de estratégias de baixa emissão de carbono para todos os tipos de territórios e à melhoria da qualidade do ambiente urbano.

Eixo 7: Afirmar a sustentabilidade dos territórios (CONSERVAR)

Neste eixo incluem-se as iniciativas relativas à conservação e valorização do património (natural e cultural; os sítios protegidos e o vasto património arquitetónico, nomeadamente o reconhecido como Património Mundial pela UNESCO). Incluem-se ainda as intervenções de apoio à reabilitação urbana dos centros de nível inferior do sistema urbano regional.

Eixo 8: Reforçar a capacitação institucional das entidades regionais (CAPACITAR)

O enfoque deste eixo está no reforço da capacitação institucional e interinstitucional, com a modernização da administração pública (local e regionalmente desconcentrada) e com o incentivo ao uso das TIC na ligação entre os cidadãos e a administração pública.

Eixo 9: Reforçar a rede urbana (CIDADES)

A intervenção de requalificação urbana dos centros de nível superior do sistema urbano da região é uma das prioridades de intervenção que se pretende apoiar neste eixo. Serão também apoiadas iniciativas referentes à promoção da mobilidade sustentável, bem como as intervenções de promoção da coesão social de áreas urbanas degradadas.

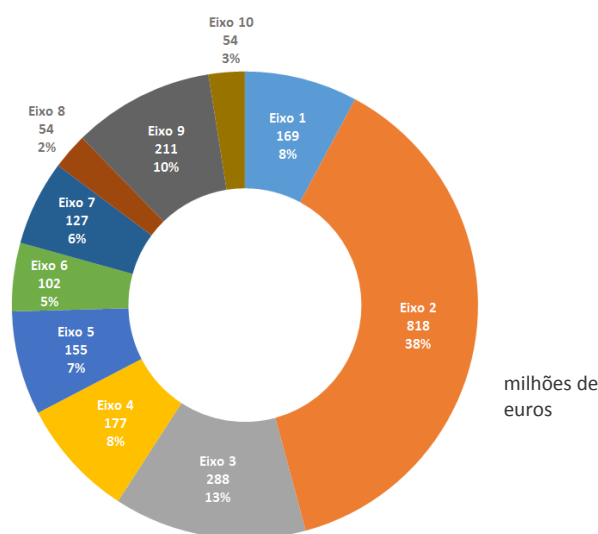
Eixo 10: Assistência Técnica

Este eixo destina-se a financiar as ações de preparação, gestão, acompanhamento da execução, controlo, avaliação, informação, divulgação e publicitação do PO e atividades de reforço da capacidade administrativa das entidades relevantes para a boa execução dos fundos.

Dotação financeira

O CENTRO 2020 tem uma dotação de 2,155 mil milhões de euros, dos quais 1,751 mil milhões de euros do Fundo Europeu de Desenvolvimento Regional (FEDER) e 404 milhões de euros do Fundo Social Europeu (FSE).

Gráfico 5 - Dotação financeira por Eixo Prioritário



Realização do CENTRO 2020

Durante o exercício anterior (2015) o foco foi a publicação dos regulamentos específicos e dos critérios de seleção a aplicar às candidaturas, o que constituiu o ano de arranque efetivo do Centro 2020, com o início da publicação de avisos de abertura de concurso e aprovação de candidaturas, tendo sido prioritário o domínio temático da Competitividade e Internacionalização, em particular os apoios às empresas por via dos sistemas de incentivos. No exercício de 2016 foi possível consolidar a o ritmo de abertura dos avisos de concurso, com a submissão efetiva de candidaturas e inclusive com a submissão de despesa.

Tabela14- Dotação dos avisos abertos por eixo prioritário

Eixo Prioritário	Dotação (€)
1 - Investigação, desenvolvimento e inovação (IDEIAS)	123.800.000
2 - Competitividade e internacionalização da economia regional (COMPETIR)	339.250.000
3 - Desenvolver o Potencial Humano (APRENDER)	133.487.067
4 - Promover e dinamizar a empregabilidade (EMPREGAR E CONVERGIR)	35.350.000
5 - Fortalecer a Coesão Social e Territorial (APROXIMAR e CONVERGIR)	63.576.782
6 - Afirmar a sustentabilidade dos recursos (SUSTENTAR)	40.467.986
7 - Afirmar a sustentabilidade dos territórios (CONSERVAR)	118.488.066
8 - Reforçar a capacitação institucional das entidades regionais (CAPACITAR)	32.375.782
9 - Reforçar a rede urbana (CIDADES)	178.979.525
10 - Assistência Técnica	9.000.000
Pactos para Desenvolvimento e Coesão Territorial (PDCT) - CIM	315.562.784
DLBC - Desenvolvimento Local de Base Comunitária	43.012.427
PEDU - Planos Estratégicos de Desenvolvimento Urbano	205.350.000
PARU - Planos de Ação de Regeneração Urbana	70.000.000
PROVERE	10.000.000
Total PO	1.718.700.419

NOTA: No caso das estratégias (PDCT, DLBC, PEDU, PARU e PROVERE), os valores correspondem à estratégia aprovada.

No final de 2016, estavam aprovadas 2.469 operações, nos 10 eixos prioritários, que totalizam 938 M€ de investimento elegível e 577 M€ de FEDER, conforme mostra o quadro abaixo. Destes montantes, 758 M€ (investimento elegível) e 442 M€ (FEDER) correspondem a 2.219 operações aprovadas pela Autoridade de Gestão nos Sistemas de Incentivos.

Tabela15- Operações aprovadas

Unidade: milhões de euros

Eixo	Designação do Eixo Prioritário	Fundo	Programado (apoio da união) (1)	N.º operações aprovadas	Fundo aprovado (2)	Fundo executado (3)	Fundo pago (4)	Taxa de compromisso (5) = (2)/(1)	Taxa de execução (6) = (3)/(1)	Taxa de pagamento (7) = (4)/(2)
1	Investigação, Desenvolvimento e Inovação (IDEIAS)	FEDER	169	186	30	1	3	18%	1%	9%
2	Competitividade e Internacionalização da Economia Regional (COMPETIR)	FEDER	818	1.802	422	64	82	52%	8%	19%
3	Desenvolver o Potencial Humano (APRENDER)	FEDER	95	33	23	2	2	24%	2%	10%
		FSE	193	11	5	0	0	3%	0%	0%
4	Promover e Dinamizar a Empregabilidade (EMPREGAR e CONVERGIR)	FEDER	59	1	3	0	0	5%	0%	0%
		FSE	118	307	6	0	0	5%	0%	1%
5	Fortalecer a Coesão Social e Territorial (APROXIMAR e CONVERGIR)	FEDER	87	7	3	0	0	3%	0%	2%
		FSE	68	1	25	0	16	37%	0%	0%
6	Afirmar sustentabilidade dos recursos (SUSTENTAR)	FEDER	102	7	1	1	1	1%	1%	85%
7	Afirmar a sustentabilidade dos territórios (CONSERVAR)	FEDER	127	56	23	0	1	18%	0%	3%
8	Reforçar a capacitação institucional das entidades regionais (CAPACITAR)	FEDER	29	6	2	0	0	6%	0%	9%
		FSE	25	0	0	0	0	0%	0%	0%
9	Reforçar a rede urbana (CIDADES)	FEDER	211	39	26	3	3	12%	1%	10%
10	Assistência Técnica	FEDER	54	13	9	2	2	16%	3%	20%
Total		FEDER	1.752	2.150	541	72	93	30,9%	4,1%	17,2%
Total		FSE	404	319	36	0	16	9,0%	0,0%	45,7%
Total do PO			2.155	2.469	577	72	109	26,8%	3,3%	19,0%

O Eixo prioritário 1, com 169 operações aprovadas na área da Investigação e Desenvolvimento Tecnológico, tem 18% da sua dotação comprometida (30 M€ de FEDER aprovados face aos 169 M€ de dotação).

No Eixo prioritário 2 foram aprovadas 818 operações nos Sistemas de Incentivos à Inovação, Qualificação e Internacionalização e Instrumentos Financeiros (IF), num total de 422 M€ de fundo (52% da dotação do eixo comprometida). Este eixo representa 73% do fundo aprovado no PO.

De referir 2 candidaturas aprovadas neste eixo, promovidas pela Instituição Financeira de Desenvolvimento relativas a IF, num total de 88,6 M€ de investimento elegível e 50 M€ de FEDER (30 M€ no Fundo de Capital & Quase-Capital e 20 M€ no Fundo de Dívida & Garantias), que permitem o acesso das PME a financiamento por capitais alheios, de forma competitiva e sujeita a uma análise de risco apropriada.

O Eixo prioritário 7 inclui 56 operações aprovadas respeitantes a Planos de Ação de Reabilitação Urbana (PARU), com 23 M€ de FEDER.

O Eixo prioritário 9 representa um valor importante das aprovações do PO, com 26 M€ de FEDER respeitantes a 39 operações de Planos Estratégicos de Desenvolvimento Urbano (PEDU).

No que respeita ao FSE de referir a aprovação de 319 operações (276 das quais dos Sistemas de Incentivos), com um fundo de 36 M€.

A 31/12/2016, o Centro 2020 apresentava uma taxa de execução de 3,3% (72 M€), referente apenas a FEDER, sendo o eixo prioritário 2 o que mais contribui para aquele valor (64 M€).

Os pagamentos aos beneficiários do PO atingiram 109 M€, que representam uma taxa de 19%, sendo 93 M€ relativos a FEDER e 16 M€ a FSE. O valor mais representativo tem origem no eixo prioritário 2 com 82 M€ pagos aos beneficiários.

No que se refere às abordagens territoriais foram comprometidos:

- 315,2 M€ relativos às Intervenções Territoriais Integradas (ITI), resultado do processo de negociação com as Comunidades Intermunicipais (CIM) que terminou com a assinatura, a 31/08/2015, dos respetivos Pactos para o Desenvolvimento e Coesão Territorial (PDCT);

Valores em €

CIM	CENTRO 2020	POISE	PDR	POSEUR	TOTAL
Beira Baixa	16.795.370,00	255.000,00	3.323.000,00	413.950,00	20.787.320,00
Beiras e Serra da Estrela	42.369.500,00	800.000,00	0,00	1.429.700,00	44.599.200,00
Médio Tejo	42.540.035,15	637.500,00	3.900.502,20	1.473.900,00	48.551.937,35
Oeste	55.102.145,50	425.000,00	3.597.294,46	0,00	59.124.439,96
Região de Aveiro	34.526.725,00	678.725,00	0,00	13.588.014,00	48.793.464,00
Região de Coimbra	49.678.761,55	352.750,00	1.720.505,40	802.910,00	52.554.926,95
Região de Leiria	38.476.805,00	1.382.500,00	0,00	567.800,00	40.427.105,00
Viseu Dão Lafões	35.693.441,49	310.000,00	2.224.577,84	805.303,00	39.033.322,33
Total	315.182.783,69	4.841.475,00	14.765.879,90	19.081.577,00	353.871.715,59

- 43 M€ afetos às Estratégias de Desenvolvimento Local (EDL), no âmbito dos Desenvolvimento Local de Base Comunitária (DLBC), cujos contratos foram assinados em 27/01/2016 (rurais) e 15/02/2016 (costeiros);

Valores em €

	Nº DLBC	PDR 2020	MAR 2020	CENTRO 2020		Total
		FEADER	FEAMP	FSE	FEDER	
DLBC Rurais	24	51.637.921	0	21.851.531	15.522.731	89.012.183
DLBC Costeiros	5	0	8.909.631	3.155.701	2.482.463	14.547.795
Total	29	51.637.921	8.909.631	25.007.232	18.005.195	103.559.979

- 10 M€ no convite para apresentação de Programas de Ação aos PROVERE em processo de reconhecimento na região: Rede das Aldeias do Xisto, Aldeias Históricas – Valorização do Património Judaico, Valorização das Estâncias Termas da Região Centro, Buy Nature – Turismo Sustentável em Áreas Classificadas e Beira Baixa – Terras de Excelência.

Resultados alcançados

No que se refere aos indicadores de execução destacamos os apoios concedidos às empresas, com contratos celebrados, designadamente:

- No domínio da Investigação e Desenvolvimento Tecnológico (I&DT) o apoio a 31 empresas individuais ou em co promoções e de inovação produtiva (empresas não PME);
- A dinamização do empreendedorismo concretizou-se através do apoio a 17 novas empresas com a possibilidade de criação de 234 novos postos de trabalho;
- O reforço da competitividade das empresas através do apoio à internacionalização (248 empresas), à qualificação e à inovação produtiva das PME (456 empresas) permitirá a criação de 1.303 empregos e um investimento induzido privado de 155 M€;

Relativamente aos indicadores de resultado FEDER, verifica-se uma melhoria em praticamente todos aqueles em que foi possível ter informação mais recente, mais concretamente os que pretendem medir os resultados de investimentos em investigação e desenvolvimento ("despesa das empresas em Investigação e Desenvolvimento no Valor Acrescentado Bruto"), no aumento da capacidade exportadora ("valor das exportações no volume de negócios das PME"), na atividade turística ("dormidas em estabelecimentos hoteleiros, aldeamentos, apartamentos turísticos e outros") ou ainda na capacitação institucional das entidades regionais ("indivíduos com idade entre 16 e 74 anos que preencheram e enviaram pela Internet impressos ou formulários oficiais nos últimos 12 meses no total de indivíduos").

Síntese dos principais problemas identificados e das medidas adotadas

Entre as principais condicionantes ao arranque efetivo do Programa poderão ser colocadas as seguintes:

- O longo processo de negociação que se concluiu apenas em dezembro de 2014 com a aprovação do PO;
- A transposição das tipologias e elegibilidades dos vários PO para o mesmo Regulamento Específico foi um processo complexo;
- A existência de um único ponto de entrada para os beneficiários implicou um esforço na interoperabilidade entre sistemas de informação;
- O facto de o PO ser plurifundos (FEDER e FSE), obriga a um esforço de adaptação dos procedimentos, formulários e dos sistemas de informação;
- O processo de designação da AG, com a inerente construção da descrição do sistema de gestão e controlo revelou-se muito complexo dado o elevado número de entidades envolvidas;

- O exercício de mapeamento, isto é, o estabelecimento de prioridades nos investimentos nos equipamentos e infraestruturas acordados com a CE, é um processo moroso, dado o elevado número de envolvidos;
- Dificuldade na definição de um quadro regulatório no domínio da sustentabilidade e uso eficiente dos recursos, em particular na eficiência energética;
- Processo longo de implementação dos instrumentos financeiros, em particular no que concerne à avaliação ex-ante e aprovação da estratégia;
- Dificuldade dos beneficiários em apreender as novas regras;
- O atraso significativo no desenvolvimento do sistema de informação para as candidaturas do FSE;
- A implementação de uma metodologia baseada na aprovação de planos estratégicos (e.g. Política de Cidades) exige longos períodos de negociação, sendo que só é possível abrir avisos de concurso para as candidaturas após a aprovação das estratégias;
- Considerando que a taxa de compromisso nos Sistemas de Incentivos é muito elevada nos PO (no Centro 2020 é de 92%), verificando-se a necessidade de continuar a alocar recursos para os projetos das empresas, é necessário considerar um exercício de overbooking e utilização de IF;
- Fortes dificuldades na implementação de IF de dívida e garantia: projetos devem estar de acordo com os objetivos das PI 3.2 e 3.3; devem demonstrar a realização (evidência documental); fortes limitações no financiamento do fundo de maneo e de *mid-caps*; existem produtos concorrentes com menos exigências.

A AG adotou como principal medida de gestão uma estreita interação com os outros PO e com a Agência para o Desenvolvimento e Coesão, através da implementação de uma rede colaborativa. O novo quadro regulatório, cuja complexidade se fez sentir no arranque do programa, criou a necessidade de aumentar a partilha de informação e de tarefas, permitindo encurtar prazos e melhorar a capacidade de resposta.

Conclusão

No exercício de 2016 foi possível reforçar o arranque efetivo do Centro 2020, com a abertura de avisos de concurso, a aprovação de candidaturas e submissão de despesa, contemplando outras prioridades de investimento para além dos Sistemas de Incentivos e fundo FEDER e de aprovação de candidaturas.

Durante este ano a AG aprovou 2.469 operações (2.219 nos Sistemas de incentivos), num total de 577 M€ de FEDER. Estão também comprometidos desde 2015 montantes relativos às abordagens territoriais, nomeadamente as ITI no montante de 315,2 M€, com as EDL no montante de 43 M€ e com as estratégias dos PROVERE no montante de 10 M€.

O ano 2017 terá também como enfoque a execução das operações já aprovadas e a consolidação dos vários sistemas de informação de suporte ao CENTRO 2020.

IV – COMUNICAÇÃO INTERNA E EXTERNA

O principal objetivo da Assessoria de Comunicação da Presidência da CCDRC em 2016 foi divulgar e promover as atividades da CCDRC e do Centro 2020, de forma a aumentar a sua notoriedade junto da comunicação social e da população da Região Centro.

A estratégia de comunicação da CCDRC concretizou-se na disponibilização de serviços, produtos e eventos que evidenciaram a importância do trabalho da CCDRC e do Centro 2020 para a afirmação do Centro de Portugal. Toda a comunicação foi desenvolvida, ao longo do ano de 2016, de acordo com os objetivos previstos no Plano de Atividades, apresentando indicadores bastante positivos em termos de execução (ver Quadro 1).

Quadro 1 - Assessoria de Comunicação: metas vs resultados

	Objetivos	Ações de Comunicação	Indicadores de Desempenho	Meta	Resultados
AC da Presidência	Divulgar e promover as atividades da CCDRC e do Mais Centro, de forma a aumentar a sua notoriedade junto da comunicação social e da população da Região Centro	Assessoria de imprensa	N.º de comunicados de imprensa	25	40
			Nº de notícias publicadas	2500	4020
			Nº de esclarecimentos feitos à comunicação social	90	142
		Gestão do site da CCDRC	Nº de atualizações de conteúdos	200	355
			Nº de acessos ao site	250.000	207.251
		Gestão das redes sociais da CCDRC	Nº de atualizações facebook	250	416
			Nº de novos amigos no facebook	1.000	1001
		Gestão do site do Centro 2020	Nº de atualizações de conteúdo	200	367
			Nº de acessos ao site	100.000	115.180
		Gestão das redes sociais do Centro 2020	Nº de atualizações facebook	200	323
			Nº de novos amigos no facebook	1000	1145
		Organização de eventos	Nº de eventos	25	72
		Produção de produtos promocionais	Nº de produtos	5	4
Produção de publicações	Nº de Publicações	3	2		
Promover a comunicação interna	Dinamizar a intranet	Nº de atualizações de conteúdos	100	98	

A comunicação com os media é uma condição essencial para evidenciar a visibilidade do trabalho realizado pela CCDRC. Ao longo do ano de 2016, foi dada continuidade à implementação de uma estratégia coerente e contínua, sustentada por contactos regulares com os órgãos de comunicação social, de forma a criar um relacionamento sólido e de confiança.

Em 2016, foram enviados à comunicação social 40 comunicados de imprensa com informações relativas às atividades da CCDRC e do Centro 2020. Neste período foram publicadas 4020 notícias

sobre a CCDRC e Centro 2020, ultrapassando largamente o objetivo definido para 2016 de 2.500 notícias.



Comité Intersectorial de desenvolvimento e execução de Projectos Comunitários do Centro

Centro 2020 tem quase 2.000 projectos aprovados

Fundos Empresas são responsáveis por 1.500 projectos, que correspondem a 348 milhões, 66 dos quais já pagos

O Programa Operacional Regional do Centro (POR-CO) e 401 milhões de euros em 2010 já aprovou 1.929 projectos, com um valor total de cerca de 270 milhões de euros, que representa uma taxa de aprovação de 25,5 por cento, segundo a presidente da Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Centro (CCDCR), a 44ª reunião do Comité Intersectorial de desenvolvimento e execução de Projectos Comunitários do Centro (CIC) em 17 de maio de 2016, no Hotel Vila Real, em Vila Real. O CIC é o órgão de coordenação e acompanhamento das atividades de desenvolvimento e execução de projectos comunitários do Centro, sob a liderança da CCDRC.



Consórcio foi, ontem, formalizado por 12 entidades de diversas áreas

Health Alliance internacionaliza saúde do Centro

Consórcio 12 entidades formalizaram, ontem, consórcio que visa promover as capacidades da região além-fronteiras

Representa a região Centro por 12 entidades de diversas áreas. O consórcio internacionalmente dinâmico para dinamizar esta aliança regional foi assinado durante as comemorações do 27.º aniversário do Centro PT Health Alliance, consórcio formalizado em 2014, com o objetivo de promover a saúde do Centro através de parcerias internacionais.



Projecto dos biocombustíveis convence Comissão Europeia

Projecto dos biocombustíveis convence Comissão Europeia

Infraestrutura tecnológica inovadora da IELCJ, de Oliveira do Hospital, é vencedora dos Prémios Regionais

O projecto de desenvolvimento de biocombustíveis da IELCJ, de Oliveira do Hospital, foi vencedor dos Prémios Regionais de Inovação Tecnológica 2016. O projecto consiste na construção de uma unidade de produção de biocombustíveis a partir de resíduos agrícolas, com uma capacidade de produção de 100.000 litros por ano.

Em termos de comunicação interna, destacam-se as diversas melhorias introduzidas e as novas funcionalidades no portal e na intranet da CCDRC. O portal da CCDRC foi melhorado em termos de segurança informática e sob o ponto de vista gráfico, sobretudo no que respeita à página de entrada e às páginas de cada direcção de serviço. A Intranet sofreu também algumas melhorias significativas. Para além de um novo grafismo e da reformulação da organização das páginas, foram introduzidas ferramentas que potenciam os aspetos de colaboração, como fóruns de discussão, a possibilidade de comentários aos artigos ou o desenvolvimento de projetos colaborativos. Para além disso, foi introduzido o conceito de Portal do Trabalhador, com diversas funcionalidades novas, das quais se destaca a ficha do trabalhador ou a consulta dos recibos. Foi ainda introduzido um módulo de consulta de fotos.

Além das tradicionais formas de comunicação da CCDRC (site, redes sociais, linha de atendimento, etc.) é de destacar as seguintes ações de comunicação levadas a cabo em 2016:

Gala das Empresas Gazela

No dia 20 de abril de 2016, a CCDRC promoveu a 2ª Gala Empresas Gazela 2015 do Centro de Portugal, onde homenageou e galardoou 57 empresas jovens e com elevados ritmos de crescimento da Região Centro.



Open Days 2016

A Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Centro (CCDR) participou, de 10 a 13 de outubro, na Semana Europeia das Regiões e Cidades (EWRC, ex-Open Days), em Bruxelas. Assegurou, assim, a presença institucional da Região Centro neste evento, que é o maior evento anual no calendário das cidades e regiões europeias, organizado pelo Comité das Regiões e pela Comissão Europeia – Direção Geral de Política Regional, em cooperação com o Parlamento Europeu, a Presidência da União Europeia e quase 200 regiões e cidades de mais de três dezenas de países. Este ano, a CCDRC submeteu três projetos aos Prémios Regiostars 2016. O objetivo destes prémios, promovidos pela Comissão Europeia, é identificar boas práticas de desenvolvimento regional e dar

destaque a projetos ou sistemas de apoio originais e inovadores que possam ser inspiradores para outras regiões e gestores de projetos.

O projeto "Centro BIO: Bioindústrias, Biorrefinarias e Bioprodutos", da BLC3 - Campus de Tecnologia e Inovação, de Oliveira de Hospital, foi o grande vencedor dos Prémios RegioStars 2016, na categoria de crescimento sustentável. O prémio foi entregue, em Bruxelas, na Cerimónia da Semana Europeia das Regiões e das Cidades, pela Comissária Europeia para a Política Regional, Corina Crețu.



Concurso Regional de ideias de negócio nas escolas

A Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Centro (CCDRC) promoveu, no dia 29 de junho, a terceira edição do “Concurso Regional de Ideias de Negócio ’16 nas escolas”. Este concurso pretendeu eleger o “Aluno Empreendedor 2016” entre os representantes das Comunidades Intermunicipais da região Centro. O objetivo é sensibilizar e motivar os jovens para a inovação e o empreendedorismo, promovendo a iniciativa e o dinamismo nas comunidades onde se inserem.



Sessões de divulgação do Plano 100

O Ministério do Planeamento e Infraestruturas e a Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Centro (CCDRC) promoveram, nos dias 28 e 29 de janeiro, duas sessões de divulgação sobre o Plano 100, uma em Coimbra, no auditório da CCDRC, e a outra em Leiria, na Associação Empresarial da Região de Leiria - NERLEI. O Plano 100 integrou um conjunto de medidas de agilização do acesso aos fundos estruturais europeus, entre as quais estão a flexibilização das regras de adiantamentos, a redução da exigência de garantias bancárias e uma nova linha de garantia mútua para adiantamentos, de forma a alcançar o compromisso assumido pelo XXI Governo de fazer chegar 100 milhões de euros às empresas nos primeiros 100 dias de Governo.



Fórum Internacional "Noite Saudável das Cidades"

O Centro Hospitalar e Universitário de Coimbra (CHUC), o Instituto Europeu para o Estudo dos Fatores de Risco (IREFREA - Portugal) e a Comissão de Coordenação de Desenvolvimento Regional do Centro (CCDRC) promoveram nos dias 4, 5 e 6 de maio, em Coimbra, o Fórum Internacional "Noite Saudável das Cidades".



Este fórum pretendeu contribuir para a prevenção das problemáticas associadas aos contextos recreativos e à recreação noturna, que têm, em várias situações, uma ligação intrínseca com a rutura de hábitos de vida saudáveis e a associação a uma multiplicidade de fatores de risco em várias áreas (sexualidade, violência, consumo de álcool e outras substâncias, condução rodoviária), cujas consequências põem em causa a saúde e bem estar dos cidadãos.

Assinatura Pública da Declaração «Noite saudável das cidades do Centro de Portugal»

A Comissão de Coordenação de Desenvolvimento Regional do Centro, o Centro Hospitalar e Universitário de Coimbra (CHUC) e o Instituto Europeu para o Estudo dos Fatores de Risco (IREFREA - Portugal) assinaram, no dia 9 de junho, em Coimbra, a Declaração «Noite saudável das cidades do Centro de Portugal» com 40 entidades regionais, entre as quais entidades públicas e privadas de

ensino, saúde, desporto, cultura e turismo, autoridades policiais e judiciais, autarquias, associações e organizações não-governamentais.

A Declaração «Noite saudável das cidades do Centro de Portugal» resultou das preocupações relativas aos fatores de risco nas atividades recreativas noturnas, expostas pelos peritos intervenientes no Fórum Internacional “Noite Saudável das Cidades”, que se realizou de 4 a 6 de maio, em Coimbra. A Declaração assinalou também o início formal do projeto-piloto da região Centro para a mobilização geral das comunidades cidadinas e para a definição de estratégias que permitam à população das cidades vivências salutareas em contextos recreativos noturnos.



Sessões de sensibilização ambiental nas escolas da região

A Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Centro (CCDRC) desenvolveu, ao longo de 2016, 14 sessões de sensibilização ambiental nas escolas da região Centro. Estas sessões, que se inseriam num ciclo de ações de sensibilização ambiental dirigidas a estabelecimentos de ensino da Região Centro, centraram-se nos temas da Qualidade do Ar e Resíduos.

Sobre a Qualidade do Ar pretendeu-se abordar as questões relacionadas com fontes e efeitos dos poluentes atmosféricos, a preservação da Qualidade de Ar, a Rede de Monitorização da Região Centro e apresentação de algumas ações individuais como contributo para um ambiente menos poluído. Em relação aos Resíduos foram abordados os seguintes aspetos: o que são os Resíduos Urbanos (RU), qual é o destino mais adequado dos RU e a Aplicação da política dos 3R's (Reduzir, Reutilizar e Reciclar).



Sessões de sensibilização sobre Ordenamento do Território.

A Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Centro (CCDRC) promoveu ao longo de 2016, 14 ações de sensibilização no âmbito do Ordenamento do Território, realizadas nos municípios de Tábua, Estarreja, Fundão, Porto de Mós, Vila Nova de Paiva, Proença-a-Nova, Fornos de Algodres, Ansião, São Pedro do Sul, Pampilhosa da Serra, Sátão, Oliveira do Bairro, Montemor-o-Velho e Idanha-a-Nova.

Estas ações surgiram na sequência da alteração de alguns normativos legais, abordando também os diversos domínios em que a CCDRC tem intervenção no âmbito da gestão urbanística, sendo essencialmente direcionadas para os autarcas, dirigentes e técnicos municipais que exercem funções naquelas áreas, mas também para técnicos e outras entidades locais, e que foram objeto de uma participação muito significativa, num total de 521 pessoas.



Conferência “Como candidatar a minha empresa a Fundos Europeus?”

No âmbito das Comemorações do Dia da Europa, a Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Centro e o Centro de Informação Europe Direct de Aveiro promoveram, no dia 9 de Maio, em Aveiro, a Conferência «Como candidatar a minha empresa a Fundos Europeus?». Esta conferência teve como principal objetivo sensibilizar as empresas para a necessidade de preparar de forma adequada as candidaturas ao Portugal 2020, de modo a poderem aproveitar todos os fundos disponíveis nas diferentes áreas dos sistemas de incentivos. Esta conferência foi também promovida, no dia 30 de junho, em Alenquer.



Campanha “A Europa na Minha Região”

Dia aberto no Museu Machado de Castro e no Museu Cargaleiro

No âmbito da Campanha «A Europa na minha Região», uma campanha de comunicação da Comissão Europeia que visava incentivar os cidadãos a descobrirem e aprenderem mais sobre os projetos financiados pela União Europeia perto do local onde vivem, mais de 20 países participaram nas jornadas de portas abertas: durante todo o mês de maio, os beneficiários de



projetos cofinanciados pela União Europeia apresentaram as suas realizações aos cidadãos (http://ec.europa.eu/regional_policy/pt/policy/communication/inform-network/map/).

Na região Centro dois museus estiveram de portas abertas a todos os cidadãos: no dia 14 de maio, o Museu Nacional Machado de Castro, em Coimbra, e no dia 19 de maio, o Museu Cargaleiro, em Castelo Branco.

“Dia aberto no Museu Nacional Machado de Castro

**** No âmbito da Campanha “A Europa na minha Região”, iniciativa da Comissão Europeia que visa incentivar os cidadãos a aprenderem mais sobre os projetos que são financiados perto do local onde vivem, mais de 20 países participaram nas jornadas de portas abertas. Na região Centro dois museus estiveram de portas abertas: no dia 14 de maio, o Museu Nacional Machado de Castro, em Coimbra, e no dia 19 de maio, o Museu Cargaleiro, em Castelo Branco, entre outras entidades regionais.



Dia da Europa na EUROACE

No âmbito das comemorações do Dia da Europa, a Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Centro e as outras regiões que integram a eurrregião EUROACE, Alentejo e Extremadura, associaram-se à Comissão Europeia no lançamento da campanha “A Europa na minha Região”.

Neste contexto, a Eurrregião EUROACE promoveu, em Castelo Branco, uma sessão comemorativa do Dia da Europa, destacando um dos elementos de união dos dois países: o Tejo Internacional. Esta sessão pretendeu promover e dar uma maior visibilidade a este importante ativo do território EUROACE, dando destaque aos principais valores do ponto de vista turístico, de património natural e biodiversidade. O Tejo Internacional foi declarado pela UNESCO como reserva da Biosfera em março de 2016, convertendo-se num dos 16 espaços transfronteiriços do mundo com este reconhecimento.



Sessão de assinatura dos protocolos com 29 Grupos de Ação Local da Região Centro

A Autoridade de Gestão do Programa Operacional Regional Centro 2020 formalizou, no dia 9 de junho, em Leiria, o protocolo de articulação com 29 Grupos de Ação Local (GAL) da Região Centro (24 rurais e 5 costeiros), responsáveis por concretizar as Estratégias de Desenvolvimento Local. Em causa estava a aplicação de 103 milhões de Euros de fundos da União Europeia para o apoio a iniciativas de promoção da competitividade e coesão de territórios rurais e costeiros, através do financiamento do Programa Centro 2020, do Programa de Desenvolvimento Rural (PDR 2020) e do Programa Operacional Mar 2020.



Sessão «Cinco Regiões, Mais investimento»

A Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Centro promoveu no dia 25 de novembro, em Coimbra, a sessão “Cinco Regiões, Mais investimento”, dedicada aos autarcas e empresários da região Centro. Esta sessão, centrada nos apoios do Programa Centro 2020 ao investimento municipal e empresarial, contou com a presença do Ministro do Planeamento e das Infraestruturas, Pedro Marques, e do Secretário de Estado do Desenvolvimento e Coesão, Nelson de Souza.



Encontro com a delegação da Província Chinesa de Zhejiang

A Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Centro recebeu, a 13 de setembro, uma delegação da Província Chinesa de Zhejiang, chefiada por Hong Jiqing, Subdiretor Geral do Departamento de Ciência e Tecnologia do Governo Provincial.

Esta Província Chinesa assinou em novembro de 2014 um protocolo de colaboração com a Região Centro de Portugal na área da ciência e tecnologia, que privilegia a cooperação entre empresas chinesas e portuguesas dos domínios dos materiais avançados, das ciências e tecnologias marinhas e das ciências da vida e tecnologias biomédicas.

A delegação incluiu representantes da Universidade de Zhejiang e de institutos ligados à Medicina Tradicional Chinesa e às Pescas. Com esta visita, que incluiu deslocações ao IPN, à Universidade de

Coimbra e ao Biocant Park, espera-se um reforço das iniciativas de cooperação do Centro de Portugal com a Província de Zhejiang.



Participação na «Smart Regions Conference»

O Centro de Portugal participou na "Smart Regions Conference - Driving Smart Specialisation Investments in Priority Areas for European Growth", que se realizou de 1 a 2 de junho, em Bruxelas.



Apresentação do Plano Estratégico de Apoio à Fileira do Vinho na Região Centro

A Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Centro e as Comissões Vitivinícolas Regionais (CVR) de Lisboa, Dão, Bairrada, Beira Interior e Tejo Programa apresentaram, no dia 28 de novembro, em Coimbra, o Plano Estratégico de Apoio à Fileira do Vinho na Região Centro. Este Plano Estratégico, que terá o apoio do Programa Operacional Centro 2020, pretende apoiar a cadeia de

valor dos vinhos, desde os recursos naturais até à promoção junto do consumidor final. Congregar os esforços das cinco CVR da Região Centro, intensificando as colaborações e reforçando o trabalho em rede, quer ao nível da inovação quer do desenvolvimento tecnológico na produção dos vinhos, deverá ser um dos principais resultados da concretização deste programa, que pretende reforçar o peso na economia regional da fileira do vinho e afirmar a nível nacional e internacional a Região Centro como uma região vitícola.



Seminário «Território e Sistema Urbano»

No âmbito do processo de alteração do Programa Nacional da Política de Ordenamento do Território (PNPOT), a CCDRC promoveu, no dia 23 de novembro, em Coimbra, o Seminário «Território e Sistema Urbano - Desafios Emergentes e novas respostas - O que se espera do PNPOT face aos desafios».



Lançamento do Balcão Regional de Responsabilidade Social Científica

A Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Centro promoveu, no dia 10 de novembro, em Coimbra, uma sessão de apresentação e lançamento do Balcão Regional de Responsabilidade Social Científica.

A criação de um primeiro Balcão de Responsabilidade Social Científica, de natureza regional, inscreve-se no Programa de Responsabilidade Social promovido pelo Ministério da Ciência,

Tecnologia e Ensino Superior, que visa criar mecanismos de aproximação entre instituições, entidades e atores na produção e partilha do conhecimento, criando pontes entre a identificação e análise de necessidades/desafios económicos, sociais e culturais e as instituições de produção de conhecimento que podem contribuir para lhes dar resposta, de forma colaborativa e em contexto de inovação aberta.

O Balcão de Responsabilidade Social Científica, gerido pela CCDRC, procurará promover e agilizar, na Região Centro, a articulação entre o Sistema Científico e Tecnológico e o tecido produtivo, social e cultural.



Seminário sobre o novo regime jurídico dos instrumentos de gestão território

A Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Centro, em colaboração com a Direção-Geral do Território (DGT), promoveu, no dia 15 de novembro, em Coimbra, um workshop temático sobre o novo Regime Jurídico dos Instrumentos de Gestão Territorial.



Sessões flash «Temas candentes de direito autárquico»

A Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Centro promoveu, no último trimestre de 2016, um conjunto de cinco sessões sobre diferentes temáticas jurídicas relacionadas com a atividade autárquica. As sessões



realizaram-se em Coimbra, Sátão, Guarda, Alvaiázere e Albergaria-a-Velha.

Participação do Centro 2020 na Feira Futurália

A convite do Programa Operacional Capital Humano, o Centro 2020 participou na Feira Futurália, que se realizou de 16 a 19 de março de 2016, na FIL, no Parque das Nações, onde foi apresentado aos mais de 79 mil visitantes da feira todo o trabalho desenvolvido, com o apoio do Fundo Social Europeu (FSE), na melhoria das ofertas formativas para jovens e adultos, e no aumento da qualidade do ensino em Portugal.



Sessão de divulgação - Como Melhorar as Suas Candidaturas: Projetos I&D Empresas em Co-promoção e Projetos Demonstradores

O Programa Centro 2020 e a Agência Nacional de Inovação (ANI) promoveram, no dia 13 de outubro, em Coimbra, a Sessão de Esclarecimento "Como Melhorar as Suas Candidaturas: Projetos I&D Empresas em Co-promoção e Projetos Demonstradores".



Galardão ECOXXI 2016

A Associação Bandeira Azul da Europa (ABAE), em colaboração Comissão de Coordenação de Desenvolvimento Regional do Centro (CCDRC), promoveram a cerimónia de Divulgação dos Resultados ECOXXI 2016 que distinguiu 43 municípios com a bandeira verde ECOXXI, no 25 de novembro, em Coimbra.

O ECO XXI visa, a exemplo de outros Programas e Projetos da ABAE, reconhecer e divulgar boas práticas como forma de concretizar uma ação pedagógica “pela Positiva”, neste caso concreto junto dos municípios, considerados como agentes privilegiados de promoção do desenvolvimento sustentável.

Durante o período de 2007-2016, a Região centro é a que apresenta maior participação dos municípios no programa (33,3%). Foram 13 os municípios da Região Centro candidatos ao Programa ECO XXI 2016. Os municípios de Águeda, Cantanhede, Manteigas e Pombal destacam-se por continuamente apresentarem candidatura ao Programa ECO XXI com resultados positivos tendencialmente crescentes durante este período.



Publicidade

No sentido de promover os financiamentos do Centro 2020, foram publicados ao longo de 2016 vários anúncios publicitários na imprensa. Sendo que as pequenas e médias Empresas da Região são um dos principais públicos-alvo do programa, foi feita publicidade em várias publicações específicas para empresários.



Campanha digital projetos aprovados Centro 2020

O artigo 80º (Publicidade) do Decreto-Lei nº 137/2014, de 12 de setembro, sublinha a obrigatoriedade de todas as operações aprovadas serem publicitadas. Tendo em conta esta norma, em 2016 foram feitas duas campanhas digitais, com a duração de um mês, para que o cidadão conhecesse os projetos aprovados pelos fundos europeus na Região Centro.

Através de um *banner* interativo, o leitor era direcionado para a página dos projetos aprovados do Programa Centro 2020: <http://www.centro.portugal2020.pt/index.php/projetos-aprovados>.



Guia de Informação e Comunicação para Beneficiários do Centro 2020

A rede de Comunicação do Portugal 2020, da qual faz parte o Programa Centro 2020, produziu o Guia de Informação e Comunicação para Beneficiários do Portugal 2020, que tem como principal objetivo apoiar os beneficiários no cumprimento das regras de comunicação dos projetos cofinanciados por Fundos da União Europeia.

Uma candidatura aprovada no âmbito do Centro 2020 torna os seus beneficiários sujeitos, no âmbito da sua execução, ao cumprimento de um conjunto de exigências, regras e procedimentos em matéria de informação e publicidade, determinado por legislação europeia e nacional e através de disposições específicas da Autoridade de Gestão do Programa Operacional. Todas as ações de informação e comunicação realizadas pelas entidades beneficiárias devem reconhecer o apoio dos fundos europeus. Este Guia está disponível em www.centro.portugal2020.pt.



V – GABINETE DE AUDITORIA INTERNA E QUALIDADE

No âmbito das atividades programadas a realizar pelo GAIQ no decurso de 2016, designadamente as relativas à monitorização regular e sistemática dos tempos de resposta a solicitações externas, efetuou-se a articulação permanente com os dirigentes, bem como a recolha mensal da informação para efetuar os apuramentos trimestrais e, posteriormente, o apuramento anual, que constitui um dos objetivos operacionais, previsto no QUAR da CCDRC (Ind. 14 - Percentagem de situações em que o tempo de resposta a solicitações externas não excede 30 dias úteis).

VI – RECURSOS HUMANOS

A CCDRC é um organismo da Administração Central do Estado com atuação direta na Região Centro (NUTS II).

A estrutura orgânica da CCDRC comporta seis Direções de Serviço localizadas em Coimbra e cinco Divisões Sub-Regionais que estão localizadas em Aveiro, Castelo Branco, Guarda, Leiria e Viseu.

A CCDRC enquanto entidade regional com competência para a Gestão dos Programas Operacionais Regionais, comporta também um Secretariado Técnico de suporte ao Programa Operacional Regional – Centro 2020 e o Órgão de Acompanhamento das Dinâmicas Regionais do Centro.

De acordo com o Sistema Integrado de Organização do Estado (SIOE) e com o Balanço Social, à data de 31 de Dezembro de 2016, a CCDRC tem no seu mapa de pessoal 247 trabalhadores, assim distribuídos, por género:

Tabela 16 – Distribuição dos recursos humanos, por género

Número Total de Trabalhadores por género	
Homens	104
Mulheres	143
Total	247

A tendência no decréscimo dos trabalhadores do sexo masculino, que se tem vindo a verificar ao longo dos últimos anos, continua a acentuar-se, passando de 44% para 42% no ano de 2016. Por conseguinte, no sentido contrário, a percentagem de mulheres é tendencialmente crescente, sendo de 57,89% em 2016.

A tabela seguinte reflete a distribuição dos trabalhadores, independentemente do vínculo, por Unidade Orgânica.

Tabela 17 – Distribuição dos recursos humanos por unidade orgânica

Número total de trabalhadores por Unidade Orgânica	
Direção de Serviços de Ambiente	23
Direção de Serviços de Apoio Jurídico e à Administração Local	17
Direção de Serviços de Comunicação e Gestão Administrativa e Financeira	46
Direção de Serviços de Desenvolvimento Regional	17
Direção de Serviços de Fiscalização	9
Direção de Serviços de Ordenamento do Território	25
Divisões Sub-Regionais	40
Presidência	10
Centro 2020	60
Total	247

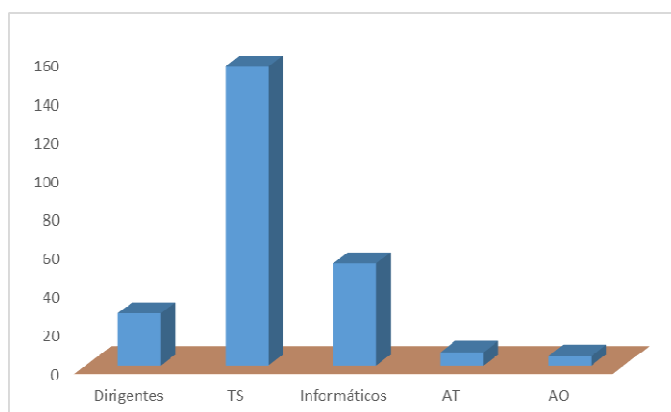
O universo dos trabalhadores da CCDRC está agrupado segundo a sua carreira e/ou categoria de acordo com a seguinte tabela:

Tabela 18 – Distribuição dos recursos humanos, por carreira

Número Total de Trabalhadores por carreira	
Dirigentes	27
Técnicos Superiores	155
Assistentes Técnicos	53
Assistentes Operacionais	7
Pessoal de Informática	5
Total	247

O índice de tecnicidade (número de técnicos superiores X 100/total dos trabalhadores) é assim de 62,75%. O universo dos recursos humanos da CCDRC apresenta assim um elevado nível de especialização abrangendo um vasto número de valências académicas, com maior representatividade nas habilitações académicas da área da engenharia civil, economia, geografia e direito.

Gráfico 6. Distribuição dos trabalhadores por carreira



A análise de alguma das características do universo dos trabalhadores é apresentada de forma detalhada anualmente no Balanço Social. Este instrumento permite avaliar a dinâmica dos recursos humanos (entradas/saídas), analisar alguns dos seus comportamentos, nomeadamente no que diz respeito ao absentismo, à estrutura etária da organização ou ainda quanto às habilitações académicas dos trabalhadores. São estes indicadores apresentados seguidamente.

Tabela 19 – Número de trabalhadores por habilitação académica

Habilitações literárias	Nº trabalhadores
Doutoramento	3
Mestrado	28
Licenciatura	152
Bacharelato	3
12º ano	24
11º ano	9
9ºano	20
6ºano	6
4ªclasse	2
Total	247

O ano de 2016 foi diferente dos últimos anos quanto ao motivo de saídas e entradas. As alterações ao Estatuto da Aposentação, e consequentemente, o agravamento nas penalizações das aposentações antecipadas, refletiu-se no menor número de saídas.

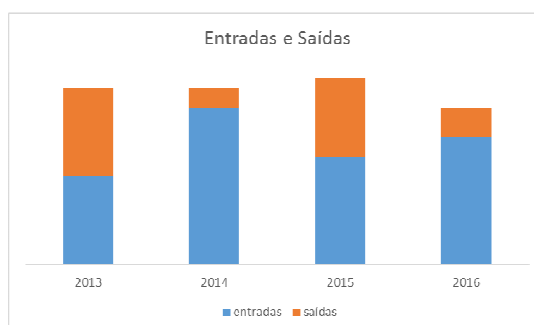
As entradas constantes da tabela seguinte, dizem essencialmente respeito ao início da 3ª Edição dos estágios PEPAC, em que a CCDRC acolheu 11 estagiários pelo que a entrada de novos trabalhadores foi em 2016 residual.

Tabela 20 – Entrada e saída

Anos	Entradas	Saídas
2016	13	3
2015	11	8
2014	2	16
2013	9	9

O gráfico seguinte representa a evolução das entradas e saídas de trabalhadores, nos últimos 4 anos, verificando-se que 2016 foi o ano que registou maior número de entradas. No entanto, estas entradas não representam um aumento no número de trabalhadores do mapa de pessoal da CCDRC.

Gráfico 7. Entradas e saídas, nos últimos 4 anos



O Balanço Social permite ainda estabelecer interligações de variáveis para que a tomada de decisão tenha como base os recursos humanos disponíveis. Neste contexto, é possível constatar que o tempo de serviço da maioria dos trabalhadores se encontra no escalão “0 a 29 anos”, o que representa uma inversão no que tinha vindo a acontecer. O fluxo de aposentações na CCDRC dos últimos anos baixou a média do tempo de serviço, situando-se este muito mais afastado do tempo de serviço necessário para aposentação.

Tabela 21 – Tempo de serviços dos trabalhadores por grupo/cargo/carreira

Grupo/cargo/carreira	0 a 29 anos	30 a 40 anos	Nº trab
Dirigente superior 1º grau	3	0	3
Dirigentes superior 2º grau	2	0	2
Dirigente intermédio 1º grau	5	1	6
Dirigente intermédio 2º grau	12	4	16
Técnico Superior	115	40	155
Assistente Administrativo	25	28	53
Assistente Operacional	5	2	7
Pessoal Informático	5	0	5
	172	75	247

A maior parte dos trabalhadores da CCDRC situa-se no grupo etário dos 55 a 59 anos (idade abaixo da idade exigida para aposentação), o que leva a crer que o mapa de pessoal da CCDRC se encontra estável sem perspectivas de grande oscilação, quer quanto às saídas, quer ainda quanto às entradas por via dos constrangimentos legislativos e financeiros.

A doença é o principal motivo de absentismo (1207 dias de ausência) e são as mulheres que apresentam mais este tipo de justificação (1.026 dias), quer seja por doença da própria, quer seja para apoio a familiares.

É de realçar que as ausências ao serviço por proteção na parentalidade (412 dias) tiveram alguma expressão neste ano, muito em consequência da idade mais jovem dos trabalhadores afetos à Estrutura de Missão do Centro 2020.

O Plano de Formação 2016 para todos os trabalhadores da CCDRC, da Estrutura de Missão do Centro 2020 e do Órgão de Acompanhamento das Dinâmicas Regionais do Centro foi superiormente aprovado a 30 de março de 2016.

O Plano de Formação incluiu ações de Formação Interna, distribuídas por seis áreas de formação: Regimes Jurídicos, Informática e Novas Tecnologias da Informação, Línguas, Auditoria, Gestão Pública, Gestão de Pessoas, Gestão Financeira/Contabilidade Pública e Desenvolvimento Regional.

Incluiu também Sessões Técnicas, ministradas por dirigentes e/ou trabalhadores, distribuídas também por áreas de formação: Regimes Jurídicos, Informática e Novas Tecnologias da Informação, Ambiente, Gestão Financeira/Contabilidade Pública e Desenvolvimento Regional.

De realçar que no domínio das Sessões Técnicas, o Plano aprovado, tal como era previsto, foi alterado conforme as necessidades e disponibilidades de matérias que surgiram ao longo do ano.

Por último, convém não esquecer a Autoformação ou seja, o acesso à formação por iniciativa individual do trabalhador e por ele financiada, que corresponda, direta ou indiretamente, às áreas funcionais em que se encontre inserido ou contribua para o aumento da respetiva qualificação.

No total, foram 97 os trabalhadores que participaram em ações de formação profissional. Na tabela seguinte (tabela 22) é feita a caracterização dos trabalhadores que frequentaram ações de formação profissional, distribuídos por cargo, carreira e género.

Tabela 22 – Número de trabalhadores que participaram em ações de formação

Carreira	Género		Total
	F	M	
Dirigente Superior	0	0	0
Dirigente Intermédio	11	5	16
Técnico Superior	38	33	71
Assistente Técnico	6	4	10
Assistente Operacional	0	0	0
Informático	0	0	0
		Total	97

Foram 14 os trabalhadores que participaram em ações de formação no regime de autoformação, correspondendo a uma taxa de participação de cerca de 5,6%.

Tabela 23- Nº de trabalhadores que participaram em ações de formação, em regime de autoformação

Carreira	Género		Total
	F	M	
Dirigente Superior	0	0	0
Dirigente Intermédio	0	0	0
Técnico Superior	4	8	11
Assistente Técnico	1	1	2
		Total	14

A taxa de participação em formação interna foi de 8,5% e de formação externa de 24,6%.

A duração média por horas despendidas em ações de formação por formando foi de cerca de oito horas, sendo o volume total de formação de 1.252 horas.

O número total de ações de formação externas em que participaram os trabalhadores da CCDRC foi de 6.

Sobre o tipo de horário de formação predomina a formação em regime laboral com a percentagem média de 100%.

VIII – AVALIAÇÃO FINAL

De acordo com o artigo 18.º n.º 1 da Lei n.º 66-B/2007, a expressão qualitativa da avaliação final dos serviços é expressa pelas seguintes menções:

- a) Desempenho bom, atingiu todos os objetivos, superando alguns;
- b) Desempenho satisfatório, atingiu todos os objetivos ou os mais relevantes;
- c) Desempenho insuficiente, não atingiu os objetivos mais relevantes.

A avaliação do final do organismos é a seguinte:

AVALIAÇÃO FINAL DO ORGANISMO				
PARÂMETRO	PONDERAÇÃO	TAXA REALIZAÇÃO	RESULTADO	
EFICÁCIA	25%	106%	26,5%	Superou
EFICIÊNCIA	40%	122%	48,8%	Superou
QUALIDADE	35%	114%	39,9%	Superou

Taxa de Realização final : 115,2 %

Fonte: GeADAP – Gestão Integrada de Avaliação de Desempenho da Administração Pública (www.siadap.gov.pt)

Face ao exposto neste relatório, proponho a menção de Desempenho BOM, a atribuir no ano de 2016, à Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Centro, como resultado da autoavaliação.

Organismo	Menção a atribuir em 2016
CCDRC	BOM

Coimbra, 29 de Março de 2017

A Presidente da CCDRC

(Professora Doutora Ana Abrunhosa)

Anexo 1. – Prestação de Contas

Anexo 2. - Grau de cumprimento dos objetivos do plano de atividades, por unidade orgânica

Anexo 3. – Inquérito externo realizado no âmbito do artigo 15.º n.º 2 alínea a), da Lei n.º 66-B/2007, de 28 de Dezembro

Prestação de Contas

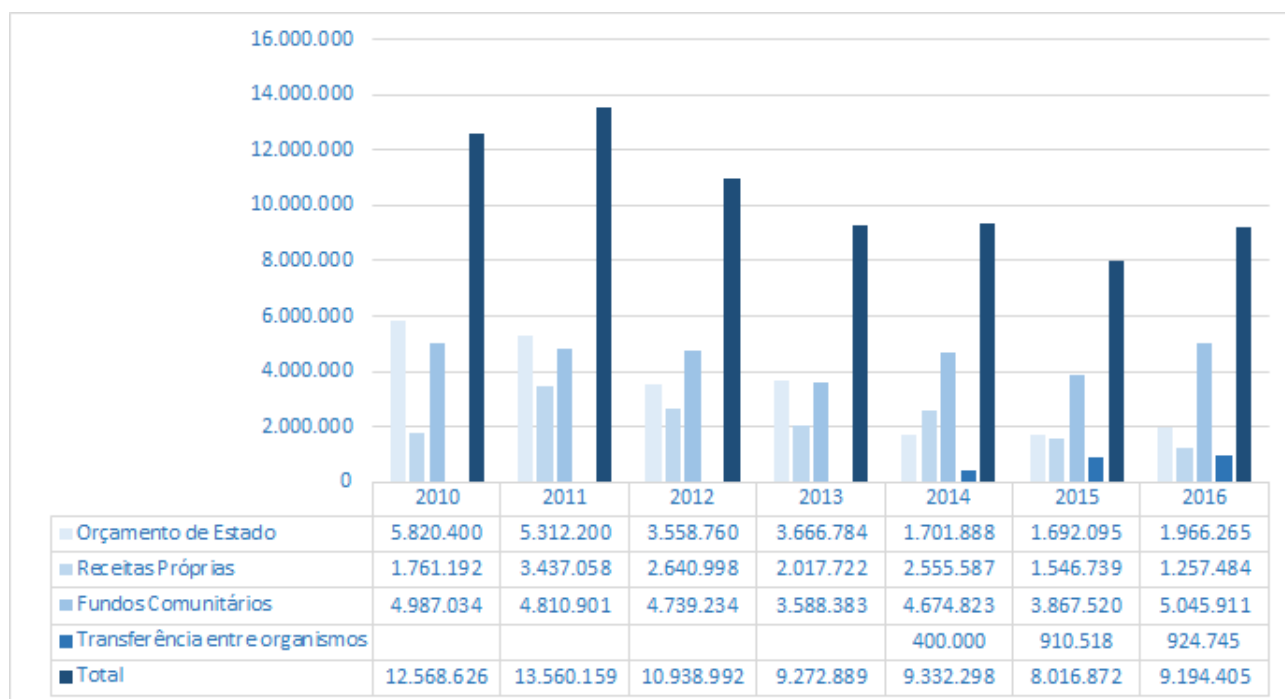
Em 2016, a CCDRC fez a prestação de contas de acordo com o Plano Oficial de Contabilidade Pública (POCP) e com a Norma de Controlo Interno que lhe está subjacente. A prestação de contas junto do Tribunal de Contas foi feita de modo eletrónico. De realçar ainda que prestação de contas foi feita sob a supervisão e validação do fiscal único da CCDRC.

A 31 de Dezembro de 2016, a CCDRC não tinha qualquer dívidas a fornecedores, situação que se mantém sob controlo há vários anos.

Financiamento da Despesa

O financiamento da atividade da CCDRC é assegurado por transferências do Orçamento do Estado (Receitas Gerais), por transferências de Fundos Comunitários (FEDER), por Receitas Próprias (resultantes de taxas, contraordenações e prestações de serviços) e por transferências entre organismos. Sem considerar o montante referente à integração de saldos, a distribuição e evolução da receita é a seguinte:

Gráfico 1 – Distribuição da receita sem integração de saldos



Analisando o valor da receita total desde 2010, verifica-se uma tendência de descida. Esta tendência é ainda mais significativa se a análise apenas se centrar na receita geral, já que, de 2010 para 2016, conheceu um decréscimo de 4.128.305€, passando de 5.820.400€ para 1.692.095€, o que corresponde a -71%. No ano de 2016 voltou a verificar-se um ligeiro acréscimo de 274.170€.

Nos anos de 2012, 2013, e 2015 verificaram-se quebras na receita total relativamente aos anos anteriores de respetivamente, 19%, 15% e 14%. No ano de 2014 a variação foi positiva em cerca 0,6% em virtude da receita que teve origem nas transferências entre organismos e no ano de 2016 a crescimento foi de 14% estando diretamente relacionado com o reforço obtido no montante de 265.000€.

Analisando agora a distribuição da receita considerando o efeito da integração de saldos, podemos concluir que o peso das receitas próprias e da fonte comunitária no total do orçamento tem vindo a aumentar, passando de um peso de 55% (2010) para 75% (2016). Isto é explicado pelo elevado corte nas receitas gerais que a organização teve de suportar.

Tabela 1 – Distribuição da receita com a integração de saldos

RECEITA COM INTEGRAÇÃO DE SALDOS	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016
Receitas Próprias (RP)	2.010.491	4.797.776	6.570.250	3.539.109	6.283.619	4.809.681	3.841.980
Feder	4.987.034	4.810.901	4.739.234	3.588.383	5.819.527	4.720.793	5.767.281
Receita Total (RT)	12.817.925	14.920.877	14.868.244	10.794.276	14.205.034	13.056.139	12.765.271
(RP + Feder) / RT	55%	64%	76%	66%	85%	73%	75%
RP / RT	16%	32%	44%	33%	44%	37%	30%

O peso da receita própria é o seguinte:

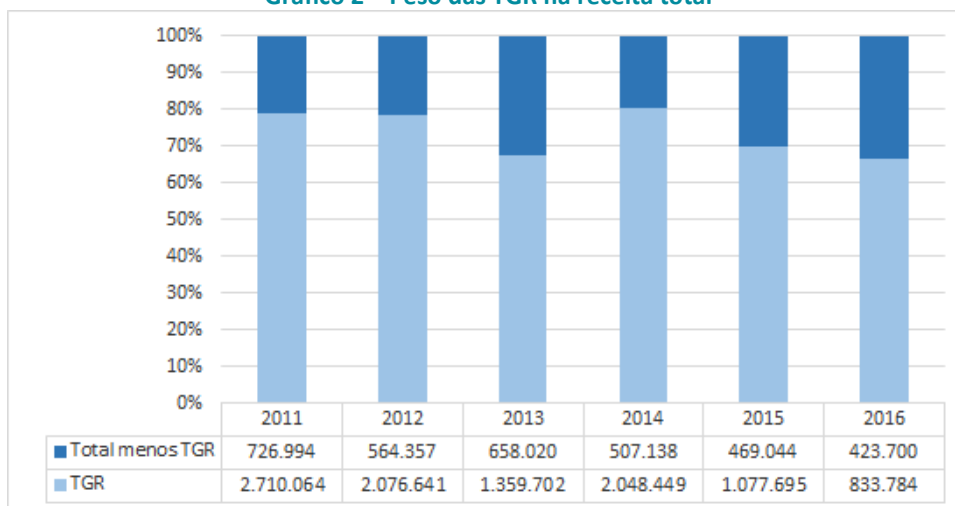
Tabela 2 – Evolução do peso da receita própria

RP / RT	2013	2014	2015	2016
Sem integração	22%	27%	19%	10%
Com integração	37%	44%	33%	30%

As receitas próprias são quase na sua totalidade constituídas pela cobrança da taxa de gestão de resíduos (TGR). Como esta receita é consignada, implica uma dificuldade na sua utilização na garantia do equilibrado exercício financeiro. A sua tendência é de decréscimo já que é expectável que a sociedade seja mais ecológica e amiga do ambiente reduzindo assim a tonelagem de resíduos que vai para aterro, facto que é incentivado pela própria alteração legislativa da Lei n.º82-D/2014, de 31 de dezembro, que associa os valores a pagar de TGR aos desvios face às metas constantes do PERSU 2020, que vão no sentido da significativa redução de deposição de resíduos em aterro. O seu valor em nada tem de correspondência com a maior ou menor eficiência da sua cobrança ou em algo que a CCDRC possa ter intervenção.

A dependência da receita própria das TGR é a seguinte:

Gráfico 2 – Peso das TGR na receita total



As TGR têm representado ao longo dos anos cerca de 80% da receita própria, exceto nos anos de 2013, 2015 e 2016 em que as taxas de contribuição foram de 67%, 70% e 66%, respetivamente.

Pelo exposto anteriormente, a enorme dependência das TGR e o crescente peso das receitas próprias na receita total são fatores de risco e de potencial desequilíbrio orçamental da CCDRC em anos futuros.

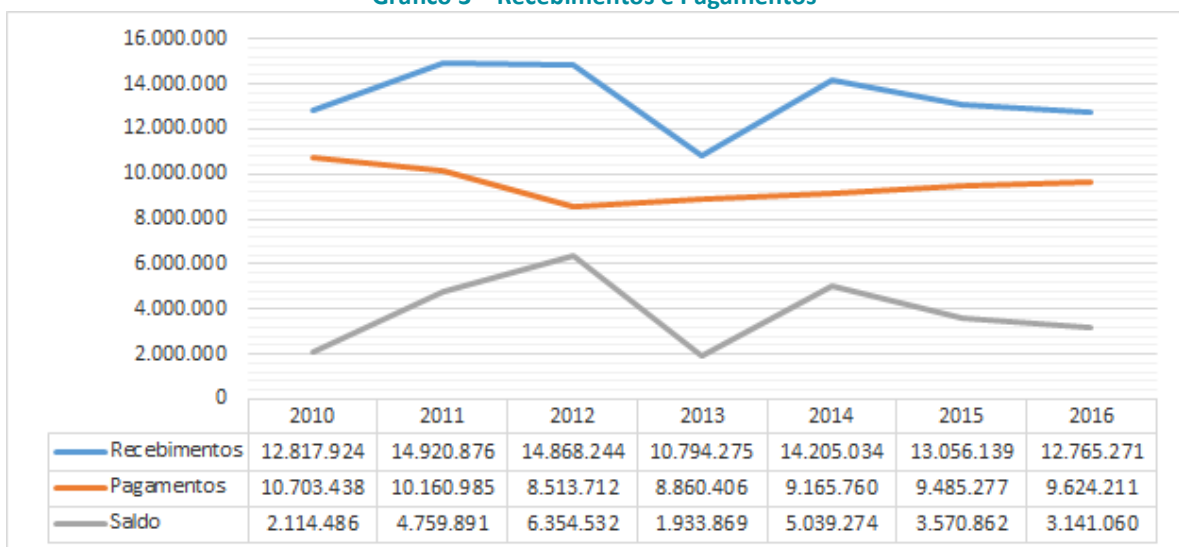
Os recebimentos sofreram um ligeiro decréscimo de 14.920.875€ (2011) para 14.868.244€ (2012), traduzido numa taxa de 0,35%. Em 2013, a redução teve maior peso, 27% ao passar de 14.868.244€ para 10.794.275€. No ano de 2014, os recebimentos voltaram para valores semelhantes aos de 2011 e 2012. Em 2015 os recebimentos voltaram a cair cerca de 8% e em 2016 o decréscimo é de 2%.

Os pagamentos também decresceram cerca de 16%, passando de 10.160.985€ (2011) para 8.513.712€ (2012). Em 2013 verificou-se um aumento de 4% tendo sido efetuados pagamentos de 8.860.406€. Este aumento deveu-se ao pagamento dos subsídios de natal e férias.

Em 2014, os pagamentos cresceram cerca de 3,5% relativamente ao ano de 2013, maioritariamente influenciado pelas despesas de capital.

Em 2015, os pagamentos voltaram a crescer cerca de 3,5% e em 2016, o crescimento foi de 1,5%.

Gráfico 3 – Recebimentos e Pagamentos



Para conseguir garantir o equilíbrio orçamental e como medida extraordinária e conjuntural, foi necessário utilizar o saldo integrado. Com a diminuição das diferentes fontes de receita, com especial incidência nas receitas gerais, não foi possível em 2016, dar cumprimento à regra do equilíbrio. Tal situação já tinha acontecido em 2013.

Indicadores de despesa

Como se pode observar no gráfico seguinte, as três principais componentes da despesa, por ordem de grandeza, são as despesas com o pessoal, a aquisição de bens e serviços e as despesas de capital.

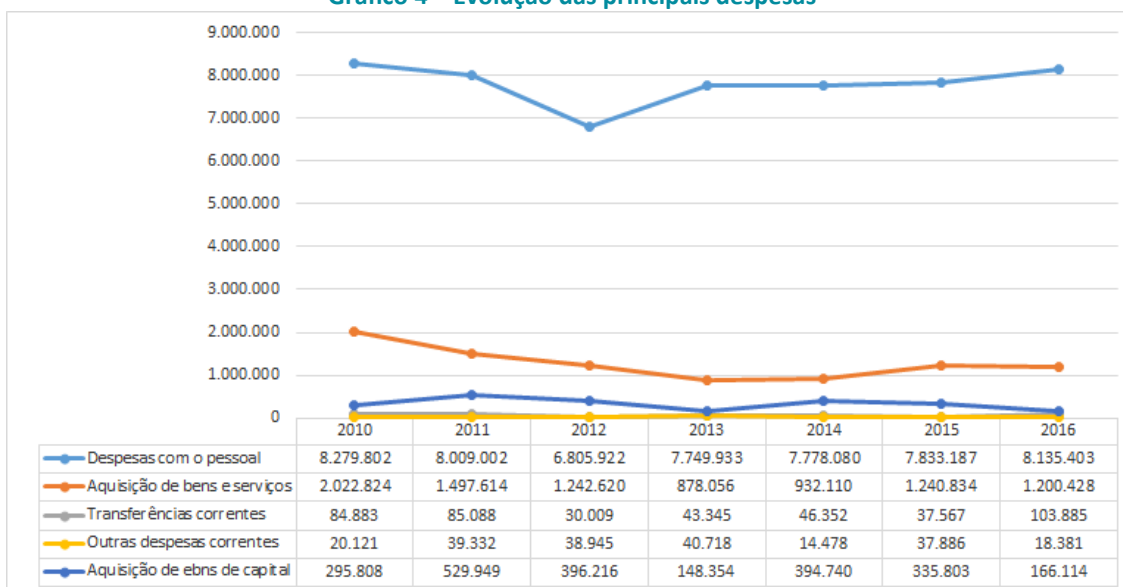
No período entre 2010 e 2016, o peso relativo destas três componentes varia entre 98,78% (em 2011) e os 99,34% (em 2014). Em 2016, estas três rubricas da despesa representaram 98,73% da despesa total, com os valores e pela mesma ordem, de 84,5%, 12,5% e 1,7%.

A despesa global decresceu nos anos de 2011 e 2012. No ano de 2013 a despesa global cresceu cerca de 4% principalmente devido ao aumento das despesas com pessoal, resultante da reposição dos subsídios de férias e de natal. Em 2014, o aumento verificado de 3,5% resulta essencialmente de despesas em bens de capital. Em 2015, a despesa apresentou um aumento de 3,5% resultante do aumento das despesas com a

aquisição de bens e serviços e do ligeiro aumento verificado nas despesas com o pessoal motivado pela reposição parcial dos cortes dos vencimentos. O aumento da despesas verificada em 2016 é de 1,46%.

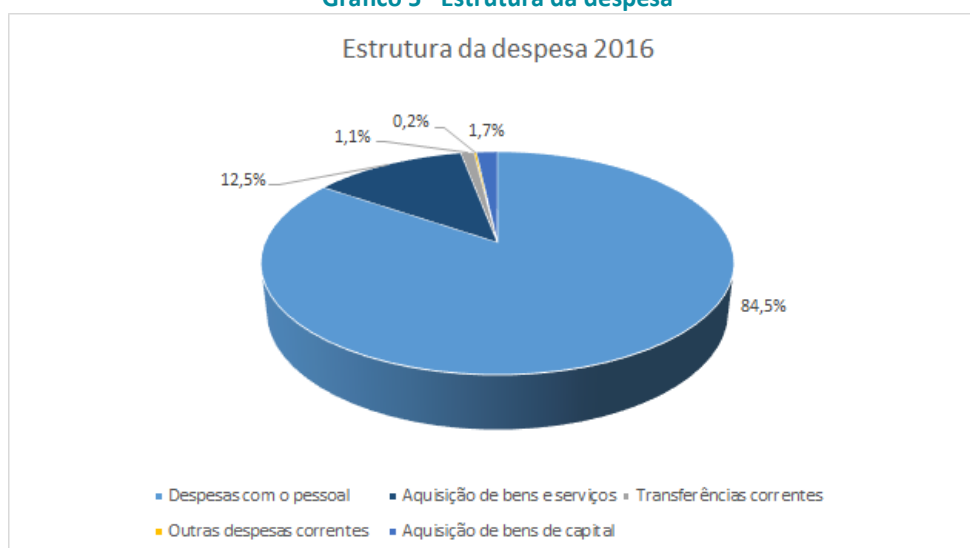
Como se observa graficamente, as despesas com a aquisição de bens e serviços têm decrescido desde 2010 até ao ano de 2013, passando de 2.022.824€ para 878.056€. No ano de 2014, verificou-se um ligeiro crescimento de 6% (+54.054€) atingindo o montante de 932.110€. No ano de 2016, registou-se um aumento substancial de 33%, passando de 932.110€ para 1.240.834€. No ano de 2016 verificou-se novamente um ligeiro decréscimo.

Gráfico 4 – Evolução das principais despesas



Na estrutura da despesa de 2016, as rubricas de “Pessoal” e de “Aquisição de bens e serviços” são as que têm maior peso, 84,5% e 12,5% respetivamente.

Gráfico 5– Estrutura da despesa



Orçamento da receita

O financiamento inicial do orçamento PIDDAC tem duas origens: o Orçamento do Estado e o recurso a Fundos Comunitários. O primeiro contribui com o montante de 18.000€ e o segundo com o montante de 4.180.000€.

No quadro abaixo, apresenta-se, resumidamente, o financiamento dos projetos individuais por “fonte”.

Como se observa, o projeto “Assistência Técnica Global – Centro 2020” representa no orçamento inicial cerca de 95% da receita do PIDDAC.

Com as alterações orçamentais (integração de saldos), o projeto “Assistência Técnica Global – Centro 2020” passou a representar 93% do PIDDAC.

Tabela 3 – Receita dos Projetos PIDDAC

Receita por Projecto			Orçamento Inicial	ALTERAÇÕES ORÇAMENTAIS		Orçamento Corrigido
Código	Projeto	Fonte de Financiamento		Integração Saldo	Outras	
9272	Proj.9272 - Assistência Técnica - Centro 2020	Saldo de RG		100.421 €		100.421 €
		Comunitário	4.004.000 €	349.654 €		4.353.654 €
		SOMA	4.004.000 €	450.075 €		4.454.075 €
9388	Proj. 9388 - Gestão e Promoção Ambiental na Região Centro	OE	18.000 €			18.000 €
		Comunitário	18.000 €			18.000 €
		SOMA	36.000 €			36.000 €
9686	Proj. 9686 – Cooperação Territorial	Saldo de RG		11.911 €		11.911 €
		Comunitário	26.000 €	79.641 €		105.641 €
		SOMA	26.000 €	91.552 €		117.552 €
9699	Proj. 9699 – Promoção da Região Centro	OE				
		Comunitário	132.000 €	55.669 €		187.669 €
		SOMA	132.000 €	55.669 €		187.669 €
Soma			4.198.000 €	597.296 €		4.795.296 €

Orçamento da despesa

Embora o orçamento inicial da receita seja de 4.795.296€, o orçamento da despesa está limitado ao orçamento disponível (4.603.323€). Esta diferença é devida à não orçamentação, por orientações da DGO, do valor de 191.973€ (100.421€ no projeto “Assistência Técnica Global – Centro 2020” e 91.552€ no projeto “Cooperação Territorial”).

O projeto Assistência Técnica – Centro 2020 é o principal projeto de investimento da CCDRC e representa 95% do orçamento da despesa do PIDDAC.

Tabela 4 – Despesa dos Projetos PIDDAC

Despesa por Projecto		Orçamento inicial	Alterações orçamentais	Dotação Corrigida	Cativação 12,5% (FN)	Orçamento disponível
Código	Designação					
9272	Proj.9272 - Assistência Técnica - Centro 2020	4.004.000	349.654	4.353.654		4.353.654
9388	Proj.9388 - Monitorização Ambiental da Região Centro	36.000		36.000		36.000
9686	Proj.9686 - Cooperação Territorial	26.000		26.000		26.000
9699	Proj.9699 - Promoção da Região Centro	132.000	55.669	187.669		187.669
Totais		4.198.000	405.323	4.603.323		4.603.323

Em termos de realização financeira, o destaque vai para o projeto “Assistência Técnica – Centro 2020” que apresenta uma taxa de execução de 79%; sendo também o maior na estrutura da despesa, representa 95% da estrutura PIDDAC e na estrutura da despesa paga, 99,6%.

Os restantes projetos, para além de representarem, no seu conjunto, apenas 5% da despesa total do orçamento PIDDAC, executaram apenas 0,4% da despesa paga, pelo que não são significativos.

Demonstração de resultados

A demonstração de resultados por natureza segue o previsto no POCP. São assim apresentados os resultados das operações segundo a ótica económica (custos e proveitos) da CCDRC.

Os proveitos são constituídos pelas transferências e subsídios correntes e pelos impostos e taxas, que no seu conjunto têm representado cerca de 98% dos proveitos totais. No corrente ano atingiu os 99%.

As transferências têm vindo gradualmente a diminuir na mesma medida que os impostos e taxas sobem no peso relativo dos proveitos totais. No ano de 2016, verificou-se um aumento para 81%. No entanto, o valor absoluto baixou de 6.6675.124€ para 6.383.186€. No corrente ano, as transferências voltaram a crescer, quer em termos absolutos, 1.540.361€ (24%), quer em termos de estrutura da receita, que passou de 81% para 87%.

Os impostos e taxas no exercício corrente baixaram relativamente ao ano transato no montante de 255.019€ (-18%).

Tabela 5 – Proveitos

Principais Proveitos	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016
Transferência e subsídios correntes	10.096.377,72	9.246.460,47	7.159.682,27	6.283.024,77	6.675.124,32	6.383.186,70	7.923.548,06
Impostos, taxas e outros	1.609.659,25	3.315.894,36	2.718.686,09	2.059.172,09	2.578.758,38	1.360.584,36	1.105.565,75
Transferência e subsídios correntes	85%	72%	70%	73%	71%	81%	87%
Impostos, taxas e outros	14%	26%	27%	24%	27%	17%	12%
Soma	98%	98%	97%	97%	98%	98%	99%

Tabela 6 – Proveitos, custos e resultados

	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016
Proveitos	11.902.401,89	12.778.864,68	10.219.271,09	8.562.942,64	9.446.933,85	7.911.128,96	9.154.779,09
Custos	10.603.901,77	9.118.413,36	8.053.804,64	9.864.954,24	9.302.776,11	9.315.136,53	10.133.820,72
Resultado operacional	1.242.858,83	3.598.205,73	1.983.960,26	-1.418.246,37	34.210,80	-1.519.131,16	-1.061.284,68
Resultado líquido	1.298.500,12	3.660.451,32	2.165.466,45	-1.302.011,60	144.157,74	-1.404.007,57	-979.041,63

Em 2016, os proveitos sofreram um aumento global de 16%, tendo passado de 7.911.129€ para 9.154.779€.

A estrutura de custos é constituída essencialmente por três grandezas as quais totalizam, neste exercício, 98% dos custos totais:

- Os custos com o pessoal que representam 83%;
- Os fornecimentos e serviços de terceiros que representam 12%;
- As amortizações que representam cerca de 2% dos custos totais.

Os fornecimentos e serviços de terceiros, em resultado de ganhos de eficiência, têm apresentado uma redução sistemática desde o ano 2010 até ao ano de 2013. A forte redução verificada neste período, cerca de 50%, parece-nos ter atingido o limiar, tendo estabilizado esse valor para 2014. No ano de 2015 volta a verificar-se um aumento dos custos desta natureza na ordem dos 34%. No corrente ano voltaram a baixar os custos desta natureza no montante de 255.019€ (-19%).

Tabela 7– Custos

Principais Custos	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016
Pessoal	8.315.091,92	7.211.826,54	6.297.709,65	8.512.582,01	7.961.105,22	7.683.141,19	8.458.247,16
Fornecimentos e serviços externos	2.017.704,30	1.472.406,99	1.227.233,53	850.859,68	917.244,08	1.224.580,09	1.178.307,40
Amortizações do exercício	196.262,67	335.172,17	425.527,40	397.359,65	339.539,65	310.073,56	252.176,13
Pessoal	78%	79%	78%	86%	86%	82%	83%
Fornecimentos e serviços externos	19%	16%	15%	9%	10%	13%	12%
Amortizações do exercício	2%	4%	5%	4%	4%	3%	2%
Soma	99%	99%	99%	99%	99%	99%	98%

Em 2016, os custos cresceram globalmente cerca de 8,8%, cifrando-se esse aumento no montante de 818.684€.

Este aumento deve-se essencialmente ao aumento das contas “Custos com o pessoal”, que resultou da reposição dos vencimentos na Função Pública, o que representou em termos absolutos um aumento de 775.106€ (10%), e “Provisões do exercício” no montante de 195.897€.

As restantes rubricas não apresentam valores significativos.

Na conta de “Custos com o Pessoal”, a rubrica dos “órgãos dirigentes” teve um acréscimo de custos no montante de 109.411€ (+7,6%). A conta “Remunerações do pessoal” foi a que apresentou maior aumento, tendo sido gastos mais 594.416€ (+12,5%). Em resultado do aumento das remunerações, os “Encargos sobre remunerações” sofreram um acréscimo de 71.113€ (+5,1%).

Residualmente, as restantes contas de “custos com o pessoal” apresentaram reduções de custos totalizando 2.833€ a saber:

- A conta de “Pensões” sofreu uma redução de 2.338€ (no corrente exercício não houve pagamento de Pensões);
- A conta de “Outros custos com o pessoal” sofreu uma redução de 495€.

Em 2016, a rubrica “Fornecimentos e serviços externos” (FSE) teve uma redução global de 3,8%, no montante de 46.273€. As rubricas mais significativas em termos de valores absolutos que influenciaram esse resultado foram:

Variações negativas, aumento de custos:

- Trabalhos especializados – com um aumento de 123.581€ (+41%);
- Limpeza, higiene e conforto - com um aumento de 13.504€ (+16%);
- Contencioso e notariado – com aumento de 7.306€ (não teve custos no ano anterior);
- Vigilância e segurança – com aumento de 6.583€ (+11%);
- Outros encargos com instalações – com aumento de 5.559€ (não teve custos no ano anterior);

- Formação - com um aumento de 2.123€ (+ 207%, resultado da execução do plano de formação);
- Outros fornecimentos e serviços- com um aumento de 2.047€ (+7%);
- Água- com um aumento de 1.434€ (+ 11,5%).

Variações positivas, redução de custos:

- Publicidade – com uma redução de 76.798€ (-61%);
- Honorários - com uma redução de 46.149€ (-44%);
- Deslocações e estadas - com uma redução de 29.301€ (-32%);
- Assistência técnica - com uma redução de 12.590€ (-26%);
- Comunicação - com uma redução de 10.268€ (-16%);
- Eletricidade - com uma redução de 9.365€ (-12%);
- Combustíveis - com uma redução de 5.633€ (-12%);
- Conservação e reparação - com uma redução de 4.303€ (-9%);
- Material de escritório - com uma redução de 2.213€ (-12%);
- Transporte de pessoal - com uma redução de 1.012€ (-12%);
- Despesas de representação - com uma redução de 583€ (-5%);
- As restantes rubricas são de montantes reduzidos.

Os “fornecimentos e serviços externos” (FSE) no montante de 1.178.307 €, representam 12% da estrutura dos custos. Seguidamente apresentam-se as rubricas comparativas com as do ano anterior.

Tabela 8 – Estrutura do Fornecimento de Serviços Externos

FORNECIMENTOS E SERVIÇOS EXTERNOS	2015	2016	variação	
			valor	%
Eletricidade	78.694,32	69.329,54	-9.364,78	-11,9%
Combustíveis	45.298,81	39.665,67	-5.633,14	-12,4%
Água	12.445,97	13.880,20	1.434,23	11,5%
Outros fluidos	27,00	0,00	-27,00	-100,0%
Livros e documentação técnica	327,34	128,01	-199,33	-60,9%
Material de escritório	18.643,87	16.430,43	-2.213,44	-11,9%
Artigos para oferta	362,50	84,00	-278,50	-76,8%
Rendas e alugueres	79.220,98	75.879,04	-3.341,94	-4,2%
Despesas de representação	12.971,10	12.388,43	-582,67	-4,5%
Comunicação	64.904,34	54.636,16	-10.268,18	-15,8%
Seguros	6.139,43	66,49	-6.072,94	-98,9%
Transporte de pessoal	8.110,74	7.098,72	-1.012,02	-12,5%
Deslocações e estadas	90.672,83	61.371,55	-29.301,28	-32,3%
Comissões	906,50	632,19	-274,31	-30,3%
Honorários	104.197,28	58.047,79	-46.149,49	-44,3%
Contencioso e notariado	0,00	7.306,36	7.306,36	
Conservação e reparação	50.020,15	45.717,15	-4.303,00	-8,6%
Publicidade	125.885,58	49.087,17	-76.798,41	-61,0%
Limpeza, higiene e conforto	84.284,67	97.788,61	13.503,94	16,0%
Vigilância e segurança	60.074,64	66.657,92	6.583,28	11,0%
Trabalhos especializados	303.069,23	426.649,94	123.580,71	40,8%
Outros encargos com instalações		5.559,26	5.559,26	
Formação	1.027,48	3.150,00	2.122,52	206,6%
Assistência técnica	48.333,33	35.743,40	-12.589,93	-26,0%
Outros fornecimentos e serviços	28.962,00	31.009,37	2.047,37	7,1%
Total	1.224.580,09	1.178.307,40	-46.272,69	-3,8%

Como se pode constatar, os gastos com três rubricas - “Trabalhos especializados”, “Limpeza, higiene e conforto” e “Rendas e alugueres” - representam 51% dos gastos desta natureza. Se lhes somarmos a “Eletricidade” e a “Vigilância e segurança”, encargos fixos de funcionamento, chegamos a 62,5% dos custos desta natureza (FSE).

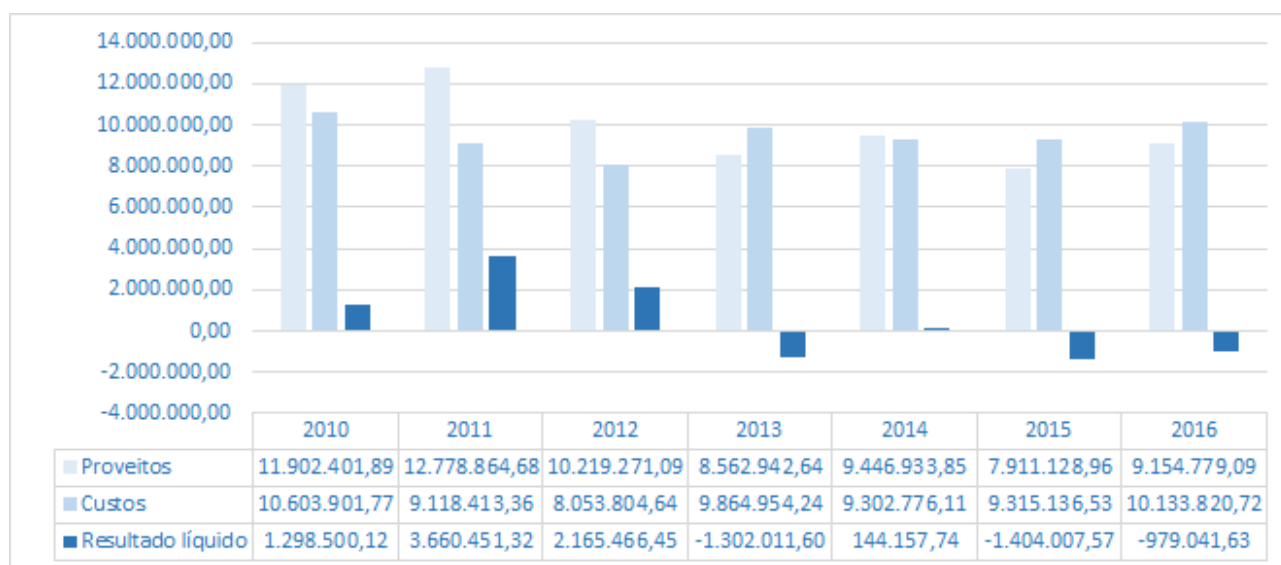
Em termos de estrutura, os custos da demonstração de resultados são essencialmente constituídos pelos “custos com o pessoal” que representam 83,5%, sendo os “serviços e fornecimentos externos” responsáveis por 11,6% e as “amortizações do exercício” por 2,5%. No seu conjunto estas três componentes representam 97,6% dos custos totais.

Na estrutura dos proveitos temos basicamente as “transferências e subsídios correntes obtidos” que representam 86,6% dos proveitos totais e os “impostos, taxas e outros” que contribuem com 12,1%.

No corrente ano, apurou-se um resultado líquido do exercício negativo, cifrando-se o prejuízo em 979.042€.

Seguidamente apresenta-se a evolução da construção dos resultados para o período 2010-2016.

Gráfico 6– Evolução dos custos, proveitos e resultados



Demonstração dos resultados 2016

Código das contas POCP	Custos e perdas	Exercícios	
		2016	2015
61	Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas	3.145,98	1.722,00
62	Fornecimentos e serviços externos	1.178.307,40	1.224.580,09
64	Custos com o pessoal	8.458.247,16	7.683.141,19
63	Transferências correntes concedidas e prestações sociais.....	25.662,72	56.240,40
66	Amortizações do exercício	252.176,13	310.073,56
67	Provisões do exercício	195.897,00	
65	Outros custos e perdas operacionais	18.075,25	36.971,47
68	Custos e perdas financeiras		
69	Custos e perdas extraordinários	2.309,08	2.407,82
88	Resultado líquido do exercício	-979.041,63	-1.404.007,57
	TOTAL	9.154.779,09	7.911.128,96
	Proveitos e ganhos		
71	Vendas e prestações de serviços	34.682,00	41.128,63
72	Impostos, taxas e outros	1.105.565,75	1.360.584,36
75	Trabalhos para a própria empresa		
73	Proveitos suplementares	360,00	720,00
74	Transferências e subsídios correntes obtidos	7.923.548,06	6.383.186,70
76	Outros proveitos e ganhos operacionais	6.071,15	7.977,86
78	Proveitos e ganhos financeiros		
79	Proveitos e ganhos extraordinários	84.552,13	117.531,41
	TOTAL	9.154.779,09	7.911.128,96

Balança

O balanço é o mapa que compara o ativo com o passivo. No ativo estão refletidos os montantes respeitantes ao imobilizado, as dívidas de terceiros e as disponibilidades. O passivo evidencia as dívidas para com terceiros.

Na estrutura do balanço, há que salientar o reforço dos capitais próprios pela via dos resultados nos períodos até ao ano de 2012. Esta é a “grande massa” onde houve alteração significativa de 2011 para 2012 (+2.102.934€). Em 2013 verificou-se uma diminuição desta “massa” no montante de 1.312.612€. No ano de 2014 verificou-se uma ligeira recuperação com o resultado positivo de 144.157€. No ano de 2015 verificou-se um novo prejuízo de 1.404.008€. No corrente ano verificou-se novamente um prejuízo de 979.041€.

As restantes rubricas do balanço não apresentam variações assinaláveis.

As imobilizações corpóreas líquidas totalizam o montante de 773.371€ e representam 18% do total do “ativo”. No corrente ano foram adquiridas imobilizações no montante de 166.114€ e abatidas/alienadas imobilizações no montante de 22.128€.

O passivo exposto no balanço, com um total de 1.661.111€ é constituído por dois grupos:

- Dívidas a terceiros - Curto prazo - 443.277€;
- Acréscimos e diferimentos - 1.217.833€.

O primeiro, refere-se a valores respeitantes a operações de tesouraria, nomeadamente valores à guarda da CCDRC mas que não lhe pertencem. Estão nesta situação créditos não efetivos relativos a coimas, que só se tornam efetivos após cobrança, bem como Fundos Comunitários na posse da CCDRC.

O segundo, diz respeito à estimativa refletida na conta “renumações a liquidar” a pagar em 2017 no montante de 1.102.671€, correspondente às férias e subsídios de férias e respetivos encargos e ao montante dos subsídios para investimento de 115.162€ recebidos, sendo que o seu proveito apenas será reconhecido à medida que os bens financiados vão sendo amortizados.

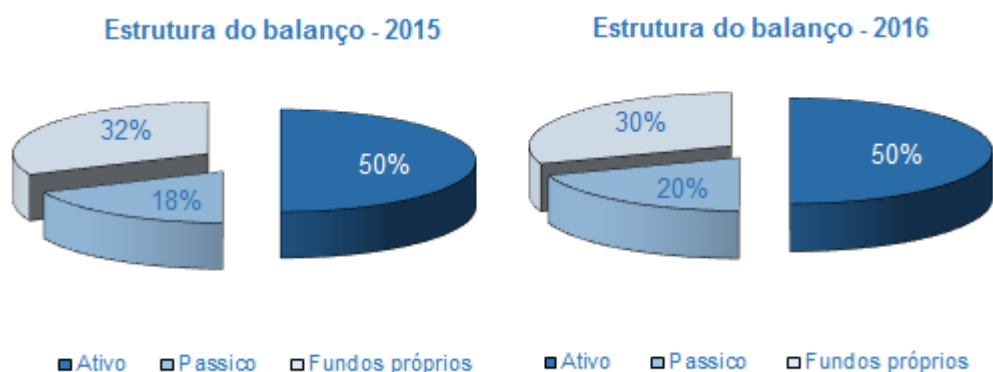
Estrutura do Ativo

O Balanço e o Sistema Contabilístico adequam-se ao previsto no Plano Oficial de Contabilidade Pública (POCP), e espelha a situação patrimonial da CCDRC a 31 de Dezembro de 2016.

O imobilizado líquido no montante de 773.371€ representa 18% do ativo total; as dívidas de terceiros líquidas no montante de 335.572€ representam 8% ativo total; as disponibilidades apresentam um valor de 3.141.056€ e representam 74% do ativo total.

Estrutura do Passivo

O valor apresentado como passivo refere-se a valores inscritos em operações de tesouraria. Referem-se a valores, relacionados com fundos comunitários, na posse da CCDRC mas que não lhe pertencem que serão posteriormente entregues nos cofres do Estado e aos acréscimos de custos já acima referidos.



BALANÇO					
31 de dezembro 2016					
Código das contas POCP	ACTIVO	Exercícios			
		2016			2015
		AB	AA	AL	AL
42	Imobilizações corpóreas	2.959.736,52	2.186.365,08	773.371,44	861.742,96
21+24+26	Dívidas de terceiros - curto prazo	740.823,55	405.251,86	335.571,69	1.071.047,38
13	Conta no Tesouro, depósitos em instituições financeiras	3.141.056,49		3.141.056,49	3.570.862,25
27	Acréscimos e diferimentos	4.224,97		4.224,97	1.714,12
	Total das amortizações/Provisões		2.591.616,94		
	Total do ativo	6.845.841,53	2.591.616,94	4.254.224,59	5.505.366,71
Código das contas POCP	FUNDOS PRÓPRIOS E PASSIVO	Exercícios			
		2016		2015	
	Fundos próprios:				
51	Património			194.309,47	194.309,47
53	Resultados transitados			3.377.846,19	4.699.838,92
88	Resultado líquido do exercício			-979.041,63	-1.404.007,57
	Total dos fundos próprios			2.593.114,03	3.490.140,82
	Passivo				
26	Dívidas a terceiros - curto prazo			443.276,73	665.479,68
27	Acréscimos de custos			1.217.833,83	1.349.746,21
	Total do passivo			1.661.110,56	2.015.225,89
	Total dos fundos próprios e do passivo			4.254.224,59	5.505.366,71

Grau de cumprimento dos objetivos do plano de atividades, por unidade orgânica

		Objetivos	Indicadores desempenho	Meta	Da Avaliação		
					superou	cumpriu	não cumpriu
Direção de Serviços de Desenvolvimento Regional	DPA e DCP	Consolidar a CCDRC como <i>broker</i> territorial para a competitividade, inovação e internacionalização	Nº de iniciativas de internacionalização/captação de IDE	12	X		
			Nº de iniciativas de dinamização com entidades regionais e de promoção da região, dos seus recursos e da CCDRC	18	X		
			N.º de reuniões realizadas pelo Gabinete de Apoio ao Promotor com entidades externas	80	X		
			Número de participantes em iniciativas de discussão da RIS3	300	X		
	Afirmar o desenvolvimento territorialmente coerente		Nº de páginas consultadas no DataCentro	12 500	X		
			Nº de relatórios de monitorização	10	X		
			Nº de notas de apoio à divulgação na comunicação social e no portal da CCDRC	50	X		
	Dinamizar a cooperação territorial na região Centro		Nº de iniciativas de cooperação dinamizadas pela CCDRC	6	X		

Direção de Serviços de Desenvolvimento Regional	
Objetivos	Fundamentações
<p>Consolidar a CCDRC como <i>broker</i> territorial para a competitividade, inovação e internacionalização</p>	<p>Foram concretizadas 17 "iniciativas de internacionalização/captação de IDE" que contribuíram para a projeção internacional da Região Centro. Mais concretamente, foram asseguradas representações de alto nível em vários eventos internacionais passando por Bruxelas (expositor na Smart Regions Conference - Driving Smart Specialisation Investments in Priority Areas for European Growth), Berlim (apresentação na Conferência Internacional "World Health Summit"), Groningen (Participação na Conferência Internacional "Building the Future of Health") e Sevilha (com uma apresentação na 1st Smarter Conference on Smart Specialisation and Territorial Development), não descurando igualmente os eventos nacionais com projeção internacional (de que são exemplo, o Moulds Event, o Portugal Bike Value ou o 2nd Sino Portuguese Advanced Materials Innovation Forum). Foi lançado o Boletim Europa e, em áreas consideradas relevantes para a estratégia regional, desenvolveu-se um esforço de inserção em consórcios internacionais fortes que se consubstanciaram em dois projetos aprovados no Programa Horizonte2020 (o SCREEN - Synergic Circular Economy Across European Regions e o InRoad - Towards better Synchronisation of Priority Settings and Evaluation Mechanisms for Research Infrastructures Beyond National Relevance), aguardando-se ainda os resultados relativos a outras candidaturas submetidas (em H2020 e no POCTEP com o projeto EUROACE Invest). Procurou dinamizar-se o Plano de Ação acordado entre a CCDRC e a AICEP de que é um bom exemplo o lançamento do Barómetro de IDE na Região Centro (com a edição de Fevereiro e Dezembro). Foram promovidas sessões de apresentação e divulgação dos principais atores regionais junto de delegações estrangeiras provenientes de Zhejiang (República Popular da China) e de Berlim (Alemanha). Foi subscrito um memorando de entendimento para a dinamização da Centro^{PT} Health Alliance, enquanto conjunto de parceiros estratégicos da Região na área da Saúde. Registou-se ainda, ao longo de todo o ano, uma participação muito pró-ativa na Comissão Permanente de Apoio ao Investidor tendo sido acompanhados, no caso da Região Centro, 17 projetos, representando um volume de investimento previsto de 805,9 M€ e a criação de 868 postos de trabalho. Destaque ainda para a projeção mediática da Região pelo Prémio Regiostars 2016 na Categoria 2- Crescimento Sustentável ganho pela BLC3 - Campus de Tecnologia e Inovação, de Oliveira de Hospital, com o projeto "Centro BIO: Bioindústrias, Biorrefinarias e Bioprodutos", Lda.</p> <p>No indicador "iniciativas de dinamização com entidades regionais e de promoção da região, dos seus recursos e da CCDRC" foram realizadas 41 iniciativas, tendo sido promovidas, entre outras, a 2ª Gala de reconhecimento das empresas gazela da Região Centro, o 3º Concurso Regional de Ideias de Negócio nas Escolas e um evento de <i>Brokerage</i> dedicado exclusivamente aos assuntos marítimos, tendo-nos associado ainda à Rede Rural no seu evento de <i>Brokerage</i> na Feira Nacional de Agricultura. Foram igualmente promovidos três Gabinetes de Apoio ao Promotor itinerantes (Oliveira do Hospital, Lousã e Condeixa) e quatro eventos relacionados com o processo de consulta pública da RIS3 e, simultaneamente, com o lançamento do Balcão de Responsabilidade Social Científica (em Coimbra, Covilhã e Leiria). Houve 13 participações ativas em ações de sensibilização nas escolas ou em seminários/workshops, onde se discutiram temas relevantes da estratégia regional, como seja a RIS3 ou a economia circular. Por iniciativa da CCDRC foram criadas/reforçadas várias redes e/ou consórcios regionais de atores (como seja o <i>ageing@coimbra</i>, a Centro^{PT} Health Alliance ou a declaração "Noite saudável das cidades do Centro de Portugal"), sendo que houve também uma clara aposta em parcerias que permitam aproveitar os fundos comunitários do Programa Horizonte 2020 (H2020) na vertente de <i>teaming</i> com regiões mais desenvolvidas (seja na área do envelhecimento ativo, no estudo do cérebro ou na economia circular). Em parceria com a Direção-Geral de Saúde e a CHAFEA (Agência Executiva para os Consumidores, a Saúde, a Agricultura e a Alimentação) e, mais tarde, com a FCT propiciaram-se aos atores regionais a possibilidade de conhecer em detalhe as oportunidades de financiamento europeu na área da Saúde. Foi promovida uma reunião do Conselho Coordenador da RIS3 com o intuito de validar todo o trabalho efetuado quer nos Grupos de Trabalho, quer na análise de mérito efetuada pela CCDRC às candidaturas apresentadas ao Portugal2020 e que estão sujeitas ao alinhamento com a RIS3 regional. Durante o ano de 2016 desenvolveu-se uma plataforma para divulgar os Incentivos Locais que as 100 Autarquias da Região proporcionam aos seus investidores. Finalmente, e com a intenção de aproximar a Região da União Europeia, participou-se ativamente na Semana Europeia das Regiões e Cidades (EWRC, ex-Open Days), e organizou-se a visita de peritos do "Joint Research Centre" da Comissão Europeia ao Centro, enquanto única região portuguesa selecionada no âmbito de um projeto que apoia Lagging Regions no desenvolvimento das suas Estratégias de especialização inteligente (RIS3).</p>

<p>Consolidar a CCDRC como <i>broker</i> territorial para a competitividade, inovação e internacionalização</p>	<p>O indicador “<i>reuniões realizadas pelo Gabinete de Apoio ao Promotor com entidades externas</i>” foi também ele superado tendo sido promovidas 102 reuniões, acrescidas de várias outras formas de contacto e de apoio ao investimento que o GAP dinamizou ao longo do ano (de forma direta responderam-se a 595 email e prestaram-se esclarecimentos em 498 chamadas telefónicas).</p> <p>O indicador “<i>participantes em iniciativas de discussão da RIS3</i>” procurava garantir que o processo de construção da RIS3 fosse participado e discutido com os atores da Região. Ao longo de 2016 foi possível mobilizar um total de 461 participações quer pelo envolvimento ativo nas três sessões de divulgação do processo de consulta pública que a CCDRC lançou no final de 2016 (em Coimbra, Covilhã e Leiria), quer em discussão coletiva com elementos da Comissão Europeia ou pela dinamização dos órgãos de governação da RIS3 envolvendo o Conselho Coordenador e os coordenadores externos dos Grupos de Trabalho criados para cada Plataforma de Inovação.</p>
<p>Afirmar o desenvolvimento territorialmente coerente</p>	<p>Por um lado, mantiveram-se níveis interessantes de utilização do DataCentro sendo que, ao esforço interno de atualização de mais de 700 indicadores no ano de 2016, se somou uma procura de informação significativa com a consulta de mais de 13.000 páginas pelos utilizadores da plataforma.</p> <p>De igual modo foi possível disponibilizar um conjunto de 14 relatórios de monitorização que permitiram acompanhar e monitorizar o desenvolvimento na Região Centro. Disso são exemplo, as atualizações do Barómetro Regional do Centro, os vários Boletins Trimestrais de Conjuntura, a análise das Políticas Públicas no Centro de Portugal, um estudo do PIB da Região Centro – Processos de convergência e divergência ou os documentos divulgados que procuram apresentar, numa linguagem descodificada, o estado de arte da Estratégia de Investigação e Inovação para uma Especialização Inteligente (RIS3) do Centro de Portugal. Foram ainda preparados conteúdos relativos ao acompanhamento das dinâmicas regionais para os Relatórios de execução de 2015 do Programa Operacional Regional MaisCentro e Centro2020, tendo havido igualmente uma participação ativa no Grupo de Trabalho nacional dos Indicadores do Portugal2020, constituído no âmbito do Conselho Superior de Estatística/Secção Permanente de Estatística de Base Territorial. Ao nível dos mapeamentos exigidos pela Comissão Europeia, durante o ano de 2016, trabalhou-se o Mapeamento das Infraestruturas de Acolhimento Empresarial e o Mapeamento dos Equipamentos Sociais.</p> <p>Fruto de todo o trabalho desenvolvido na DSDR, foi possível contribuir ativamente com propostas de comunicados de imprensa e/ou notícias para o portal e redes sociais da CCDRC tendo sido superado o objetivo inicial “notas de apoio à divulgação na comunicação social e no portal da CCDRC”.</p> <p>Nos Incentivos do Estado à Comunicação Social (competências asseguradas pela DSDR desde 2015), na dimensão do incentivo à leitura de publicações periódicas foi validada a despesa apresentada pelos operadores postais no montante de 1,5 milhões de euros, correspondendo ao envio de 10,1 milhões de exemplares. Foram também analisados 18 processos de atribuição/renovação do cartão de acesso, sendo três indeferidos. Na outra dimensão – incentivos diretos – foram analisadas 19 candidaturas e processados 15 pedidos de pagamento.</p> <p>Durante o ano de 2016, a unidade orgânica deu ainda resposta atempada a um volume de trabalho muito significativo, no âmbito dos projetos candidatos ao Portugal 2020, nos sistemas de incentivos às empresas, quer no que respeita à análise da admissibilidade em termos de alinhamento com a RIS3 do Centro, como de análise e pontuação do critério do mérito regional (critério D) para um total de 2.124 candidaturas, de 28 avisos de concurso, representando um acréscimo face ao ano anterior de 36,7% de candidaturas.</p> <p>Foi também prestado apoio interno às Direções de Serviços de Ambiente e de Ordenamento do Território, no âmbito da componente/descritor socioeconómico dos projetos estruturantes, estudos e planos, em contexto de Avaliação de Impacte Ambiental (AIA) e Avaliação Ambiental Estratégica (AAE). Durante o ano de 2016, foram elaborados 32 pareceres de AIA e AAE e assegurada a representação em seis Comissões de Avaliação de Impacte Ambiental.</p>

Dinamizar a cooperação territorial na região Centro

A dinamização da cooperação territorial europeia na região Centro assume diferentes dimensões. Por um lado, a CCDRC integra as Comunidades de Trabalho transfronteiriças CenCyl e EUROACE, no âmbito das quais, em 2016, a atividade incluiu o encerramento dos projetos dos respetivos Gabinetes de Iniciativas Transfronteiriças, apoiados pelo Programa INTERREG POCTEP 2007-2013 e a submissão dos novos projetos ao INTERREG V-A – POCTEP 2014-2020. Por outro lado, mesmo num ano sem apoio financeiro daquele programa, a dinamização das respetivas Comunidades de Trabalho incluiu um contacto permanente de partilha de informação e articulação de iniciativas. Neste contexto, são de destacar, na região, e ambas no contexto EUROACE, a reunião de Coordenação do GIT em Coimbra, a Comissão Setorial do Ambiente em Castelo Branco e a celebração do Dia da Europa que teve lugar (numa parceria com a Câmara Municipal de Castelo Branco) no Tejo Internacional.

Ainda no contexto da EUROACE, merece especial referência a participação da CCDRC no projeto AGROPOL – desenvolvimento de um modelo de região transfronteiriça europeia no setor agroalimentar. Trata-se de uma iniciativa financiada pela Comissão Europeia (DG AGRI) e tem como objetivo o desenvolvimento de ações piloto na cadeia de valor agroalimentar/agroflorestal que implementem uma estratégia conjunta inter-regional e lancem ações piloto concretas. Estes projetos piloto devem permitir um estudo aprofundado que ofereça um conhecimento prático sobre a cooperação transfronteiriça no setor agrícola/agroalimentar para as regiões europeias no seu conjunto, esperando-se assim que surja um modelo de cooperação transfronteiriça neste setor que seja transferível e possa ser útil em outras regiões europeias. O projeto teve início em maio e, até ao final do ano, realizaram-se cinco reuniões, duas das quais organizadas no Centro, tendo sido ainda mobilizados stakeholders regionais do Centro para uma reunião em Évora.

Outra das dimensões das atividades de cooperação da CCDRC, e ainda no plano transfronteiriço, concretiza-se no papel de organismo intermédio que a CCDRC assume na gestão do Programa Operacional de Cooperação Transfronteiriça Espanha-Portugal (POCTEP), INTERREG V-A. Neste contexto, no primeiro semestre do ano o essencial das atividades concentraram-se no encerramento do Programa 2007-2013, tendo sido possível atingir uma taxa de execução de quase 99%. Já no segundo semestre, o esforço dirigiu-se à avaliação das candidaturas submetidas à 1ª convocatória do Programa 2014-2020. Foram analisadas pela CCDRC parte dos critérios estratégicos em mais de 130 candidaturas onde participam beneficiários do Centro, ou que se desenvolvem neste território.

No contexto dos restantes Programas de Cooperação Territorial Europeia (CTE), importa sublinhar que a CCDRC integrou o Comité de Acompanhamento do Programa INTERREG SUDOE no primeiro semestre do ano, período durante o qual houve a decisão da 1ª Convocatória deste Programa. A segunda fase desta Convocatória começou em fevereiro e a CCDRC procurou apoiar os beneficiários do Centro que participaram em candidaturas aprovadas na 1ª fase procurando obter informação útil que poderia ser disponibilizada aos parceiros do Centro com o objetivo de melhorar as candidaturas nesta 2ª fase. Realizou-se ainda uma sessão de esclarecimentos na CCDRC. O Comité de Acompanhamento do Programa realizou-se em junho, no Porto, e foi o último que contou com a presença da CCDRC nesta fase, já que as regiões asseguram rotativamente a representação regional neste órgão. No âmbito do Programa INTERREG Espaço Atlântico, as atividades incluíram a participação na sessão de lançamento da 1ª convocatória deste Programa, bem como o apoio aos beneficiários do Centro que o solicitaram à CCDRC e a disseminação das oportunidades de parceria junto destes beneficiários. Quanto ao Programa INTERREG Europe, para além de também no contexto deste Programa se assegurar a disseminação de oportunidades de parceria junto dos agentes regionais, a CCDRC foi solicitada para integrar o Grupo Local de projetos aprovados no âmbito da 1ª Convocatória. Foi o caso do projeto CISMOB (Cooperative information platform for low carbon and sustainable mobility), cujo parceiro líder é a Universidade de Aveiro, e do projeto OSIRIS (Open Social Innovation policies driven by cocreative Regional Innovation ecosystemS), cujo parceiro do Centro é a Câmara Municipal do Fundão. Ainda no contexto destes Programas, a CCDRC acompanha o URBACT, fazendo parte do Grupo de ligação CCDRC/Direção Geral do Território. A CCDRC procurou, pois, apoiar sempre a participação de parceiros do Centro em projetos de cooperação, e formalizou esse apoio em Cartas de conforto que integram as respetivas candidaturas. Tal acontece nos diferentes Programas da CTE e demais programas europeus, tendo-se formalizado o apoio a cerca de 50 projetos diferentes.

A Região Centro integra a macro região do Sudoeste Europeu, RESOE e aderiu, durante 2016, à Rede Europeia de Regiões com Desafios Demográficos tendo assinado a “Declaração política na defesa de uma política regional forte e renovada pós 2020”, iniciativa de uma região austríaca que rapidamente mereceu a adesão de mais de 150 regiões europeias.

	Objetivos	Indicadores desempenho	Meta	da Avaliação		
				superou	cumpriu	não cumpriu
DS	Capacitação das autarquias locais e das entidades intermunicipais e de outros em problemáticas especialmente relevantes.	Seminários e sessões técnicas de esclarecimento realizados	6		x	
		Guias de apoio técnico	2		x	
DAJ	Assessoria Jurídica e contencioso administrativo	Tempo médio de resposta e qualidade	95% dos atos de apoio jurídico prestados até 30 dias úteis e 100% com correção jurídica;	x		
	Apoio Jurídico às autarquias locais e entidades equiparadas	Tempo médio de resposta e qualidade	95% dos atos de apoio jurídico prestados até 30 dias úteis e 100% com correção jurídica;	x		
	Contraordenações ambientais	Percentagem de propostas de decisão sobre autos/participações de contraordenação	500 propostas de decisão, relatórios, e informação de arquivo, de autos de notícia e de participações respeitantes a processos de contraordenação	x		
DCTF	Apoio técnico aos Municípios da Região Centro em matéria de Finanças Locais, no âmbito dos instrumentos contabilísticos e financeiros vigentes	Municípios apoiados tecnicamente	77 Municípios	x		
	Apoio às autarquias locais no âmbito do regime financeiro das autarquias locais e das entidades intermunicipais	Tempo médio de resposta e qualidade	95% dos atos de apoio prestados até 30 dias úteis, com correção técnica ;	x		

<p>Acompanhamento dos contratos interadministrativos de “delegação de competências do Estado nos Municípios e Entidades Intermunicipais (Decreto-Lei n.º 30/2015, de 12/02), nas áreas da Educação, Cultura e Saúde.</p>	<p>Relatórios de acompanhamento</p>	<p>Elaboração de relatórios anuais por setor acompanhado</p>	<p>x</p>	
<p>Apoio às autarquias locais e entidades equiparadas no âmbito da cooperação técnica e financeira, incluindo os “Contratos para a Reforma e Partilha e Integração dos serviços ou competências dos Municípios” e o “Projeto de Modernização Administrativa das Freguesias”</p>	<p>Tempo médio de resposta e qualidade</p>	<p>100% dos atos de apoio prestados até 30 dias úteis</p>	<p>x</p>	

Direção de Serviços de Apoio Jurídico e à Administração Local	
Objetivos	Fundamentações
Capacitação das autarquias locais e das entidades intermunicipais e de outros em problemáticas especialmente relevantes.	<p>Realizaram-se cinco Sessões Flash, sobre «<i>Temas Candentes do Direito Autárquico</i>», com a participação de 457 eleitos locais e trabalhadores municipais e de freguesias da área de intervenção da CCDR Centro.</p> <p>Nessas Sessões Flash foram debatidos os seguintes temas: publicidade das reuniões dos órgãos autárquicos, jornalistas, gravações, documentos administrativos, atas; aquisições de bens e serviços (Orçamento de Estado e Código dos Contratos Públicos); poderes tributários autárquicos e benefícios fiscais autárquicos; inelegibilidades de dirigentes, trabalhadores e membros de GAP autárquicos em eleições autárquicas; procedimento regulamentar autárquico; inscrição nas ordens profissionais de trabalhadores autárquicos;</p> <p>Foi promovida uma “Sessão de Análise e Debate” tendo como destinatários autarcas, dirigentes e trabalhadores dos cinco municípios onde se encontra a decorrer a experiência-piloto da delegação de competências na área da Educação através da celebração de contratos interadministrativos com o Estado - Águeda, Batalha, Oliveira do Bairro, Mealhada e Vila de Rei - com o objetivo de promover e estimular eventuais melhorias na sua aplicação bem como diagnosticar problemas e encontrar soluções para os constrangimentos entretanto identificados.</p> <p>Elaboraram-se dois guias sobre procedimento regulamentar autárquico e fundo de maneiio, divulgados ao público no Portal da CCDR.</p> <p>No guia sobre procedimento regulamentar autárquico procurou efetuar-se uma leitura integrada das novas disposições do CPA sobre o procedimento regulamentar com as especificidades autárquicas;</p> <p>Com o Guia de Apoio aos autarcas na elaboração do Regulamento do Fundo de Maneiro para as Freguesias da Região Centro” pretendeu-se ultrapassar os constrangimentos em algumas freguesias da Região Centro subjacentes ao referido mecanismo, nomeadamente em termos da sua operacionalização.</p>
Assessoria Jurídica e contencioso administrativo	<p>No âmbito do apoio jurídico ao QREN e aos serviços da CCDR elaboraram-se 62 pareceres jurídicos, emitidos na totalidade até 30 dias sobre a data de entrada do respetivo pedido.</p> <p>Os juristas da DSAJAL elaboraram também várias peças processuais, no âmbito de processos contenciosos do foro administrativo, em que a CCDR Centro foi parte processual.</p>
Apoio Jurídico às autarquias locais e entidades equiparadas	<p>No âmbito do apoio autárquico os 305 pareceres jurídicos elaborados, tendo 100 % dos mesmos sido emitidos até 30 dias sobre a data de entrada do respetivo pedido na CCDR.</p> <p>Os pareceres jurídicos emitidos respeitaram, maioritariamente, aos seguintes temas: atribuições e competências municipais e das freguesias; regulamentos externos autárquicos; eleitos locais; contratos públicos; recursos humanos; funcionamento de órgãos autárquicos e de comunidades intermunicipais; benefícios fiscais autárquicos; empresas locais; empresas participadas;</p>
Contraordenações ambientais	<p>Instruíram-se 590 processos de contraordenação, e a redução das pendências de processos a instruir.</p>
Apoio técnico aos Municípios da Região Centro em matéria de Finanças Locais, no âmbito dos instrumentos contabilísticos e financeiros vigentes	<p>Foi prestado apoio técnico aos Municípios da Região Centro em matéria de Finanças Locais, no âmbito dos instrumentos contabilísticos e financeiros vigentes, materializado no acompanhamento e verificação dos documentos previsionais para 2016 e dos documentos de prestação de contas de 2015, e reporte da correspondente informação à Direção-Geral das Autarquias Locais, bem como no respeitante ao Fundo Social Municipal.</p>
Apoio às autarquias locais no âmbito do regime financeiro das autarquias locais e das entidades intermunicipais	<p>Acompanhou-se o desempenho das Freguesias da Região Centro em matéria de Finanças Locais, no âmbito dos instrumentos contabilísticos e financeiros vigentes, tendo sido verificados 670 documentos previsionais para 2016 e 708 documentos de prestação de contas de 2015.</p> <p>Foi prestado apoio às autarquias locais, onde a par da resposta às solicitações por estas colocadas (7 informações para Câmaras Municipais e 8 informações para freguesias), 23 visitas técnicas a Câmaras Municipais no âmbito do Fundo Social Municipal, 8 visitas técnicas às Freguesias, e divulgados no portal da CCDRC, relatórios e notas técnicas.</p>

Direção de Serviços de Apoio Jurídico e à Administração Local	
Objetivos	Fundamentações
Acompanhamento dos contratos interadministrativos de “delegação de competências do Estado nos Municípios e Entidades Intermunicipais (Decreto-Lei n.º 30/2015, de 12/02), nas áreas da Educação, Cultura e Saúde.	Foram realizadas 15 reuniões das Comissões de Acompanhamento de cinco contratos interadministrativos de Delegação de Competências na área da Educação e 2 reuniões respeitantes a um contrato interadministrativo de Delegação de Competências na área da Cultura.
Apoio às autarquias locais e entidades equiparadas no âmbito da cooperação técnica e financeira, incluindo os “Contratos para a Reforma e Partilha e Integração dos serviços ou competências dos Municípios” e o “Projeto de Modernização Administrativa das Freguesias”	No âmbito dos “Contratos para a Reforma e Partilha e Integração dos serviços ou competências dos Municípios” foram acompanhados os 3 contratos celebrados com comunidades intermunicipais na Região Centro, tendo sido elaboradas informações respeitantes a cada um deles e submetidas para conhecimento da DGAL. Relativamente ao “Projeto de Modernização Administrativa das Freguesias”, a DSAJAL, juntamente com as cinco Divisões Sub-Regionais, procedeu à verificação, nas freguesias contempladas, da instalação dos equipamentos e dos sistemas comparticipados pela DGAL, e elaborou o relatório final do programa que submeteu à DGAL.

	Objetivos	Indicadores desempenho	Meta	Da Avaliação			
				superou	cumpriu	não cumpriu	
Direção de Serviços de Ordenamento do Território	DSOT/DGT /DOTCN	Disponibilização de documentos e de informação relevante	Data da atualização: - Informação no Portal - Base de dados do RJREN/RJUE - Guias Orientadores: Elaboração de Planos de Urbanização e Planos de Pormenor	15 de dezembro	X		
	DSOT/DGT/DOTCN	Sensibilizar cidadãos e instituições para as temáticas do ordenamento do território	Taxa de cobertura territorial das ações de sensibilização - sessões/oficinas/apresentações/jornadas/s emínários/formações	15% (N.º de municípios abrangidos pelo menos por uma ação/N.º de municípios da respetiva NUTS II) x 100	X		
	DSOT/DGT/ DOTCN	Participar com outras entidades ou Unidades Orgânicas da CCDRC em matéria de ordenamento do território	% de contributos emitidos no prazo fixado	95%	X		
	DSOT/DGT	Garantir, em tempo útil, a emissão de pareceres em matérias de uso, ocupação e transformação do território	% de pareceres emitidos no prazo legal, nunca ultrapassando 30 dias	95%	X		
	DSOT/DGT/D OTCN	Garantir a decisão concertada das Entidades Externas (EE), no âmbito do RJUE, da REN e na formação e dinâmica de PMOT	% de decisões no prazo legal % de realização de Conferências de Serviço no prazo legal	95%	X		
	DSOT/DGT /DOTCN	Garantir a colaboração permanente com as entidades de tutela, contribuindo para a definição das bases gerais de ordenamento de território e urbanismo	% de contributos no prazo solicitado, nunca ultrapassando 30 dias	95%	X		
	DSOT/DOTCN	Efetuar o acompanhamento dos processos de elaboração, alteração e revisão dos IGT bem como a sua suspensão e estabelecimento de Medidas Preventivas	% de pareceres emitidos no prazo legal, nunca ultrapassando 30 dias	95%	X		

Direção de Serviços de Ordenamento do Território	
Objetivos	Fundamentações
Disponibilização de documentos e de informação relevante	<p>Indicador Informação no Portal: Até 23 de novembro foram atualizados todos os documentos disponibilizados no Portal da CCDRC (42) e criadas 3 novas FAQ. Sempre que saíram novas publicações de planos e de REN, foram atualizadas, no próprio dia, no PORTAL da DSOT as respetivas Figuras, Listas e publicações em DR (15 figuras, 100 listas e 197 DR). Foram enviadas 120 atualizações para o Visualizador de Informação Geográfica (VIG), relativas a regulamentos e plantas de Planos Territoriais (PDM, PU e PP) e de REN, resultantes dos respetivos processos de formação e dinâmica de PMOT e de REN. Foram feitas 129 atualizações de base de dados.</p>
Recolha, tratamento, análise e divulgação de informação, analógica e/ou georreferenciada, relevante em matéria de gestão urbanística e ordenamento do território	<p>Indicador Bases de dados do RJREN e RJUE: Foi feita a manutenção e melhoramento das bases de dados, com a formulação de novos indicadores relacionados com a alteração a aplicação UAAR2 e o SIRJUE incluindo a recolha, tratamento e análise de dados, antes de 30 de novembro de 2016 (conforme e-mails trocados com a DTCl e Informações DGT 1951/16, de 24/10) e DGT 1952/16, de 24/10), respetivamente para UAAR2 com: - a inclusão no ano de 2016 do Business Intelligence (atualmente no BI só aparecem os anos de 2013, 2014, 2015 e unknown), por forma a poderem fazer-se a observação de dados (gráficos, relacionamento de rácios, áreas abrangidas, n.º de ações...); - a reformulação do campo RJAAR introduzindo os campos: RJAAR Favorável e RJAAR Desfavorável uma vez que algumas ações de arborização e rearborização são interditas, (ex: plantação de eucaliptos na tipologia de REN “albufeiras e respetivos leitos, margens e faixas de proteção”, conforme regime jurídico de proteção das albufeiras de águas públicas de serviço público, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 107/2009, de 15 de maio), e para o SIRJUE com a criação de: - campo para inserir o ID do processo, - campo intitulado ANO e subcampo intitulado MÊS (em cada mês é possível verificar o número de entradas e saídas e pareceres e decisões emitidos pelas várias entidades). - 12 relatórios [Nº de consultas feitas pela EC/município, Nº de consultas feitas pela CD/município, Nº de decisões emitidas por tipologia, Nº de consultas efetuadas às entidades (via EC e CD), Nº de consultas diretas por tipologia, Nº de consultas diretas às entidades/município, Nº de consultas (pareceres) à CCDRC/município (via EC e CD), Nº de consultas por município (via EC e CD), Quantos processos entraram; Quantos processos Saíram; N.º de requerimentos entrados por município e por mês (via EC e CD); N.º de requerimentos saídos por município e por mês (via EC e CD)]. Em março de 2016 foram disponibilizados, para o Datacentro, 72 indicadores estatísticos de caracterização da Região Centro, sendo 44 sobre áreas de REN e 22 relativos ao RJUE.</p> <p>Indicador Guias orientadores: Foram atualizados os Guias Orientadores: Elaboração de Planos de Urbanização e Planos de Pormenor, entregues a 30 de novembro.</p> <p>De referir que foi também promovida a atualização dos estudos sobre o sistema urbano regional constante da proposta do PROT Centro.</p> <p>Do exposto, resulta a superação do <i>objetivo</i>.</p>
Sensibilizar cidadãos e instituições para as temáticas do ordenamento do território	<p>Este objetivo foi superado, porquanto foram realizadas 14 ações de sensibilização (com uma taxa de cobertura territorial de 18,2% da NUT II) sobre diversas temáticas do ordenamento do território em que a DSOT tem intervenção. Estas 14 ações, dirigiram-se essencialmente aos autarcas, dirigentes e técnicos municipais, bem como técnicos projetistas, empresas, instituições e diversas entidades públicas e privadas, com a presença de 521 participantes, nas seguintes Camaras Municipais: Tábua (5/4); Estarreja (13/4); Fundão (15/4); Porto de Mós (19/4); Vila Nova de Paiva (20/4); Proença-a-Nova (26/4); Fornos de Algodres (28/4); Ansião (3/5); S. Pedro do Sul (4/5); Pampilhosa da Serra (10/5); Sátão (13/5); Oliveira do Bairro (19/5); Montemor-o-Velho (25/5); Idanha-a-Nova (31/5). Foram também promovidos, em colaboração com a DGT, os seguintes workshop: URBACT WORKSHOP REGIONAL(1 de junho), Regime Jurídico dos Instrumentos de Gestão Territorial – “Orientações, Normas e Especificações Técnicas (15 de novembro) e o seguinte seminário “Território e Sistema Urbano – Desafios emergentes e novas respostas.</p>

<p>Participar com outras entidades ou Unidades Orgânicas da CCDRC</p>	<p>Foi garantida a participação em todas as reuniões em representação da CCDRC bem como a emissão de contributos para outras Unidades Orgânicas da CCDR, o que perfaz uma taxa de execução de 100%.</p> <p>A saber:</p> <ul style="list-style-type: none"> - ERRANC: 31 reuniões (643 processos); - RJACSR (Decreto-Lei n.º 10/2015, de 16 de janeiro); - Regularização de atividades económicas (31) - explorações de massas minerais, operações de gestão de resíduos, estabelecimentos industriais e explorações pecuárias; e 145 Reuniões com outras entidades [Camaras Municipais, entidades externas (ICNF, ARH Centro, ERRANC), empresas, cidadãos,...]; - Comissão Distrital de Proteção Civil, Comissão Nacional para a valorização dos territórios comunitários (baldios); - Comissão Distrital de Defesa da Floresta Contra Incêndios de Coimbra; - Foram elaborados contributos quanto ao descritor ordenamento do território, nomeadamente nas áreas ambientais, em processos de AIA e AinC, operações de gestão de resíduos, planos de gestão de lamas, entre outros; - Colaboração com a DSAJAL em processos de contraordenação e judiciais (14) em aspetos específicos de ordenamento do território; - Coordenação com a DSF e DSA e elaboração de resposta à IGAMAOT em 9 processos de inspeção - Colaboração com a DSF na verificação do cumprimento do Regime Jurídico da REN.
<p>Garantir, em tempo útil, a emissão de pareceres em matérias de uso, ocupação e transformação do território</p>	<p>No âmbito da gestão territorial, foram criados 4787 documentos no GEP, tendo sido dada resposta a todos os 2378 processos que deram entrada nesta CCDR, dentro do prazo legal (com os RFL disponibilizados no SI-ICNF em prazos inferiores a 15 dias), nunca ultrapassando, na globalidade o prazo de 30 dias, conforme quadro de circulação interna de processos. Do exposto, resulta uma taxa de execução de 100% (tempo medio de resposta de 10,55 dias), superando-se, assim, o objetivo.</p>
<p>Garantir a decisão concertada das Entidades Externas (EE), no âmbito do RJUE, da REN e na formação e dinâmica de PMOT</p>	<p>No SIRJUE foram efetuados 2630 pareceres, todos no prazo legalmente estabelecido, com a intervenção direta da CCDRC em 863 requerimentos, onde se incluem 58 conferências decisórias ao abrigo do artigo 13.º-A do RJUE.</p> <p>No âmbito da formação e dinâmica de PMOT, foram realizadas 79 reuniões, das quais 15 Conferências Procedimentais, 3 reuniões de concertação, 2 reuniões preparatórias e 59 reuniões no âmbito do acompanhamento (plenárias, setoriais e de esclarecimentos)</p> <p>No âmbito do RJREN foi realizada a totalidade das conferências de serviço no prazo legal (238), perfazendo uma taxa de realização de 100%.</p> <p>No domínio da delimitação e alteração das REN municipais foram realizadas 2 conferências de serviços e 22 reuniões de acompanhamento.</p> <p>Do exposto, resulta a superação do objetivo.</p>
<p>Garantir a colaboração permanente com as entidades de tutela, contribuindo para a definição das bases gerais de ordenamento de território e urbanismo</p>	<p>Este objetivo foi superado, porquanto foi dada resposta a todos os pedidos de colaboração da Tutela, no prazo solicitado, nunca ultrapassando 30 dias, dos quais se destacam:</p> <ul style="list-style-type: none"> - Monitorização das intervenções em áreas de REN; - Grupo de Trabalho da REN; - Grupo de Trabalho da Plataforma Colaborativa de Gestão Territorial; - Grupo de Trabalho do RERAE; - Grupo de Trabalho da Colónia Agrícola da Gafanha da Nazaré; - Grupo de Trabalho pra a Zona Terrestre de Proteção da Barrinha de Mira; - Grupo de trabalho do Ministério do Ambiente, no âmbito do sistema nacional de defesa da floresta contra incêndios; - Comissão Nacional do Território; - Grupo de Trabalho para a Alteração do Plano de Ação do PNPOT; - Proposta de alteração ao Decreto-Lei n.º 96/2013, de 19 de julho; - Proposta de alteração ao Decreto-Lei n.º 124/2006, de 28 de junho; - Proposta de alteração ao Decreto-Lei n.º 165/2014, de 5 de novembro; - Plano de riscos de corrupção.
<p>Efetuar o acompanhamento dos processos de elaboração, alteração e revisão dos IGT bem como a sua suspensão e estabelecimento de Medidas Preventivas</p>	<p>Neste âmbito foi dada resposta a 116 solicitações dentro do prazo legal, nunca ultrapassando os 30 dias, perfazendo uma taxa de realização de 100%.</p>

		Objetivos	Indicadores desempenho	Meta	Da Avaliação		
					superou	cumpriu	não cumpriu
Direção de Serviços de Ambiente	DSA/DAA/DLPA	Sensibilizar cidadãos e instituições para a temática do Ambiente	N.º de ações	5	x		
		Manter atualizado o Portal, no que respeita às temáticas da competência da DSA, bem como as normas de procedimentos	Os constantes das fichas de atividade	5	x		
		Atualizar a informação sobre os 62 indicadores inerentes às temáticas da DSA que integram o DATACENTRO	Data de comunicação dos dados à DSDR	30 de setembro			x
		Contribuir para a execução das políticas de ambiente através da participação assídua nas Comissões Técnicas e Grupos de trabalho externos de âmbito nacional e regional e em ações externas e internas de uniformização de procedimentos	(N.º de convocatórias/N.º de Presenças)*100	95%	x		
		Percentagem de pareceres emitidos no âmbito do Regime Jurídico do Sistema da Indústria Responsável (SIR), via Plataforma de Interoperabilidade da Administração Pública (PIAP)	(N.º de pareceres emitidos via Plataforma no prazo legal/N.º de Solicitações)*100	90%	x		
		Continuar a dar resposta às solicitações não integradas em procedimentos com prazos legais estabelecidos, no prazo máximo médio de 30 dias	N.º de respostas dadas por mês, em menos de 30 dias úteis/ n.º total de respostas dadas	85%	x		
	DSA/DAA	Manter a média de redução dos prazos legais estabelecidos na execução das atividades inerentes ao regime jurídico de AIA	N.º total de dias gastos na emissão da DIA/ N.º total de procedimentos	N ≥ (n-1)		x	
			N.º Total de dias gastos nos restantes procedimentos do RJAIA/N.º total de procedimentos	As fixadas nas fichas de atividade			
		Garantir a tomada de decisão sobre os procedimentos de AlncA (FER) em menos de 60 dias, em média	N.º total de dias gastos/ N.º total de procedimentos	55 dias	x		
		Garantir com eficácia o cumprimento do regime de prevenção e controlo das emissões de poluentes para a atmosfera e legislação complementar	Atraso máximo, em número de dias, na análise dos relatórios de caracterização das emissões gasosas e emissão de pareceres, a 31 de Dezembro.	30 dias			
		Garantir a divulgação da Qualidade do ar da Região	Disponibilização do relatório anual da qualidade do ar na Região Centro, com base no funcionamento da rede regional da qualidade do ar	30 maio	x		x
			Disponibilização do inventário regional das emissões atmosféricas para 2015	30 junho			
DSA/DLPA	Manter a eficácia no procedimento de licenciamento das operações de gestão de resíduos.	N.º total de dias gastos/ N.º total de pareceres emitidos	As constantes nas fichas de atividade			x	
	Manter a eficácia nos processos de licenciamento: industrial (SIR) e atividade pecuária (REAP).	N.º total de dias gastos/ N.º total de pareceres emitidos	As constantes nas fichas de atividade		x		

	Manter a eficácia na aprovação do Plano Ambiental e de Recuperação Paisagística (PARP) de pedreiras	N.º total de dias gastos/ N.º total de pareceres emitidos	As constantes na ficha de atividade			x
	Garantir a salvaguarda do cumprimento das obrigações ambientais por parte dos industriais, através da participação na realização das vistorias conjuntas, nos termos do REAI/SIR, REAP e RJPEMM	%	95%	x		
	Assegurar a monitorização operacional das entidades gestoras de RU, em linha de ação com o PERSU 2020	N.º de RAA analisados	5	x		

Direção de Serviços do Ambiente	
Objetivos	Fundamentações
Sensibilizar cidadãos e instituições para a temática do Ambiente	Pretendia-se com este objetivo promover ações de sensibilização relacionadas com o ambiente destinadas a abranger o maior número de Municípios da Região Centro. Neste âmbito foram realizadas 6 ações de sensibilização e educação ambiental em Escolas do Ensino Básico e Secundário (abrangeram os territórios dos municípios de Ovar, Covilhã, Aveiro e Coimbra), 1 visita de estudo à Estação da Qualidade do Ar localizada no Instituto Geofísico em Coimbra, realização de 2 workshops em colaboração com a Associação Bandeira Azul da Europa (ABAE), 1 de esclarecimento do Programa Green key e outra para entrega dos prémios aos municípios candidatos ao Programa ECOXXI, pelo que o objetivo foi superado.
Manter atualizado o Portal, no que respeita às temáticas da competência da DSA, bem como as normas de procedimentos	Foram atualizados 6 itens no Portal da responsabilidade da DSA: Consultas Públicas, Inventário de Emissões Gasosas, Relatórios da Qualidade do AR, Planos de Gestão de Solventes, Relatórios de Monitorização Ambiental e Declarações de Impacte Ambiental. Foi prevista uma meta de 5, pelo que o objetivo foi superado.
Atualizar a informação sobre os 40 indicadores inerentes às temáticas da DSA que integram o DATACENTRO	A meta de envio à DSDR da informação sobre os 40 indicadores da responsabilidade da DSA, era 30 de setembro de 2015. No entanto, em virtude de estarmos dependentes da APA para obtenção dos dados relativos aos indicadores 14, 15 e 16, o que não aconteceu até final de 2016, não foi possível dar cumprimento, pelo que o objetivo não foi cumprido.
Contribuir para a execução das políticas de ambiente através da participação assídua nas Comissões Técnicas e Grupos de trabalho externos de âmbito nacional e regional e em ações externas e internas de uniformização de procedimentos	Trabalho quer enquadradas noutras missões e objetivos. Além daquelas que se encontravam identificadas e previstas, participou ainda em muitas outras no âmbito de Grupos de Trabalho criados ao longo do ano ou em função de necessidades que foram surgindo. Em 2016 estiveram em pleno funcionamento os GT e Comissões: NREAP, o Grupo de Apoio à Gestão do PERSU 2020, Grupo de Pontos Focais do RJAIA (GPFNRJAIA), GTAR e o GT para a Estratégia Nacional para o AR (ENAR), GT para a tomada de decisão sobre processos de regularização das atividades económicas, reuniões na APA e na SEAmb sobre a operacionalização do diploma do Licenciamento Único Ambiental (LUA) e harmonização e procedimentos sobre a temática resíduos. Foi assegurada a representação da CCDRC em todos estas Comissões, grupos de Trabalho e reuniões pelo que foi atingido 100%, tendo o objetivo sido superado.
Percentagem de pareceres emitidos no âmbito do Regime Jurídico do Sistema da Indústria Responsável (SIR), via Plataforma de Interoperabilidade da Administração Pública (PIAP)	Para um universo de 78 pedidos de parecer enquadrados neste objetivo, foi dada resposta a 76, correspondendo a 97,4% dos pedidos, pelo que o objetivo foi superado.
Continuar a dar resposta às solicitações não integradas em procedimentos com prazos legais estabelecidos, no prazo máximo médio de 30 dias	Para um universo de 1946 pedidos externos enquadrados neste objetivo, foi dada resposta em menos de 30 dias a 1905 solicitações, correspondendo a 97,8%. O objetivo foi superado.
Manter a média de redução dos prazos legais estabelecidos na execução das atividades inerentes ao regime jurídico de AIA	Tempos médios gastos nas seguintes atividades: ✓ AIA, cuja autoridade de AIA foi a CCDRC: dos 5 procedimentos, a média de n.º dias foi 89 dias úteis, tendo sido igual ao ano de 2015 (89 dias); ✓ AIA cuja Autoridade de AIA foi a APA: dos 4 procedimentos, a média de n.º dias foi 8 dias úteis, cuja meta era de 3 dias antes do prazo concedido; ✓ Aplicabilidade do regime jurídico de AIA: dos 55 procedimentos, verifica-se que a média dias gastos foi 11 dias úteis, cuja meta era de 20 dias. ✓ RECAPE registou-se apenas um procedimento, cujo n.º dias gastos foi 45 dias úteis, cuja meta era de 48 dias. As atividades designadas por Proposta de Definição de âmbito (PDA), dispensa de AIA cuja Autoridade de AIA foi a CCDRC não ocorreram no ano de 2016 O presente objetivo foi superado
Garantir a tomada de decisão sobre os procedimentos de AlncA (FER) em menos de 60 dias, em média	Durante o ano de 2016 iniciou-se um procedimento de Avaliação de Incidências Ambientais que terminará em 2017.

<p>Garantir com eficácia o cumprimento do regime de prevenção e controlo das emissões de poluentes para a atmosfera e legislação complementar</p>	<p>✓ O atraso máximo, em dias, na análise dos relatórios de caracterização de emissões gasosas e emissão de pareceres, a 31 de dezembro, foi de 46 dias, sendo a meta de 30 dias.</p> <p>O objetivo não foi cumprido. Este resultado advém do facto do número de relatórios de caracterização de emissões gasosas para análise ter aumentado consequência de uma eficaz atuação no sentido de identificar novos operadores. A referir que durante o ano de 2016 realizaram-se outras atividades no âmbito das emissões gasosas, nomeadamente a colaboração para a revisão da legislação e notas técnicas e preparação da informação a disponibilizar à APA a integrar no SiLiamb. A isto acresce referir que a nível dos recursos humanos afeto a esta tarefa, foi registada a saída de um técnico superior no final de novembro/2016 e que se encontrava afeto a 100% a esta área, além de se ter registado um número de tarefas/relatórios superior ao ano anterior.</p>
<p>Garantir a divulgação da Qualidade do ar da Região</p>	<p>✓ O relatório da qualidade do ar relativo a 2015 foi disponibilizado ao público, no portal da CCDR em 26 de maio e cuja meta era de 30 maio.</p> <p>✓ Foi elaborado o inventário regional de poluentes atmosféricos para o ano de 2015, tendo sido disponibilizado o respetivo relatório em 30 de junho cuja meta era 30 de junho.</p> <p>O objetivo foi superado.</p>
<p>Manter a eficácia no procedimento de licenciamento das operações de gestão de resíduos.</p>	<p>Relativamente ao presente objetivo cuja meta estabelecida era de 25 dias em média para emissão do parecer de aprovação do projeto, foi apenas conseguida uma média de na emissão de pareceres de aprovação dos projetos de 36 dias. O objetivo não foi cumprido, tendo em consideração o universo de pedidos de licenciamento (72) ter sido superior ao espetável, porque estamos dependentes do parecer das DSR e DGT, em função da localização do projeto, quanto à compatibilidade da localização com os IGT, servidões e restrições de utilidade pública, muitas vezes consumindo grande parte do tempo disponível para o efeito, ao que acresce o facto dos recursos humanos disponíveis serem escassos.</p>
<p>Manter a eficácia nos processos de licenciamento: industrial (SIR) e atividade pecuária (REAP).</p>	<p>O tempo médio gasto na emissão e parecer a projetos de licenciamento de instalação e alteração de estabelecimentos industriais (SIR), foi de 23 dias (meta:25 dias) num universo de 76 projetos, e o tempo médio despendido na análise de processos de licenciamento da atividade pecuária, foi de 25 dias (meta: 18 dias), num universo de trabalho de 60 pedidos de parecer no âmbito do REAP, pelo que 1 indicador foi superado e outro não cumprido, considerando-se assim que no global o objetivo foi cumprido.</p> <p>A manutenção, a tempo inteiro, de duas técnicas superiores afetas ao licenciamento e acompanhamento da atividade industrial, para além de outros técnicos responsáveis pela análise de instalações industriais específicas, como sejam os anexos de pedreira e a indústria alimentar, permitiu alcançar o resultado mencionado.</p> <p>Aqui há a referir o grande volume de trabalho extraordinário para a Divisão de Licenciamento na área do licenciamento, decorrente do Regime Extraordinário de Regularização das Atividades Económicas (DL 165/2014, de 5 de novembro, tendo dado entrada em 2016, 298 processos e realizadas 142 conferências Decisórias, com especial predominância na atividade pecuária, mantendo-se o mesmo número de técnicos. Os recursos humanos disponíveis tiveram, assim, de se desdobrar para as várias atividades, com reflexo negativo nos tempos gastos na emissão de pareceres.</p>
<p>Manter a eficácia na aprovação do Plano Ambiental e de Recuperação Paisagística (PARP) de pedreiras</p>	<p>No ano de 2016, na análise e emissão e parecer sobre a aprovação dos Planos Ambientais e de Recuperação Paisagística (PARP) de pedreiras, bem como a aprovação das cauções, foram consumidos em média 59 dias, não tendo sido cumprido o objetivo estabelecido.</p> <p>Esta situação deveu-se também ao facto do desvio dos técnicos que executam esta tarefa para dar apoio nos processos de regularização extraordinária da atividade económica tramitados em 2016 (248 processos analisados+142 conferências decisórias).</p>
<p>Garantir a salvaguarda do cumprimento das obrigações ambientais por parte dos industriais, através da participação na realização das vistorias conjuntas, nos termos do REAI/SIR, REAP e RJPMM</p>	<p>No ano de 2016 registou-se um desempenho excelente no que respeita a este objetivo, na medida em que foram assegurados 100% das vistorias para as quais a CCDRC foi convocada. Esta atividade é muito relevante, na medida em que o acompanhamento in situ do estabelecimento/exploração permite aferir o integral cumprimento da legislação ambiental em vigor e obrigatória para cada caso, com o acréscimo do efeito didático que tem sobre os industriais, dirigidos à CCDRC. Foram asseguradas pela DLPA, um total de 175 vistorias (indústria - 112; pecuária - 17; pedreiras - 42). É de referir que a crescer a estas vistorias a Divisão ainda assegurou 142 Conferências Decisórias e vistorias no âmbito do Licenciamento das Operações de Gestão de Resíduos O objetivo foi superado</p>
<p>Assegurar a monitorização operacional das entidades gestoras de RU, em linha de ação com o PERSU 2020</p>	<p>O PERSU2020 veio alterar/otimizar o paradigma da gestão de resíduos urbanos, pelo que no ano de 2016 a atividade preponderante da CCDRC enquanto entidade coordenadora do licenciamento e acompanhamento da atividade em questão centrou-se na análise dos planos de adequação àquele Plano, num total de 8 PERSU, dos quais, 5 (cinco) respeitaram aos sistemas de tratamento de RU: ERSUC (Coimbra e Aveiro) Valorlis (Leiria), Ecobeirão (Tondela), e Resiestrela (Fundão) e ainda 3 (três) respeitantes a Municípios Atendendo à meta preconizada para este objetivo (4) e ao número de intervenções abrangidas pelo mesmo (8), considera-se que o mesmo foi superado.</p>

	Objetivos	Indicadores desempenho	Meta	Da Avaliação		
				superou	cumpriu	não cumpriu
Direção de Serviços de Fiscalização	Implementar plano de fiscalização	n.º de ações de fiscalização técnica do plano realizadas pela DSF	70	X		
	Dar resposta às reclamações em tempo útil	n.º de dias de calendário médio para uma resposta em 90% das reclamações/ $((\sum(\text{data da entrada da reclamação } i - \text{data da resposta à Reclamação } i))/(\text{n.º de reclamações}))$	30	X		
	Garantir o cumprimento da legislação de ambiente e de ordenamento do território.	n.º de situações resolvidas* (*Resolvidas - Cumprimento das normas legais aplicáveis após notificação aos infratores)	70	X		
	Sensibilizar cidadãos e instituições para as temáticas do ordenamento do território e ambiente.	N.º de ações de sensibilização vocacionadas para os municípios nos temas dos resíduos e resíduos de construção e demolição	4 ações			X
	Sessões temáticas de articulação de procedimentos com as DSR's	N.º de sessões	2		X	

Direção de Serviços de Fiscalização	
Objetivos	Fundamentações
Implementar plano de fiscalização	Relativamente à implementação do plano de fiscalização de 2016, foram realizadas pelos Técnicos da Direção de Serviços de Fiscalização 138 ações de fiscalização relativas a diferentes depósitos ilegais de veículos em fim de vida e de resíduos, operadores de gestão de resíduos licenciados, à gestão de resíduos perigosos, passivos ambientais e pedreiras, gestão de RCD, lamas de ETAR, Reserva Ecológica Nacional e Rede Natura 2000, distribuídos por diferentes locais da Região Centro. A meta de superação era de 70 ações de fiscalização, pelo que o objetivo foi superado.
Dar resposta às reclamações em tempo útil	O tempo de resposta dado em 2016 às reclamações no âmbito do ambiente, ordenamento do território e conservação da natureza, tratadas na Direção de Serviços da Fiscalização foi de 15 dias. A meta de superação era de 30 dias em 90% das reclamações, pelo que o objetivo foi superado.
Garantir o cumprimento da legislação de ambiente e de ordenamento do território.	Na sequência das ações de fiscalização efetuadas no âmbito do plano de fiscalização de 2016 e das ações extra plano de fiscalização foram resolvidas 90 situações de incumprimento da legislação ambiental e de ordenamento do território. O critério de superação estabelecido era a resolução de 70 situações de incumprimento da legislação ambiental e de ordenamento do território, sendo assim superado o presente objetivo.
Sensibilizar cidadãos e instituições para as temáticas do ordenamento do território e ambiente.	Relativamente ao número de ações de sensibilização vocacionadas para os municípios nos temas dos resíduos e resíduos de construção e demolição, apesar da Direção de Serviços da Fiscalização ter diligenciado junto das CIM's, Comunidades Intermunicipais da Região Centro, no sentido de serem realizadas ações de sensibilização neste âmbito, nenhuma aderiu a iniciativa. Assim, o objetivo não foi cumprido.
Sessões temáticas de articulação de procedimentos com as DSR's	Em 2016 foram realizadas pela Direção de Serviços da Fiscalização duas sessões técnicas (temáticas) de articulação de procedimentos com as Divisões Sub Regionais da CCDRC. As sessões técnicas realizadas foram as seguintes com as respetivas agendas: <ul style="list-style-type: none"> • Balanço do plano de fiscalização de 2015, Plano de fiscalização de 2016, Fiscalização da REN. Recomendação da IGAMAOT – Verificação do cumprimento dos pareceres desfavoráveis e favoráveis condicionados emitidos pela CCDR no âmbito do RJREN. Verificação dos RIP's. Resíduos inertes do corte e serragem de pedra – Operação de valorização – Enchimento. Realizada em 16-6-2016. • Balanço do plano de fiscalização de 2016. Preparação do plano de fiscalização de 2017. Abertura de processos da DSF, pelas DSR's (cotas de processos DSF). Procedimentos da fiscalização. WEBGEP. Informações diversas – análise de alguns processos - Relatório da Comissão de Acompanhamento sobre Poluição no Rio Tejo. Realizada em 19-12-2016. A meta para este objetivo era a realização de pelo menos duas sessões temáticas tendo sido assim o mesmo cumprido.

		Objetivos	Indicadores desempenho	Meta	Da Avaliação		
					superou	cumpriu	não cumpriu
Direção de Serviços de Comunicação e Gestão Administrativa e Financeira	DTCI	Consolidar a infraestrutura tecnológica, melhorar os recursos e a base tecnológica de suporte a toda a atividade da rede local e alargada da CCDRC potenciando os aspetos de mobilidade.	Melhoria dos postos de trabalho (PCs desktop) - 30%	90% dos utilizadores com equipamento adequado	X		
			Sistema de Monitorização – 15%	Até 31 de Dezembro		X	
			Posto de Trabalho Móvel (e-@) - 40 %	100% dos utilizadores até 31 de Dezembro	X		
		O desenvolvimento aplicacional para inovar e desenvolver - nos tempos atuais a informação é um ativo importante nos aspetos de crescimento e desenvolvimento sustentado.	Primeira revisão do plano de segurança do SI - 15%	Até 31 de Dezembro	X		
			Novas aplicações para o Portal do Trabalhador – 25%	2 aplicações	X		
			Disponibilização dos módulos Tronco comum, candidaturas e pagamentos do Centro 2020 no WebGep; – 50%	Até 30 de Dezembro	X		
	A Comunicar é que nos entendemos – potenciar a comunicação interna e externa como fator decisivo para o sucesso da organização.	Desenvolvimento da secretaria virtual – 25%	Até 30 de Novembro	X			
		Otimizar o arquivo documental da CCDRC	Até 30 de Dezembro	X			
		Ampliar e melhorar o serviço do CRUU, sugerindo o atendimento do Centro2020	Até 30 de Setembro			X	
	DORH	<i>A história ao alcance de um clique</i> - disponibilizar o percurso profissional do trabalhador no portal do trabalhador/GestFunc	Processos <i>on line</i> carregados com o percurso profissional do trabalhador	85% dos processos inseridos em 31 de Dezembro	X		
		GIAF, a fonte segura – elaboração do Balanço Social 2015,SIOE 2016 e Relatórios da Medicina do Trabalho, através dos módulos disponíveis no GIAF	Relatórios extraídos	100% dos relatórios extraídos nas data legalmente previstas	X		
		<i>A formação que dinamiza</i> – potenciar a dinamização adquirida nos últimos anos na área da formação; investir na formação específica	1- Investir em ações de formação em áreas específicas de Vencimentos/Contabilidade/Fundos Comunitários – 50%	20 Ações de formação		X	
2- Iniciar processo de certificação de um gabinete de formação – Estudo de viabilidade – 20%			Até 30 de setembro de 2016			X	
	3 – Elaboração do Regulamento de Formação	30 de abril de 2016		X			
DGF	<i>Vamos vestir a camisola</i> – promover atividades <i>out of the box</i> como fator de motivação dos RH e reforço do espírito de equipa e de identificação com a CCDRC	Realizar iniciativas	4	X			
	O fiscal único como garante da legalidade - criar as condições necessárias para que seja elaborado parecer favorável do fiscal único nas contas e relatório trimestrais	Parecer sobre a conta de Gerência 2015 Pareceres sobre os relatórios financeiros trimestrais	100% Favorável	X			

	Melhor frota redução de custos - Redução dos custos correntes relacionados com a manutenção das viaturas da CCDRC	Valor pago nas revisões das viaturas	Redução em 5% relativamente a 2015		X	
	Carregar informação melhor controlo - Envio para a Tutela da informação financeira definida na Lei de Execução Orçamental	Mapa Previsão execução anual (PME) validado Mapa Fundos Disponíveis (FD) validado	100% de aprovações pela tutela	X		

Direção de Serviços de Comunicação e Gestão Administrativa e Financeira	
Objetivos	Fundamentações
<i>A história ao alcance de um clique</i> - disponibilizar o percurso profissional do trabalhador no portal do trabalhador/GestFunc	Durante o ano de 2016, foram revistos todos os processos individuais em suporte papel e reorganizados, segundo um índice elaborado por toda a equipa. Um elemento externo à equipa fez todo este trabalho e ao mesmo tempo foi colocando todo o percursos profissional dos trabalhadores no processo individual em suporte digital. No final do ano de 2016, todos os trabalhadores têm acesso, desde o seu posto de trabalho, aos documentos do seu processo individual em suporte papel. Basta para isso aceder ao Portal do Trabalhador – BIU.
GIAF, a fonte segura – elaboração do Balanço Social 2015, SIOE 2016 e Relatórios da Medicina do Trabalho, através dos módulos disponíveis no GIAF	Para que se otimizem as ferramentas informáticas disponíveis, é necessário que o carregamento dos seus dados esteja criteriosamente preenchidos. Na primeira metade do ano, foram analisados todas as tipologia de dados do GIAF (plataforma de vencimentos); uniformizados e compatibilizados para que os instrumentos de gestão em recursos humanos, tais como o SIOE e o Balanço Social fossem obtidos a partir dessa plataforma. Efetivamente, assim foi. O SIOE trimestralmente é obtido através do GIAF, sendo que durante o trimestre é necessário realizar a manutenção dos dados. Para o Balanço Social, que é anual, esta manutenção faz-se ao longo do ano. Hoje, é possível afirmar que os dados obtidos através do GIAF são fiáveis para a elaboração de qualquer relatório ou qualquer outro instrumento de ajuda à decisão.
<i>A formação que dinamiza</i> – potenciar a dinamização adquirida nos últimos anos na área da formação; investir na formação específica	A formação é sempre a componente menos satisfatória de avaliação. Muito embora tenhamos realizados ações de formação na CCDRC, com formadora externa, sempre se sente a necessidade de fazer mais. Aqui a componente impeditiva é a orçamental. A equipa que desenvolve o Plano de Formação dinamizou as Sessões Técnicas previstas, planeou e organizou 3 ações de formação, com um total de 58 participantes. A ausência de um regulamento de Formação gerava muitas dúvidas quanto à logística da própria formação. Assim desenvolveram-se pesquisas para a elaboração de um Regulamento, adaptável à realidade da CCDRC. Neste pressuposto foi proposto para aprovação um Regulamento de Formação.
<i>Vamos vestir a camisola</i> – promover atividades <i>out of the box</i> como fator de motivação dos RH e reforço do espírito de equipa e de identificação com a CCDRC	O desafio foi lançado e a DORH aceitou dinamizar os momentos de convívio de todos os trabalhadores. Foram realizados 4 eventos (Festas de Natal e Magusto) com a participação de grupos musicais e de animação em parceria com outras instituições da cidade de Coimbra.
Consolidar a infraestrutura tecnológica, melhorar os recursos e a base tecnológica de suporte a toda a atividade da rede local e alargada da CCDRC potenciando os aspetos de mobilidade.	A infraestrutura tecnológica é um recurso fundamental de suporte a toda a atividade da CCDRC e do Programa Operacional. Efetivamente é sobre essa infraestrutura que assenta o Sistema de Informação que sustenta toda a atividade. Durante o período em avaliação, foi possível aumentar o parque de PCs, assegurando que a maior parte dos utilizadores tenham um posto de trabalho consentâneo com as necessidades das tarefas desenvolvidas. Paralelamente, foram desenvolvidas diversas ferramentas que adicionaram maior mobilidade ao posto de trabalho, que se materializou pela entrega de um novo ambiente único. Foram reforçadas as comunicações de dados e voz fixa e móvel. Foi ainda implementado um novo serviço de impressão e cópia e generalizada a utilização do cartão CIIT para acesso ao sistema de impressão.
O desenvolvimento aplicacional para inovar e desenvolver - nos tempos atuais a informação é um ativo importante nos aspetos de crescimento e desenvolvimento sustentado.	Um bom edifício aplicacional reflete-se também na maior eficácia e eficiência com que é desenvolvida a atividade dos trabalhadores. A CCDRC tem apostado na manutenção de uma equipa de desenvolvimento, o que lhe tem permitido desenvolver soluções “in house”. Neste período foram desenvolvidas e disponibilizadas algumas aplicações para o Portal do Trabalhador, destacando-se o BiU- Bilhete Único de Identificação, que contém informação pessoal administrativa do funcionário. Foi dada continuidade ao desenvolvimento do SI de suporte ao Centro 2020, com a conclusão de diversos módulos e ainda do módulo DSCGAF. Foi iniciado também o desenvolvimento de uma nova solução eProDoc- processos administrativos, que se prevê seja disponibilizada durante 2017.
A Comunicar é que nos entendemos – potenciar a comunicação interna e externa como fator decisivo para o sucesso da organização.	No que diz respeito aos aspetos de comunicação, foi elaborado diverso material gráfico e algumas publicações. Foi renovado o Portal da CCDRC, a Intranet e introduzidas melhorias no portal do Centro2020, como por exemplo o módulo de Projetos Aprovados, ferramentas essenciais nos mecanismos de comunicação interna e externa. Ainda no que respeita à área da comunicação, foi feito um esforço no sentido de concluir a transferência dos arquivos dispersos em vários locais para um ponto central – o armazém da Pedulha.

O fiscal único como garante da legalidade - criar as condições necessárias para que seja elaborado parecer favorável do fiscal único nas contas e relatório trimestrais	Foram remetidos aos fiscal único dentro dos prazos solicitados, para análise e emissão de parecer os 4 relatórios de execução orçamental e patrimonial da CCDRC elaborados durante o ano que mereceram sempre validação. A conta de gerência do ano económico de 2015 e elaborada em 2016, também merecer parecer favorável.
Melhor frota redução de custos - Redução dos custos correntes relacionados com a manutenção das viaturas da CCDRC	O custo suportado com a manutenção das viaturas no ano de 2015 foi de 24219€ e no ano de 2016 foi de 23047€, ou seja, verificou-se uma redução de 5%, apesar do envelhecimento da frota.
Carregar informação melhor controlo - Envio para a Tutela da informação financeira definida na Lei de Execução Orçamental	Mensalmente é obrigatório efetuar junto da DGO o carregamento dos Mapas Previsão Execução Anual (PME) e de Fundos Disponíveis (FD). Durante o ano de 2016, todos estes mapas foram carregados dentro do prazo estabelecido, tendo obtido todos os meses a respetiva aprovação pela tutela.

	Objetivos	Indicadores desempenham	Meta	Da Avaliação		
				superou	cumpriu	não cumpriu
Divisão Sub-Regional de Aveiro	1 – Contribuir para o acompanhamento eficaz da elaboração, alteração e revisão de IGT's	Número de dias úteis que, em média, demora a emissão de proposta de parecer	15 dias úteis		X	
	2 – Garantir celeridade e eficácia nas respostas às solicitações em matéria de uso, ocupação e transformação do solo	Número de dias úteis que, em média, demora a emissão de parecer, ou a comunicação da decisão ao requerente, nas matérias subdelegadas à DSRA	20 dias úteis		X	
	3 – Garantir, através de ações de fiscalização, o cumprimento da legislação e regulamentação aplicáveis nas áreas do ambiente e do ordenamento do território	Número de ações do Plano de Fiscalização e extra-Plano de Fiscalização realizadas, com relatório e ordem validada	32 do PF, 20 extra-PF	X		
	4 – Caracterizar fisicamente as infraestruturas de acolhimento empresarial de iniciativa municipal existentes (zonas industriais, parques industriais ou áreas de localização empresarial) tendo em vista não só o seu cadastro regional, como a viabilidade de as mesmas se converterem em Zonas Empresariais responsáveis (ZER)	Elaboração do relatório	Validação do relatório		X	
	5 – Assegurar a participação assídua nas Comissões e Grupos de Trabalho, internos e externos	Percentagem de convocatórias e convites assegurados, presencialmente	80%	X		

Divisão Sub-Regional de Aveiro	
Objetivos	Fundamentações
Acompanhamento eficaz da elaboração, alteração e revisão de IGT's	Em 2016, a DSR de Aveiro teve intervenção concreta no acompanhamento a processos de elaboração de Planos de Pormenor, através da análise de documentos elaborados pelas Câmaras Municipais ou outras entidades, aferição das intervenções no terreno, realização de reuniões com as equipas técnicas e elaboração de informações para efeitos de pareceres intermédios e finais em articulação com a DSOT/DOTCN. meta cumprida
Resposta, em tempo útil, às solicitações dos utentes em matéria de uso, ocupação e transformação do solo	De um volume global de 650 processos analisados e tramitados na DSR de Aveiro (fonte: GEP), os mais relevantes para este objetivo são ações sujeitas ao regime da Reserva Ecológica Nacional (vulgo “comunicações” REN, bem como reconhecimentos de relevante interesse público, RIP's), regularizações extraordinárias de atividades e operações de gestão de resíduos. Desta frente de trabalho decorre, mensalmente, a alimentação das bases de dados da REN, em articulação com a DSOT/DGT que, por sua vez, permite a atualização da plataforma Datacentro com indicadores de ordenamento do território e gestão territorial. meta cumprida, com tempo médio de resposta de 16 dias úteis (fonte: registo próprio, apoiado no GEP)
Fiscalizar o cumprimento da legislação e regulamentação aplicáveis nas áreas do Ambiente e Ordenamento do Território	Foram realizadas pelos técnicos da DSR de Aveiro cerca de 170 ações de fiscalização , das quais cerca de 100 inscritas pela DSF no Plano de Fiscalização de 2016. Trata-se de uma frente de trabalho intensa e em linha com a dinâmica económica instalada na Sub Região de Aveiro, que implica varrimentos de campo, pesquisa e elaboração de informações, de autos de notícia, de propostas de notificação (ordem), verificação de cumprimento, contacto com municípios e forças policiais, audiências em Tribunal. meta superada
Caracterizar fisicamente as infraestruturas de acolhimento empresarial de iniciativa municipal existentes (zonas industriais, parques industriais ou áreas de localização empresarial) tendo em vista não só o seu cadastro regional, como a viabilidade de as mesmas se converterem em Zonas Empresariais Responsáveis (ZER)	Este objetivo foi integrado no trabalho de estágio PEPAC, configurando uma resposta à questão “Que características detêm atualmente os Espaços de Atividades Económicas, de génese pública (vulgo “parques empresariais”) e qual a oferta disponível na Região de Aveiro “. Foi realizado após contacto estreito com cada um dos 11 municípios da Região de Aveiro, desafiando-os para a construção de uma estratégia conjunta de criação de fatores de atratividade para investimento empresarial. Partindo de uma matriz pré-existente e fornecida pela Vice-Presidência da CCDRC, foi recolhida informação quantitativa e estruturada de cada um dos “parques empresariais” instalados, de que resultaram não só preenchimento de matriz atualizada conforme foi pedido mas, para além disso, de uma proposta concreta oportunamente transmitida superiormente, com o desenho de um Projeto Piloto. meta cumprida
Assegurar a participação assídua nas Comissões e Grupos de Trabalho, internos e externos	Ao longo do ano de 2016, este objetivo materializou-se, basicamente, da análise dos dossiers, recolha de contributos e pareceres, formalização de sínteses e propostas de atuação designadamente nos seguintes âmbitos: Comissão de Acompanhamento de processos RJAIA, Comissão de Acompanhamento de processos RJIGT, Conferências Decisórias de processos RERAE, Comissão de Vitorias Ambientais, Testemunhas em Tribunal no âmbito de processos de contraordenação ambiental, Comissão Distrital de Proteção Civil de Aveiro, Comissão Distrital de Aveiro de Defesa da Floresta contra Incêndios, Conselho Estratégico para o Desenvolvimento Intermunicipal da CIM Região de Aveiro, Conselho Estratégico da Reserva Natural das Dunas de S. Jacinto, Grupo de Trabalho interministerial para a ex-Colónia Agrícola da Gafanha da Nazaré, Grupo de Trabalho interno para a caracterização das infraestruturas de Acolhimento Empresarial e viabilidade de conversão para ZER's, Grupo de Trabalho inter-setorial e intermunicipal do VALE DAS MAIAS (iniciativa da DSRAveiro, com relatório final de proposta de reabilitação ambiental entregue em dezembro de 2016). Meta superada com comparência em 100% das reuniões e ações conjuntas.

	Objetivos	Indicadores desempenho	Meta	Da Avaliação		
				superou	cumpriu	não cumpriu
Divisão Sub-Regional de Castelo Branco	1 - Contribuir para um acompanhamento eficaz na elaboração, alteração e revisão dos Planos Territoriais de âmbito municipal	1 - Tempo médio para emissão de parecer (Peso: 100%)	10 dias úteis para emissão de parecer		X	
	2 – Garantir celeridade e eficácia nas resposta às solicitações em matéria de uso, ocupação e transformação do solo	1 - Tempo médio de resposta (ações com delegação de competências) (Peso: 50%)	10 dias úteis para emissão de parecer	X		
		2 - Tempo médio de resposta (ações sem delegação de competências) (Peso: 50%)	10 dias úteis para emissão de parecer	X		
	3 – Garantir, através de ações de fiscalização, o cumprimento da legislação e regulamentação aplicáveis nas áreas do ambiente e do ordenamento do território	1 - Ações realizadas em acordo com o Plano da DSF (Peso: 40 %)	30 ações	X		
		2 - Ações não inseridas em plano (Peso: 40 %)	20 ações	X		
		3 - Apreciação de reclamações (Peso: 20 %)	15 dias úteis para emissão de parecer	X		
	4 - Caracterizar fisicamente as infraestruturas de acolhimento empresarial de iniciativa municipal existentes (zonas industriais, parques industriais ou áreas de localização empresarial) tendo em vista não só o seu cadastro regional como a viabilidade das mesmas se converterem em Zonas Empresariais Responsáveis	1 - Percentagem de municípios caracterizados no que respeita a infraestruturas de acolhimento empresarial existentes (Peso: 100%)	90%		X	
	5 - Assegurar a participação assídua nas Comissões e Grupos de Trabalho, internos e externos	1 - Presenças em reuniões, com prévia emissão de parecer (Peso: 100%)	90% de presenças (n.º de presenças / n.º de convocatórias) x 100	X		
	6 - Garantir a verificação/análise dos documentos previsionais e de prestação de contas remetidos pelas autarquias locais pertencentes à área de intervenção da DSR Castelo Branco	1 - Percentagem dos documentos analisados de entre os remetidos pelas Juntas de Freguesia (Peso: 50%)	90%	X		
		2 - Percentagem dos documentos verificados, no prazo estabelecido pela DGAL, de entre os remetidos pelas Câmaras Municipais (Peso: 50%)	90%	X		

Divisão Sub-Regional de Castelo Branco	
Objetivos	Fundamentações
1 - Contribuir para um acompanhamento eficaz na elaboração, alteração e revisão dos Planos Territoriais de âmbito municipal	Foi garantido o prazo de 10 dias úteis para a emissão de pareceres referentes aos processos de acompanhamento da elaboração, alteração e revisão de Planos Territoriais de âmbito municipal
2 - Garantir celeridade e eficácia nas resposta às solicitações em matéria de uso, ocupação e transformação do solo	De acordo com o controlo interno efetuado e registos do Mapa de Circulação de Processos, o tempo médio de resposta às solicitações dos utentes ficou abaixo de 7 dias em ambos os parâmetros
3 - Garantir, através de ações de fiscalização, o cumprimento da legislação e regulamentação aplicáveis nas áreas do ambiente e do ordenamento do território	A DSRCB desenvolveu um trabalho intenso e eficaz na área da Fiscalização, tendo, não só, superado as metas previstas no Plano da Fiscalização, como promovendo um vasto conjunto de novas intervenções
4 - Caracterizar fisicamente as infraestruturas de acolhimento empresarial de iniciativa municipal existentes (zonas industriais, parques industriais ou áreas de localização empresarial) tendo em vista não só o seu cadastro regional como a viabilidade das mesmas se converterem em Zonas Empresariais Responsáveis	Foi garantida a inventariação e caracterização física das infraestruturas de acolhimento empresarial de iniciativa municipal existentes (zonas industriais, parques industriais ou áreas de localização empresarial) de 100% dos 19 municípios analisados (5 da CIM Beira Baixa, 2 da CIM Beiras e Serra da Estrela, e 12 da CIM Médio Tejo)
5 - Assegurar a participação assídua nas Comissões e Grupos de Trabalho, internos e externos	Foi garantida a participação assídua em todas as Comissões e Grupos de Trabalho, internos e externos, com uma taxa de 100% de presenças
6 - Garantir a verificação/análise dos documentos previsionais e de prestação de contas remetidos pelas autarquias locais pertencentes à área de intervenção da DSR Castelo Branco	Foi garantida a verificação e análise dos documentos previsionais e de prestação de contas remetidos pelas autarquias locais pertencentes à área de intervenção da DSR Castelo Branco, tendo ainda sido efetuado o mesmo trabalho, em colaboração com a DCTF, para os distritos da Guarda e Viseu

	Objetivos	Indicadores desempenho	Meta	Da Avaliação		
				superou	cumpriu	não cumpriu
Divisão Sub-Regional de Guarda	1- Contribuir para um acompanhamento eficaz na elaboração, alteração e revisão dos Planos Territoriais de âmbito municipal	1.1 – Percentagem de contributos, no prazo estipulado pela DSOT/DOTCN, para a emissão de pareceres	95%	x		
	2- Garantir celeridade e eficácia na resposta às solicitações em matéria de uso, ocupação e transformação do solo	2.1 – Percentagem de situações em que o tempo de resposta, após processo devidamente instruído, não excede 15 dias úteis	95%	x		
		2.2 – Percentagem de situações em que o tempo de resposta, após processo devidamente instruído, para elaborar e enviar à DSOT informação/parecer não excede o prazo estipulado e não ultrapassa os 15 dias úteis	95%	x		
	3- Garantir, através de ações de fiscalização, o cumprimento da legislação e regulamentação aplicáveis nas áreas do ambiente e do ordenamento do território	3.1 – Nº de ações de fiscalização realizadas e devidamente informadas de acordo com os procedimentos/normas	30	x		
		3.2 – Percentagem de situações em que o tempo de resposta às reclamações apresentadas e/ou remetidas para a DSR não excede 20 dias úteis	95%	x		
	4- Caracterizar fisicamente as infraestruturas de acolhimento empresarial de iniciativa municipal existentes (zonas industriais, parques industriais ou áreas de localização empresarial) tendo em vista não só o seu cadastro regional como a viabilidade das mesmas se converterem em Zonas Empresariais Responsáveis (ZER)	4.1 – Percentagem de municípios caracterizados no que respeita a infraestruturas de acolhimento empresarial existentes	90%	x		
	5- Garantir o acompanhamento, no âmbito da cooperação técnica e financeira, às Autarquias Locais e outras Entidades pertencentes à área de intervenção da DSR da Guarda	5.1 – Percentagem dos documentos previsionais e de prestação de contas analisados, de entre os remetidos pelas Juntas de Freguesia	90%	x		
		5.2 – Tempo médio de resposta, em dias úteis, para apreciar candidaturas e informar pedidos de comparticipação, após processo devidamente instruído	10	x		
		5.3 – Percentagem dos documentos de prestação de contas verificados, no prazo estabelecido pela DGAL, remetidos pelas Câmaras Municipais	95%	x		
		5.4 – Percentagem de relatórios elaborados sobre os documentos do Fundo Social Municipal, remetidos pelas C. Municipais, no prazo estabelecido pela DGAL	95%	x		

Divisão Sub-Regional de Guarda	
Objetivos	Fundamentações
1- Contribuir para um acompanhamento eficaz na elaboração, alteração e revisão dos Planos Territoriais de âmbito municipal	A DSR da Guarda elaborou, no prazo estipulado, as necessárias informações/pareceres para, conjuntamente com a DSOT/DOTCN, a CCDRC dar seguimento aos procedimentos de elaboração, alteração e revisão dos processos PMOT da área de intervenção da DSR da Guarda.
2- Garantir celeridade e eficácia na resposta às solicitações em matéria de uso, ocupação e transformação do solo	A DSR da Guarda respondeu a 100% das solicitações externas num prazo inferior a 15 dias úteis. A meta era responder a 95% das solicitações num prazo inferior a 15 dias úteis. Foram utilizados, em 100% dos processos, menos de 15 dias úteis para enviar à DSOT as informações/pareceres, sem nunca se ultrapassar o prazo estabelecido, com proposta de resposta/ofício quando aplicável, relativas às solicitações em matéria de uso, ocupação e transformação do solo. A meta era de 95% dos processos num prazo inferior a 15 dias úteis.
3- Garantir, através de ações de fiscalização, o cumprimento da legislação e regulamentação aplicáveis nas áreas do ambiente e do ordenamento do território	No âmbito do Plano de Fiscalização, foram realizadas e devidamente informadas 33 ações de fiscalização. A meta era realizar 30 ações. Foram, ainda, analisados e informados 11 processos de loteamentos. Estas ações de fiscalização conduziram, entre outros efeitos positivos, à erradicação de 8 depósitos ilegais de resíduos. A DSR da Guarda informou, com proposta de resposta quando aplicável, e remeteu à DSF, num prazo inferior a 15 dias úteis, 100% das reclamações apresentadas e/ou remetidas a esta U.O.. A meta era responder a 95% das reclamações num prazo inferior a 20 dias úteis.
4- Caracterizar fisicamente as infraestruturas de acolhimento empresarial de iniciativa municipal existentes (zonas industriais, parques industriais ou áreas de localização empresarial) tendo em vista não só o seu cadastro regional como a viabilidade das mesmas se converterem em Zonas Empresariais Responsáveis (ZER)	Foram caracterizadas, dentro do prazo estabelecido e com a colaboração das Câmaras Municipais, todas as infraestruturas de acolhimento empresarial de iniciativa municipal existentes na área de intervenção da DSR da Guarda.
5- Garantir o acompanhamento, no âmbito da cooperação técnica e financeira, às Autarquias Locais e outras Entidades pertencentes à área de intervenção da DSR da Guarda	Foram verificados todos os documentos previsionais e de prestação de contas remetidos pelas Juntas de Freguesia pertencentes à área de intervenção da DSR da Guarda. A meta era analisar 90% dos documentos, com uma tolerância de 5%. Na análise das candidaturas aos programas relacionados com a cooperação técnica e financeira e na consequente emissão de parecer foram utilizados, em média, 4 dias úteis. A meta era 10 dias úteis. Na análise e elaboração da informação relativa aos pedidos de pagamento foram utilizados, em média, aproximadamente 4 dias. A meta era 10 dias. No âmbito do SIIAL, foram verificados, através de uma cooperação estreita com a DCTF e a DGAL, os documentos de prestação de contas dos municípios pertencentes à área de intervenção da DSR da Guarda e, consequentemente, validados, após os municípios terem procedido às necessárias retificações, quando aplicável. No âmbito do SIIAL, também foram verificados, através de uma cooperação estreita com a DCTF, os mapas trimestrais do Fundo Social Municipal de 2016 dos municípios pertencentes à área de intervenção da DSRG.

	Objetivos	Indicadores desempenho	Meta	Da Avaliação		
				superou	cumpriu	não cumpriu
Divisão Sub-Regional de Leiria	1 – Contribuir para um acompanhamento eficaz na elaboração, alteração e revisão dos Planos Territoriais de âmbito municipal.	Ind.1– Percentagem de respostas dadas através de pareceres/ contributos/reuniões setoriais ou de trabalho, nos procedimentos de elaboração, alteração, revisão dos Planos Territoriais de âmbito municipal, dentro dos prazos solicitados pelas autarquias e/ou DSOT (Peso: 100%)	92% (número de respostas / número de solicitações)x100	X		
	2 – Garantir celeridade e eficácia na resposta às solicitações em matéria de uso, ocupação e transformação do solo	Ind.1 – Tempo médio de resposta, em dias úteis, em matérias, com delegação de competências (Peso: 40%)	13 dias	X		
		Ind. 2 – Tempo médio de resposta, em dias úteis, em matérias sem delegação de competências (em processos RJREN e outros enviados à DSOT) (Peso 30%)	15 dias			X
		Ind.3 – percentagem de contributos dentro do prazo estabelecido pela DSA (Peso 30%)	92 % (número de contributos dentro do prazo estabelecido pela DSA/número de solicitações)X100	X		
	3 – Garantir, através de ações de fiscalização, o cumprimento da legislação e regulamentação aplicáveis nas áreas do ambiente e do ordenamento do território.	Ind.1 – Número de ações de fiscalização realizadas e devidamente informadas de acordo com os procedimentos e normas (Peso: 50%)	30 ações	X		
		Ind.2 – Percentagem de situações em que o tempo de resposta a reclamações não excede 30 dias úteis (Peso: 50%)	95 %	X		
	4- Caracterizar fisicamente as infraestruturas de acolhimento empresarial de iniciativa municipal existentes (zonas industriais, parques industriais ou áreas de localização empresarial) tendo em vista não só o seu cadastro regional como a viabilidade das mesmas se converterem em Zonas Empresariais Responsáveis (ZER)	Ind. 1- Percentagem de municípios caracterizados no que respeita a infraestruturas de acolhimento empresarial existentes. (Peso 100%)	90%	X		
	5- Assegurar a participação assídua nas Comissões e Grupos de Trabalho, internos e externos.	Ind.1 – Percentagem de presenças em reuniões, com prévia análise/informação/concertação de posição a incorporar nas respetivas atas (Peso: 100%)	94 % (número de presenças / número convocatórias) x100	X		

Divisão Sub-Regional de Leiria	
Objetivos	Fundamentações
Objetivo 1	Foram sempre analisadas e respondidas as solicitações que chegaram a esta DSR, quer através de informações no GEP, quer através de e-mails e reuniões.
Objetivo 2	<p>Ind.1- o tempo médio de resposta foi de 5 dias úteis, pelo que houve uma superação inequívoca do indicador utilizado para “Meta”.</p> <p>Ind. 2- A meta não foi atingida, dada a coincidência de um elevado número de solicitações, com as referentes ao Regime Excecional de Regularização de Atividades Económicas, às quais demos prioridade (ver objetivo 5).</p> <p>Ind. 3- Tendo em conta o n.º de solicitações e os prazos estabelecidos para as respetivas respostas, quer pela DLPA, quer pela DAA , verifica-se que foi superado o indicador para a “Meta”.</p>
Objetivo 3	<p>Ind. 1 - Realizaram-se 44 ações, pelo que houve uma superação inequívoca do indicador utilizado para “Meta”</p> <p>Ind. 2- O tempo médio de resposta foi superado (utilizaram-se em média 14 dias úteis) , tendo em consideração o indicador utilizado para “Meta”</p>
Objetivo 4	Foram caracterizadas, dentro do prazo estabelecido e com a colaboração das Câmaras Municipais, todas as infraestruturas de acolhimento empresarial de iniciativa municipal existentes na Região do Oeste (constituída por 12 municípios), conforme solicitação a esta Divisão Sub-Regional.
Objetivo 5	<p>Verificou-se uma dinâmica socioeconómica grande na área de atuação desta DSR, que se traduziu num grande número de solicitações para a intervenção na regularização de atividades económicas, com recurso à legislação da regularização extraordinária das atividades económicas- DL 165/2014, de 5 de novembro.</p> <p>No primeiro semestre demos resposta às solicitações no âmbito do saneamento e apreciação liminar e no segundo semestre, com especial incidência no último trimestre do ano, estivemos presentes em 76 Conferências Decisórias. De salientar que estas Conferências Decisórias previamente á sua realização, implicaram no mínimo a elaboração de 2 informações (em alguns casos até 3) cada uma, perfazendo assim um total de 152 informações, no mínimo.</p> <p>Participamos ainda em 10 Avaliações de Impacte Ambiental, integrando as respetivas Comissões de Avaliação e elaborando, naturalmente, os necessários pareceres no âmbito do ordenamento do território.</p> <p>Relativamente à meta estabelecida, verificou-se uma presença de representantes desta DSR, em 100% das solicitações .</p>

	Objetivos	Indicadores desempenho	Meta	Da Avaliação		
				superou	cumpriu	não cumpriu
Divisão Sub-Regional de Viseu	1. Contribuir para um acompanhamento eficaz na elaboração, alteração e revisão dos Planos Territoriais de âmbito municipal	1.1. Tempo médio de resposta, em dias úteis, para promover o agendamento de reunião solicitada pelas CM, após entrega dos documentos. (Peso =50%)	10	x		
		1.2. Percentagem de contributos emitidos dentro do prazo definido, solicitados pela DSOT/DOTCN. (Peso=50%)	95%	x		
	2. Garantir celeridade e eficácia na resposta às solicitações em matéria de uso, ocupação e transformação do solo	2.1. Percentagem de situações em que o tempo de resposta, na emissão de pareceres e propostas de decisão, em matéria de uso, ocupação e transformação do solo, não excede 15 dias úteis, após a correta instrução do processo. (Peso =50%)	95%	x		
		2.2. Percentagem de participação em reuniões de Grupos de Trabalho, Vistorias, Comissões e Conselhos Estratégicos convocadas. (Peso=50%)	95%	x		
	3. Garantir, através de ações de fiscalização, o cumprimento da legislação e regulamentação aplicáveis nas áreas do ambiente e do ordenamento do território	3.1. N.º de ações de fiscalização realizadas e devidamente informadas, de acordo com os procedimentos e normas estabelecidos. (Peso =50%)	25	x		
		3.2. Percentagem de situações em que o tempo de resposta às reclamações recebidas nesta DSR, não excede 20 dias úteis. (Peso =50%)	95%	x		
	4- Caracterizar fisicamente as infraestruturas de acolhimento empresarial de iniciativa municipal existentes (zonas industriais, parques industriais ou áreas de localização empresarial) tendo em vista não só o seu cadastro regional como a viabilidade das mesmas se converterem em Zonas Empresariais Responsáveis (ZER).	4.1. Percentagem de municípios caracterizados no que respeita a infraestruturas de acolhimento empresarial existentes (Peso = 100%)	90%	x		
	5- Garantir o acompanhamento, no âmbito da cooperação técnica e financeira, às Autarquias Locais e outras Entidades pertencentes à área de intervenção da DSR de Viseu	5.1. Percentagem de documentos previsionais e de prestação de contas recebidos das Juntas de Freguesia, cuja conformidade foi verificada. (Peso =50%)	90%		n.a.	
		5.2. Tempo médio de resposta, em dias úteis, para apreciação das candidaturas e para a verificação dos trabalhos com elaboração das propostas de processamento das participações. (Peso =50%)	10	x		

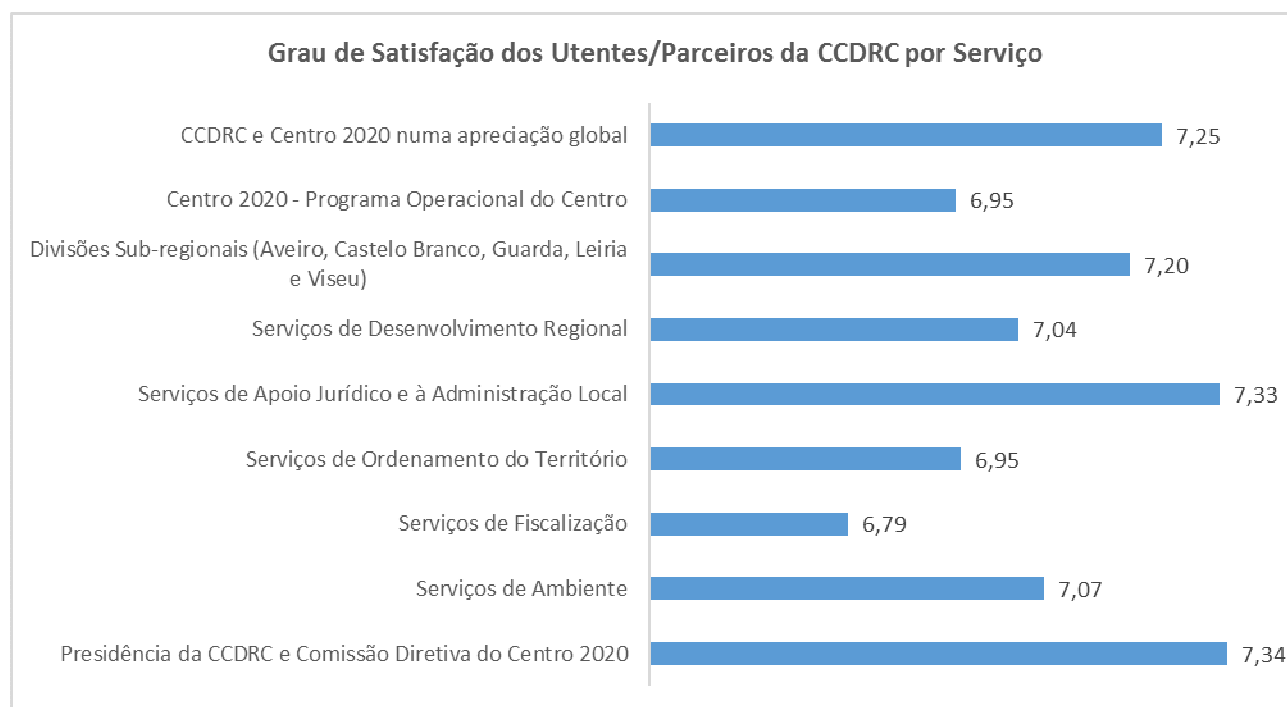
Divisão Sub-Regional de Viseu	
Objetivos	Fundamentações
1. Contribuir para um acompanhamento eficaz na elaboração, alteração e revisão dos Planos Territoriais de âmbito municipal	Todas as reuniões realizadas nesta DSR foram agendadas num período inferior a 10 dias úteis. Os contributos, solicitados pela DSOT/DOTCN, foram também emitidos em tempo útil.
2. Garantir celeridade e eficácia na resposta às solicitações em matéria de uso, ocupação e transformação do solo	O tempo de resposta às solicitações, na emissão de pareceres e propostas de decisão, em matéria de uso, ocupação e transformação do solo, foi inferior a 15 dias úteis em mais de 95% das situações. Todas as solicitações para participação foram asseguradas.
3. Garantir, através de ações de fiscalização, o cumprimento da legislação e regulamentação aplicáveis nas áreas do ambiente e do ordenamento do território	Foram realizadas e devidamente informadas 33 ações de fiscalização. Foram ainda informadas e remetidas à DSF, todas as reclamações apresentadas a esta DSR, num prazo sempre inferior a 20 dias úteis.
4- Caracterizar fisicamente as infraestruturas de acolhimento empresarial de iniciativa municipal existentes (zonas industriais, parques industriais ou áreas de localização empresarial) tendo em vista não só o seu cadastro regional como a viabilidade das mesmas se converterem em Zonas Empresariais Responsáveis (ZER).	Todas as infraestruturas de acolhimento empresarial de iniciativa municipal, existentes na área de intervenção da DSR de Viseu, foram caracterizadas com a colaboração das Câmaras Municipais.
5- Garantir o acompanhamento, no âmbito da cooperação técnica e financeira, às Autarquias Locais e outras Entidades pertencentes à área de intervenção da DSR de Viseu	A tarefa de análise dos documentos previsionais e de prestação de contas, recebidos das Juntas de Freguesia, não foi efetuada nesta unidade orgânica, dado que o técnico que estava afeto a ela esteve ausente, durante todo o ano, por motivo de doença. A apreciação das candidaturas, no âmbito do SP2, e a verificação dos pedidos de comparticipação, com verificação dos trabalhos, apresentados pelas Entidades pertencentes à área de intervenção da DSR de Viseu, foi, em média, de 5 dias úteis.

**Inquérito externo realizado no âmbito do artigo 15.º n.º 2
alínea a), da Lei n.º 66-B/2007, de 28 de Dezembro**

De forma a dar cumprimento ao disposto no artigo 15.º n.º 2 alínea a) da Lei n.º 66-B/2007, de 28 de Dezembro, foi realizado um questionário de avaliação do grau de satisfação dos utentes/parceiros da CCDRC, por serviço:

- Presidência da CCDRC e Comissão Diretiva do Centro 2020
- Serviços de Ambiente
- Serviços de Fiscalização
- Serviços de Ordenamento do Território
- Serviços de Apoio Jurídico e à Administração Local
- Serviços de Desenvolvimento Regional
- Divisões Sub-regionais (Aveiro, Castelo Branco, Guarda, Leiria e Viseu)
- Centro 2020 - Programa Operacional do Centro
- CCDRC e Centro 2020 numa apreciação global

Foram obtidas 336 respostas válidas, tendo-se apurado uma média de satisfação de 7,3 numa escala de 1 a 10.



Questionário de Avaliação do grau de satisfação dos utentes/parceiros da CCDRC

Considerando a sua experiência de relacionamento com a CCDRC, qual é o grau de satisfação que associa a cada um dos seguintes serviços:

Presidência da CCDRC e Comissão Diretiva do Centro 2020

0 1 2 3 4 5 6 7 8 9 10

Muito Insatisfeito Muito Satisfeito

Serviços de Ambiente

1 2 3 4 5 6 7 8 9 10

Muito Insatisfeito Muito Satisfeito

Serviços de Fiscalização

1 2 3 4 5 6 7 8 9 10

Muito Insatisfeito Muito Satisfeito

Serviços de Ordenamento do Território

1 2 3 4 5 6 7 8 9 10

Muito Insatisfeito Muito Satisfeito

Serviços de Apoio Jurídico e à Administração Local

1 2 3 4 5 6 7 8 9 10

Muito Insatisfeito Muito Satisfeito

Serviços de Desenvolvimento Regional

1 2 3 4 5 6 7 8 9 10

Muito Insatisfeito Muito Satisfeito

Divisões Sub-regionais (Aveiro, Castelo Branco, Guarda, Leiria e Viseu)

1 2 3 4 5 6 7 8 9 10

Muito Insatisfeito Muito Satisfeito

Centro 2020 - Programa Operacional do Centro

1 2 3 4 5 6 7 8 9 10

Muito Insatisfeito Muito Satisfeito

CCDRC e Centro 2020 numa apreciação global

1 2 3 4 5 6 7 8 9 10

Muito Insatisfeito Muito Satisfeito

De modo a procedermos a uma melhoria dos nossos serviços, muito agradecemos que partilhe connosco as suas sugestões.

Enviar

Nunca envie senhas pelo Formulários Google.

100% concluído.

Powered by

Este conteúdo não foi criado nem aprovado pelo Google.

[Denunciar abuso](#) - [Termos de Serviço](#) - [Termos Adicionais](#)



DESPACHO

Na sequência da audição realizada junto dos Gabinetes de S.Ex^{as} o Ministro Adjunto e o Ministro do Ambiente, e ao abrigo das competências delegadas por S.Ex^a o Ministro do Planeamento e das Infraestruturas pelo Despacho n.º 2312/2016, publicado na 2.ª série do Diário da República de 16 de fevereiro, homologo a menção de “Desempenho Bom” relativo ao ano de 2016 à CCDR Centro, conforme proposto pela Informação n.º PLAV/576/2017, de 26 de junho, da Secretaria-Geral da Presidência do Conselho de Ministros.

Transmita-se à CCDR Centro e à Secretaria-Geral da Presidência do Conselho de Ministros.

Dê-se conhecimento a S.Ex^{as} o Ministro Adjunto e o Ministro do Ambiente.

Lisboa, 4 de agosto de 2016

O Secretário de Estado do Desenvolvimento e Coesão

(Nelson de Souza)